



REVISTA MUNICIPAL

Ano XXIV — Número 97
2.º Trimestre de 1963



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA: Largo do Chafariz de Dentro (Pintura a óleo por Robert)

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRAFICO
JOSE ESPINHO

DESENHOS DE
CARLOS O. PINTO
CARLOS FERREIRO
LEONILDO DIAS
JOSE ESPINHO

CAPA DE
LEONILDO DIAS

SUMÁRIO

*A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA OFERECEU DOIS
MIL CONTOS PARA AJUDAR A RECONSTRUÇÃO DA
CIDADE DE LUANDA*

A IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
ANTÓNIO MACHADO DE FARIA

RECORDAÇÕES DE UM VELHO DE BOA MEMORIA
JOÃO JARDIM DE VILHENA

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

*LISBOA VEIO PARA A BAIXA ADMIRAR O ESPECTACULO
DO DESFILE DAS MARCHAS POPULARES DE 1963*

ROTEIRO TURISTICO DE ALFAMA
COSTA GARCEZ

LISBOA AGRADECIDA A MATOS SEQUEIRA

OLIVAIS (SUL)

HORS-TEXTE — (ALFAMA)



REVISTA MUNICIPAL

ANEXO
N.º 10
1958

CONTÁBIL

1. O balanço patrimonial e o balanço de resultados
2. O balanço de resultados e o balanço patrimonial

3. O balanço de resultados e o balanço patrimonial
4. O balanço de resultados e o balanço patrimonial

5. O balanço de resultados e o balanço patrimonial
6. O balanço de resultados e o balanço patrimonial

7. O balanço de resultados e o balanço patrimonial
8. O balanço de resultados e o balanço patrimonial

9. O balanço de resultados e o balanço patrimonial
10. O balanço de resultados e o balanço patrimonial

11. O balanço de resultados e o balanço patrimonial
12. O balanço de resultados e o balanço patrimonial

13. O balanço de resultados e o balanço patrimonial
14. O balanço de resultados e o balanço patrimonial

15. O balanço de resultados e o balanço patrimonial
16. O balanço de resultados e o balanço patrimonial



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES



A Câmara Municipal de Lisboa ofereceu dois mil contos para ajudar a reconstrução da cidade de Luanda

A vereação da Câmara Municipal de Lisboa, num gesto de solidariedade que haveria de encontrar eco em grande número de Municípios do país, aprovou por unanimidade a proposta da Presidência concedendo à congénere de Luanda a verba de dois mil contos, destinada à reconstrução da cidade, duramente castigada por chuvas torrenciais e pelas enxurradas, que destruíram ou danificaram quase todos os arrua-

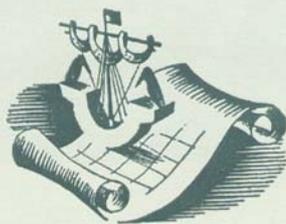
mentos. Da catástrofe tomou conhecimento a gente portuguesa, com evidentes sentimentos de lástima, tanto mais que a descrição dos prejuízos e das perdas materiais ocorridas na capital de Angola não deixava lugar a dúvidas quanto à extensão e importância das destruições. E tanto bastou para que se criasse o clima emocional propiciatório a um movimento visando alcançar verbas destinadas a ajudar a Câmara de Luanda

na tarefa ingente e custosa de promover trabalhos de vulto e urgentes na linda e progressiva cidade.

O gesto do Município de Lisboa foi secundado por outras Câmaras metropolitanas e mereceu o aplauso unânime da gente portuguesa, que encontrou na decisão dos vereadores, secundando a iniciativa do Sr. General França Borges, a concretização da ideia que estava na mente de todos.

Não ficou o Governo indiferente ao voto expresso em sessão pública municipal. Reconhecendo e louvando a intenção, os Srs. Comandante Peixoto

Correia e Prof. Silva Cunha, ministro do Ultramar e subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, foram aos Paços do Concelho e exprimiram ao presidente da Câmara Municipal o agrado com que haviam tomado conhecimento da medida aprovada. Esta simbolizava um testemunho da identidade das populações vivendo em terras distantes, mas no conjunto do território nacional e, por isso, comungando nas mesmas alegrias e nas mesmas tristezas. O voto de Lisboa significaria, como afirmaram os dois esclarecidos governantes, um acto colectivo, que seria secundado.





Frente da igreja vista por Luís Gonzaga Pereira

A IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

POR ANTÓNIO MACHADO DE FARIA

PREÂMBULO

É mal conhecida e mesmo confusa a história dos templos religiosos da Capital, já porque os escritores antigos nos deixaram deles escassa notícia, já porque o grande terramoto nos privou de, agora, suprimos, em parte, a deficiência daqueles autores.

Curiosa circunstância nos leva a ocuparmo-nos da igreja de S. Sebastião da Pedreira, para cuja freguesia nos trasladámos há vinte e seis anos da de Santa Catarina. Da primeira, fomos paróquianos até se ter demarcado nova linha divisória entre ela e a de Nossa Senhora de Fátima, a que

actualmente pertencemos. Não nos ocorreu durante o período em que a ela estivemos espiritualmente ligados tratarmos da sua história, mas há pouco tempo o Reverendo Prior interino, P.^o Adelino Alves Genro, nos manifestou o seu interesse pelo passado do templo, do qual desejaría reunir subsídios para ficarem arquivados no cartório paroquial.

Louvável a ideia do Reverendo Alves Genro, porém, se havíamos de contribuir para ela ministrando cópias de alguns documentos, não seria mais útil fazer cuidadosa investigação, ordenar os subsídios obtidos e escrever, ainda que breve, um bosquejo histórico?

Pareceu-nos isto de muito maior proveito, quer para facilitar a curiosidade dos fregueses amigos do Passado, quer para tornar mais perdurável a documentação que se conseguisse reunir.

Aqui fica, pois, explicada a origem deste pequeno estudo ou, talvez, com maior propriedade, memória histórico-descritiva.

Nele se não encontrarão elementos para a monografia do território de que a igreja é cabeça. O trabalho de a traçar, porque será demorado, fica para quem tiver diante de si período mais longo do que nós.

Ao encerrar este breve prólogo é nosso dever exprimir sinceros agradecimentos ao reverendo prior interino por todas as facilidades que nos deu no exame do templo e no aproveitamento de quanto nele pudemos ainda encontrar de útil para a sua história, ao Reverendo P.^o Joaquim Martins dos Reis a continuação do mesmo valioso auxílio e ao Sr. Joaquim Luís Cardoso a benevolência com que se prestou a dar-nos preciosas informações, fruto de cinquenta e seis anos de assistência na freguesia, à qual tem prestado grandes serviços.

O MÁRTIR S. SEBASTIÃO E O SEU CULTO

Antes de entrar na história da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, é justo e necessário que se diga alguma coisa relativamente ao culto do Santo patrono, pelo menos no século XVI, centúria da sua criação.

S. Sebastião, soldado romano do tempo do Imperador Diocleciano, desde o século III, em que viveu, até o VII, não teve culto na Península Hispânica.

Parece que o seu culto não deve ter atingido grande desenvolvimento na parte do Ocidente, onde se formou o reino de Portugal, pelo menos antes do século XVI.

A influência dos santos padroeiros — quer sejam de igreja paroquial, ermida, capela particular ou simples oratório — foi sempre grande no onomástico. Este, porém, na Idade Média, indica raros vestígios do nome de Sebastião, que veio do grego, dando *Sebastianus*, palavra cujo significado é «digno de veneração», «augusto» (1).

(1) *Antroponímia Portuguesa*, pelo Doutor J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, 1928, pág. 62.

Um documento português de 1220 regista o nome de um *Sebastianus* (2) e outro de 1299 o de uma *Maria Savachaiz*, forma igual a *Savachãiz*, patronímico de *Savachão*, o mesmo que Sebastião (3), certamente em voz popular.

A incúria peculiar aos portugueses não permitiu que até nós chegassem numerosíssimos monumentos de vária ordem, que ilustrariam o Passado com informações copiosas e dariam provas do cultivo das artes, patenteando-nos peças que documentariam o gosto, a disciplina mental dos artistas, a munificência de quem as mandara fazer, a intenção religiosa e tantas outras coisas que são o substracto da matéria e delícam os espíritos ávidos do conhecimento das épocas extintas. Se por um lado o Tempo, que tudo consome, e os cataclismos, que tantos bens destroem, muito fizeram desaparecer, não é menos certo que não se podem imputar todas as perdas ao sismo de 1755, nem às invasões das tropas francesas porque eles têm servido, abusivamente, de bodes expiatórios para o desleixo nacional, acobertando actos que muita gente se envergonha de atribuir a antepassados, familiares ou estranhos, fugindo de macular o brio pátrio, para o qual tão pouco contribuem às vezes, e não lhe repugnando falsas atribuições, ainda que lançadas sobre um movimento irresponsável da Terra ou a cobiça imoderada dos estrangeiros.

A igreja paroquial de S. Sebastião da Pedreira não foi atingida pelo tremor que abalou Lisboa no século XVIII (4), motivo porque no seu cartório se devia encontrar ainda documentação da vida do templo e, possivelmente, dos organismos a ele unidos. Todavia, se exceptuarmos os livros do registo paroquial, nada mais existe.

O Arquivo do Arcebispado poderia dar-nos algumas achegas, mas, infelizmente, sofreu iguais danos, acrescidos dos que lhe sobrevieram posteriormente a 5 de Outubro de 1910 pelo desalojamento do Patriarca do seu Paço de S. Vicente de Fora.

(2) *Onomástico Medieval Português*, por A. A. Cortesão, Lisboa, 1912, pág. 312. Indica o autor apenas o nome de um homem que vivia no ano referido, citando como fontes os *Portugalia Monumenta Historica — Inquisitiones*, pág. 196, 2.^a coluna, e a parte da mesma obra relativa aos *Diplomata et Charta*, vol. 1, pág. 476.

(3) *Antroponímia Portuguesa*, pág. 112, mencionando como fonte a *Revista Lusitana*, vol. IX, pág. 276.

(4) *Mappa de Portugal*, pelo P.^o João Baptista de Castro, 1.^a edição, quinta parte, Lisboa, 1758, pág. 718.

Supomos que são numerosas as relíquias do Mártir existentes em Portugal, pois em exame perfuntório encontrámos em Lisboa um braço que os soldados de Carlos V, na ocasião da campanha da Itália, em 1527, furtaram de uma igreja de Milão e que o Imperador mandou ao Rei D. João III, seu cunhado, o qual o entregou à guarda do Real Convento de S. Vicente de Fora, onde, desde o reinado de D. Manuel I, se venerava o Santo (*); um osso contido em braço de prata, doação de D. João de Borja, existente na Igreja de S. Roque, na capela dos Mártires (**); uma das setas do martírio banhada de sangue ou, apenas, um pedaço de ferro que lhe pertenceu, oferecida pelo Papa Gregório XIII ao Rei D. Sebastião, e que em cofre de prata estava no oratório do palácio dos Viscondes de Barbacena, próximo da actual Rua Nova do Almada (†), a qual veio acompanhada do breve *Permagnum est*, de 8 de Novembro de 1573 (**); um osso não especificado, que se encontra na igreja paroquial de S. Sebastião da Pedreira (**); uma relíquia indeterminada na capela real de S. Tomé, junto ao Paço da Ribeira, que por decreto régio foi sagrada aos 13 de Novembro de 1746 pelo Cardeal-Patriarca D. Tomás de Almeida, na qual o Bispo de Angola D. Fr. Manuel de Santa Inês, da Ordem dos Carmelitas Descalços, sagrou o altar dos Mártires S. Vicente, S. Sebastião e S. Roque e nele pôs as relíquias de S. Lourenço e S. Sebastião (11). Fora da capital encontrámos notícia de uma relíquia, também não definida, que existia na Igreja de S. Miguel, em Aveiro, já demolida, a qual se dizia ter-lhe sido oferecida por

D. João III, quando houve peste naquela vila (11); de «o espinhaço», em Sacavém, no Mosteiro de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem de S. Francisco (12); de um osso na capela, antiga igreja paroquial, de Nossa Senhora dos Murinhos, em Porto de Mós, num santuário do altar do lado da Epístola, que, conforme a tradição, foi trazido de Mérida, por 714, do convento chamado Cauliniana, pelo eremita Romano (13); de um pedaço do crâneo, em Tomar, dado por El-Rei D. Sebastião (14); e de uma relíquia que se guardava na Sé-Catedral de Coimbra, que ia na processão anual desta igreja para a do Mosteiro de Santa Cruz, efectuada a 20 de Janeiro, conforme licença dada pela Rainha D. Catarina, de 26 de Fevereiro de 1555 (15).

Das relíquias mencionadas parte se terão, possivelmente, já perdido, mas não vem a propósito averiguiá-lo; basta que saibamos existir, ainda, a da igreja de S. Sebastião da Pedreira.

CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA E CONSTRUÇÃO DE NOVO TEMPLO

Foi, talvez, a relíquia que Carlos V enviou ao Rei D. João III a origem da maior expansão do culto do Mártir, pois não só o soberano português teve a oferta em grande conta, como ela, supomos, serviu para reavivar a veneração que se prestava em vários templos ao Santo, tanto mais que se atribuía à vinda do braço se ter aplacado a peste, que assolava o Reino.

Podemos, até, dizer que a seu neto e sucessor no trono foi imposto na pia baptismal o nome de Sebastião, mais pelo avô ser seu devoto, do que por o Príncipe haver nascido no dia do martírio do soldado romano, 20 de Janeiro, porquanto não estava então no uso, como mais tarde o havia

(*) *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa...*, tomo III, Lisboa, 1950, págs. 40 e 41.

(**) *Idem, idem*, pág. 204.

(†) *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, pelo P.º João Baptista de Castro, 2.ª edição, tomo III, parte V, Lisboa, 1763, pág. 209; e *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, pelo P.º D. António Caetano de Sousa, 2.ª edição, tomo III, Coimbra, 1947, pág. 356.

(11) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa — Provas*, tomo III, parte I, Coimbra, 1948, prova n.º 164, págs. 508 e 509.

(12) *Mapa de Portugal*, 2.ª edição, tomo II, Lisboa, 1763, pág. 200.

(13) *Idem, idem*, págs. 98 e segs. e 194-195; e *Portugal Antigo e Moderno* — *Dicionário*, por Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, vol. IV, Lisboa, 1874, pág. 283.

(11) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVIII, Lisboa, sem data, pág. 24.

(12) *Mapa de Portugal*, 2.ª edição, tomo II, pág. 218.

(13) *Idem, ibidem e Portugal Antigo e Moderno*, vol. VII, Lisboa, 1876, pág. 575.

(14) *Mapa de Portugal*, 2.ª edição, tomo II, pág. 221.

(15) *A Processão de S. Sebastião em Coimbra no Ano de 1568*, por A. da Rocha Brito, na «Feira da Ladra» — *Revista Mensal Ilustrada*, dirigida por Cardoso Marta, tomo VII, Lisboa, 1935, pág. 185.

de ser muito frequente, os baptizados tomarem o nome do santo venerado na féria do seu nascimento, visto a tradição obrigar que, com a água lustral, se desse a quem a recebia o nome de um antepassado, próximo ou mesmo já afastado.

As duas circunstâncias, a da devoção avoenga e a de estar ligado ao Mártir, por vir ao Mundo debaixo do seu patrocínio, levaram o Rei D. Sebastião a, por várias formas, lhe prestar culto.

Um dos meios utilizados para tal fim foi o de levantar um templo em sua honra não muito longe do paço real, que, então, era na Ribeira.

Não se tratava do primeiro que o Reino teria na Capital. Prometera o jovem Rei erguer ao Mártir na ocasião da peste que lavrou em Lisboa no ano de 1569 um templo no local em que se encontrava a ermida de Nossa Senhora da Saúde, na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, na Mouraria, paróquia que se desmembrara da de Santa Justa, por 1596, no governo do Arcebispo D. Miguel de Castro, tomando por sede a ermida erecta e dedicada pelos artilheiros a S. Sebastião, a qual mais tarde se denominou de Nossa Senhora da Saúde, cuja imagem para aí foi em 20 de Abril de 1662, ao fim de noventa e três anos de estadia na fronteira igreja dos Meninos Órfãos⁽¹⁶⁾.

Por tal motivo, a nova freguesia se chamou de S. Sebastião da Mouraria enquanto a ermida foi suficiente para albergar os fiéis, mas aumentando o número destes houve necessidade de construir outro templo, próximo, a que foi dado o nome de Nossa Senhora do Socorro, e para ele se transferiu aos 29 de Setembro de 1646 o Santíssimo Sacramento, em procissão saída da mencionada ermida, de onde também foi levada a imagem da que ia ser padroeira da freguesia⁽¹⁷⁾.

El-Rei D. Sebastião na ocasião da peste de 1569 mandou começar as obras do templo que prometera, intento a que associara a Câmara da cidade, que, parece, não terá entrado nele com muito empenho, pois não as executou logo, o que levou o Monarca a mudar de intenção, escolhendo novo lugar para cumprimento da sua promessa: o Terreiro do Paço, do lado nascente, junto do Cais da Pedra, isto é, próximo da Alfândega.

⁽¹⁶⁾ *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, tomo III, parte V, págs. 433, 437 e 438.

⁽¹⁷⁾ *Idem, idem*, pág. 433.

Era destinado a guardar o braço de S. Sebastião que seu avô o Imperador Carlos V mandara a D. João III. Seria obra de muito custo, a maior de Lisboa, que o Soberano projectava ligar ao paço real por uma varanda saída das do palácio, pelo lado do rio, a fim de ele, a avó, Rainha D. Catarina, e suas damas ouvirem missa⁽¹⁸⁾.

É possível que a sua ideia fosse de este templo substituir a capela real, que El-Rei D. Manuel I muito enriquecera, mas não tanto que seu descendente o magnânimo D. João V não tivesse, ainda, podido torná-la mais opulenta⁽¹⁹⁾.

Em Março de 1571 começou a abertura dos caboucos e a 19 de Abril se benzeu a primeira pedra, levada pelo Rei e pelo Cardeal D. Henrique numa padiola, pondo o Senhor D. Duarte a segunda e depois os fidalgos, pela devida ordem, as outras⁽²⁰⁾.

Progrediu o edifício e ia já quase em meio, com as capelas armadas, quando pararam as obras, no tempo do Cardeal-Rei, que em 10 de Fevereiro de 1579 passou uma carta a conceder 1000\$000 réis para a igreja de S. Vicente de Fora. Nela dizia que seu sobrinho D. Sebastião, em cumprimento de promessa, mandara construir uma igreja até os termos em que «ora estaa e por algumas causas que sobrevieirão se não procedeo mais na dita obra nem se deo ordem como se podesse fazer e acabar...».

Por ordem de D. Filipe I foi cancelada a doação atrás referida a 26 de Abril de 1582, aplicando aquela quantia às obras do mosteiro de S. Vicente de Lisboa, onde se haveria de fazer juntamente casa do bem-aventurado S. Sebastião, em lugar diverso de onde estava começada. Então, se passou novo padrão aos padres do sobredito mosteiro, conforme elucida a cota respectiva, assinada por Gaspar Maldonado⁽²¹⁾.

Os depositários do braço do Mártir — os cônegos de S. Vicente de Fora — por a igreja do seu mos-

⁽¹⁸⁾ *Memorial de Pero Roiz Soares*, vol. 1, Coimbra, 1953, págs. 48 e 49.

⁽¹⁹⁾ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. V, Lisboa, sem data, pág. 797, citando o *Mappa de Portugal*, tomo III, págs. 98 e segs.

⁽²⁰⁾ *Ibidem*. Acerca das obras da igreja que D. Sebastião prometeu erigir vejamos-se os *Elementos para a História do Município de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira, 1.ª parte, tomo 1, Lisboa, 1882.

⁽²¹⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, livro 42, fl. 167.

teiro ser muito antiga e necessitar reedificação, pediram ao novo monarca lhes desse a pedraria do malogrado templo para com ela fazerem o seu, ao que o Rei acedeu, concedendo-lhes, ainda todos os anos certa verba para ajuda das obras, começadas em 25 de Agosto de 1582⁽²²⁾.

Por esta transferência de materiais as pedras dos frisos da cimalha real têm setas passadas em aspa, emblemas alusivos ao padroeiro da igreja do Terreiro do Paço⁽²³⁾.

Na freguesia da Sé houve uma ermida de S. Sebastião, fundada em 1471, que deu o nome ao arco que servia de remate na sua parte inferior à Rua do Armazém Velho, o qual ficava muito próximo da ermida, situada na esquina da Rua da Padaria e da Rua de Cima da Misericórdia⁽²⁴⁾.

O ano da criação da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, assim como aquele em que se fundou a igreja matriz foram desconhecidos dos escritores antigos. Quanto ao da primeira nada dizem e a respeito do segundo mencionam datas bastante afastadas, entre as quais medeia quase meio século. Não podemos, pois, tomar por informadores nem o P.^o António Carvalho da Costa, nem o seu colega João Baptista de Castro, cujas obras são, geralmente, utilizadas como fontes mais acessíveis e das poucas que existem para a história monográfica do Reino e, sobretudo, da Capital, visto conterem muitas notícias, e a do primeiro haver saído a público antes do grande terramoto⁽²⁵⁾.

Se parte dos documentos se perderam, é certo que nem todos se arruinaram com a cidade. Por outro lado, a sorte favoreceu-nos, porquanto a investigação poderia ser de resultados nulos, o que não é raro. Não só encontrámos diplomas das chancelarias reais, mas a memória do pároco de S. Sebastião da Pedreira em 1760 enviada em resposta ao questionário que o P.^o Luís Cardoso mandou a todas as freguesias, notavelmente bem feita.

Da felicidade de existir esta peça do grande inquérito e traçada pela forma que se verá nos podemos regozijar⁽²⁶⁾.

Numerosas freguesias de todo o país não as possuem, devido a incuria dos párocos, não atendendo ao que lhes era pedido, ou a extravio, assim como muitíssimas das existentes são fracas a respeito de todas as informações pelo que servem para pouco.

★

No sítio da Pedreira, a norte de Lisboa, existia uma ermida de S. Sebastião, santo a quem os moradores da Rua das Arcas, na freguesia de Santa Justa⁽²⁷⁾, «tomarão para protector a fim de os livrar do mal da peste, que naquele tempo havia na cidade»⁽²⁸⁾. Que tempo foi esse não podemos conjecturar ao certo, porque várias pestes assolaram a Capital na segunda metade do século XVI.

Começou em 7 de Junho de 1569 a chamada peste grande, que parece ter causado 50 000 vítimas em Lisboa; principiou outra em 10 de Setembro de 1579, matando 40 000 pessoas; e alastrou uma terceira a partir de 15 de Outubro de 1598, a qual se diz haver provocado mais de 80 000 mortes, mas esta não vem ao caso por ser tardia⁽²⁹⁾.

Como se vê, todas elas foram calamitosas, mas talvez devamos tomar a primeira como origem da devoção dos moradores da Rua das Arcas, pois em aspecto temeroso não aparecia desde os fins do século XV⁽³⁰⁾, o que a tornou mais assustadora e levou a maior recurso ao santo como advogado contra o terrível mal.

As promessas feitas pelos moradores daquela rua em tão apertada conjuntura seguiram a do mo-

(22) Memorial citado, no mesmo lugar.

(23) *Mappa de Portugal*, 2.^a edição, tomo III, parte V, pág. 443.

(24) *Idem, idem*, pág. 360, baseando-se no *Summario em que se Contem Algumas Cousas (Assim Ecclesiasticas Como Seculares) que Há na Cidade de Lisboa*, Lisboa, sem data, por Fr. Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

(25) Respectivamente *Corographia Portuguesa*, 1.^a edição, (1712) e 2.^a edição (1869), e *Mappa de Portugal*, 1.^a edição (1758) e 2.^a edição (1763), esta com o título de *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*.

(26) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Dicionário Geográfico de Portugal*, tomo XX, págs. 917 e segs.

(27) A Rua das Arcas pertencia à freguesia de Santa Justa e ligava o largo junto da igreja de S. Nicolau com a Praça da Palha, esta situada aproximadamente a meio da distância que havia até o canto sudoeste do Rossio.

Depois, foi da freguesia de S. Nicolau e com a reconstrução da parte baixa da cidade, desapareceu. Ver Documento IV, n.º 4.

(28) Documento IV, n.º 4.

(29) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*; vol. XXI, Lisboa, sem data, pág. 500; e *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, já mencionado, págs. 381 e 388.

(30) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, *ibidem*.



Frente e esquerda da igreja no estado actual

narca, pedindo a intercessão do seu patrono com a de lhe construir um grandioso templo na Capital.

Fossem os moradores da longínqua rua em conjunto ou somente os carpinteiros dela, como pretendia João Baptista de Castro ⁽²¹⁾, eles, por voto solene, prometeram ir todos os domingos com um sacerdote que celebrasse missa na ermida de S. Sebastião da Pedreira e de nela festejarem o santo aos 20 de Janeiro, dia do seu martírio, saindo da freguesia de S. Nicolau na véspera, em procissão, na qual levavam a sua imagem «em hum bem ornado andor» e conduzindo em outro o Menino Jesus, acompanhados de uma comunidade de religiosos e de toda a sua irmandade, com uma relíquia do Santo Lenho debaixo do pálio. Chegados à ermida se cantavam vésperas com toda

a solenidade e no dia seguinte, depois de terminada a missa festiva, que concorria com o sagrado Lausperene, voltavam em igual procissão à sua freguesia.

A promessa foi cumprida rigorosamente pelo menos até 9 de Janeiro de 1760, com a diferença que depois de 1 de Novembro de 1755 já não saía da igreja matriz de S. Nicolau, porquanto o terramoto «reduziu com fogo a cinzas muitos templos entre os quais foy a dita freguezia». Passou, desde esta data, a procissão a sair e a recolher-se «sempre com a mesma solemnidade da freguezia ou templo para donde se encaminha a millhor comodidade», conforme dizia o pároco de S. Sebastião da Pedreira na sua informação ⁽²²⁾.

★

A ermida a que tão ligados se encontravam os moradores da Rua das Arcas era, pois, já antiga quando se fundou a freguesia de S. Sebastião da Pedreira, vetustez que os escritos que falam nesta assinalam. Devia-se ter construído anteriormente a 1569, visto neste ano, como nos parece mais provável, se haver feito a promessa atrás referida. O Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, pelos anos de 1590, para criar esta freguesia, erigindo a ermida em matriz, desanexou o seu território da de Santa Justa, o que fez, também, para outras mais circunvizinhas. Por tal razão, ao prior e beneficiados da paróquia-mãe pertenciam ainda em 1760 parte dos dízimos da nova freguesia.

Foi apresentado como primeiro cura o P.^o António Vaz, que o mesmo arcebispo depois elevou a vigário colado «pelos serviços que a Deus fazia em administrar os vltimos sacramentos a muitos empestados que da cidade vinhão convaler aos distritos desta freguezia» ⁽²³⁾, certamente por ser «sitio muito aprazível e lavado do norte» ⁽²⁴⁾.

Quando morreu este pároco lhe sucedeu na vigararia Paulo Carreiro de Almada, que foi colado pelo Pontífice, e «no seu tempo se fundou de novo a igreja» actual ⁽²⁵⁾.

⁽²¹⁾ *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.^a edição, tomo III, parte V, pág. 431.

⁽²²⁾ Documento IV, n.^o 4.

⁽²³⁾ *Idem*, n.^o 5.

⁽²⁴⁾ *Idem*, n.^o 2.

⁽²⁵⁾ *Idem*, n.^o 6.

Por 1603, como supomos, senão antes, se devem ter dirigido o juiz e oficiais da igreja de S. Sebastião da Pedreira ao Rei D. Filipe II, alegando que ela «estava muito danificada e pera cair e porque era necessário derrubar-se e fazer se de nouo, e assy era mandado em muitas visitações e se não podia fazer sem se fintarem os fregeses da dita igreja conforme a suas fazendas» e pedindo lhes mandasse passar provisão para cobrança da finta. Para despachar o requerido o Soberano ordenara, previamente, ao Provedor das Capelas se informasse do alegado na petição e mandasse «fazer as traças da igreja que de nouo se auia de fazer e se fizesse orçamento do que poderja custar a obra della». Este comunicara ao Rei que havia necessidade de proceder à obra mencionada, conforme a traça a ela conveniente, a qual orçaram em 2350\$000 réis Brás Cardoso e Gaspar Gonçalves, mestres de obras de pedraria e carpintaria, que, perante o Provedor, juraram aos Santos Evangelhos.

El-Rei atendeu a petição e por alvará passado em Lisboa aos 3 de Janeiro de 1604 ao Provedor das Capelas da cidade mandou-lhe lançar a finta a «todos os mosteiros e pessoas da dita fregesia que no seu limite della tiverem fazendas de qualquer calidade e condição que sejam».

A finta seria lançada sobre todos os moradores da fregesia de S. Sebastião da Pedreira possuidores de «casas, quintas, ortas oljuaes, e outras quaesquer fazendas de rais, e as alugarem e arrendarem», as quais «pagarão do aluguer e renda dellas a reção de cinco por cento, e pela mesma maneira, e ao dito respeito de cinco por cento pagarão as pessoas que ujerem em casas, quintas ortas e oliuaes e outras quaesquer fazendas e propriedades suas proprias que não tiverem alugadas nem arrendadas, e isto sendo lhe os ditos alugueres e rendas das ditas propriedades aualjadas por pessoas que o bem entendão assy como se estiuerao arrendadas e alugadas por seus donos e senhorjos», tudo especificado no mesmo diploma.

Não foram excluídas da finta as pessoas que na fregesia e seu limite viviam em casas de aluguer, por não possuírem casas próprias, pois os mesmos avaliadores, ajuramentados aos Santos Evangelhos pelo Provedor estimariam suas fazendas e os que as tivessem no valor de 100\$000 para cima de 400 réis e daí para baixo até 50\$000 réis, 300

réis «e dos ditos cincoenta mil reis pera baixo pagarão a cem e a sesenta, trynta e vinte a soldo a ljuza como mjllhor parecer segundo a posse e ujuenda de cada hum porque os que na dita fregesia tiuerem casas posto que ujuão em outras daluguer não pagarão senão pelo aluguer das suas proprias casas ao dito respeito de cinco por cento».

Também se incluíram na finta «os foros das casas, quintas oljuaes, ortas e outras quaesquer propriedades que na dita fregesia estiuerem», pagando os senhorios delas à razão de cinco por cento.

Ordenou El-Rei ao Provedor que houvesse um escrivão e recebedor do dinheiro da finta, os quais seriam eleitos por este oficial com a condição de que «serão pessoas de tanto credito e confiança que possa estar bem seguro o dito recebimento pera o qual auera hum liuro numerado e assnado por vos com declaração de quantas folhas tem em que seia caregado todo o dito dinheiro que ouuer e se arrecadar da dita finta e avera nelle titolos apartados a saber hum do dinheiro que se tjar pelos alugueres das casas e outro do que pagarem as pessoas por suas fazendas e outro das esmolas que se derem pera a dita obra os quaes titolos se farão com todas as declarações que vos parecerem necessárias e assy avera outro liuro numerado e assnado pela dita maneira em que se escreveu toda a despesa que o dito recebedor ade fazer do dito dinheiro pera pelos ditos liuros auer de dar conta como entrega de tudo o que recebeo e despendeo».

No diploma se determina que o dinheiro se não gaste em outra coisa alguma que não seja nas obras da igreja «para que somente conçado esta licença», diz o Soberano ao Provedor e «assy como se for arrecadando por vossa ordem se entreguara ao mestre das obras da dita igreja do qual tomareis conta como a dita obra fora acabada ou nos tempos que vos mjllhor parecer vendo os ditos livros e sabereis se se despendeo em outras cousas e achando que se fez a dita finta e aplicou o direito della conforme a este aluara o leuareis em conta e pelo contrario procederis nisso na forma delle e como sois obrjgado por bem de vosso regimento e de minhas ordenações».

Como era hábito, não foi esquecido que «avera huma arca em que se meta o dinheiro que se

arrecaçar desta finta que terá tres chaves com fechaduras de diferentes guardas das quaes terá o provedor huma e outra o thesoureiro e outra o escriuão, e quando se ouuer de tirar dinheiro da dita arca estarão todos presentes».

Tudo foi devidamente acatelado, tanto para bem da obra, com as necessárias precauções para não haver desperdício do dinheiro cobrado, como para segurança dos fintados, pois se lhes mandava passar recibos, *conhecimentos* como então se dizia, discriminando-se a forma de os fazer.

Não se respeitaram privilégios de categoria, porquanto se mencionou «que do dito lançamento se não possa escusar pessoa alguma de qualquer calidade e condição que seja posto que sejam pessoas de titollo ou fidalgos, ou desembargadores sem embargo de quaesquer perujlegios, liberdades, jsenções e prehemjnencias que tenham posto que dos tais lançamentos os escuze e faça expressa e particular menção que não pague para a obra da dita igreja e de quaesquer outras clausullas derogatorjas que seus preujlegios tenham porquanto por asy se fazer em tempo dos reis

meus antecessores em semelhantes lançamentos o ey assj por bem».

A escusa de pagamento das pessoas privilegiadas não lhes aproveitava, porque no alvará se previa tal facto, mandando o Rei se fizesse execução nas suas fazendas e rendimento delas pelas quantias que lhes cabia pagar à razão de cinco por cento, fossem elas dos senhorios ou dos alugadores, a fim de que «com toda a breuidade posiuel paguem todos huns e outros e se possa fazer a dita obra pera a qual fareis dar todos os officiaes, serujdores e materiaes que forem neçessarios os quais lhe não serão tomados por pessoa alguma amdando na dita obra e toda ajuda e fauor que cumprir assi pera arrecadação do dinheiro da dita finta como pera se acabar a obra com a breuidade que conuem». Quem fizesse o contrário incorria em pena de cem cruzados, de que metade seria para os cativos e outra metade para a dita obra, ficando os prevaricadores sujeitos a execução.

Um dos officiaes escolhidos pelo Provedor daria mensalmente conta ao Arcebispo do andamento da obra e do que nela se fazia.

Interior do templo



O alvará teria efeito para mais de um ano, sem embargo do disposto na Ordenação, o que parece indicar se prever que a obra duraria alguns, já pela insuficiência da finta cobrada em um só, já pela demora dos trabalhos, pois então eram, geralmente, lentos⁽³⁶⁾.

Em 27 de Novembro de 1620, data de um alvará do mesmo rei, a capela-mor não estava pronta, porquanto se diz nele terem Francisco Esteves e Lourenço da Costa, juizes superintendentes das obras da igreja, pedido autorização de dar «a Dona Fillipa de Tauora pera ella e susseores de seu morgado a capella mor da dita jgreia noua com declaração que a dita Dona Fillipa pagara o custo que ategora se tem feito na dita capella mor, e a sua custa a acabara e prefiissoara na forma das tracas que delle se tem feito». Isto, todavia, só «quando aos freguezes da dita jgreia poderem vzar liurement da dita capella mor em todo o scruiiso do culto deuino», devendo assistir o provedor dos Resíduos da cidade e quatro freguezes da mesma igreja, que ele escolhesse, dos quais seriam dois nobres e os outros dois de menor condição.

No referido alvará se diz que «pera a dita capella mor se tresludara o corpo do patriarca Dom João Bermudes que esta na jgreia uelha»⁽³⁷⁾. Embora o local indicado fosse na capela-mor, a sepultura do Patriarca não ficou aí, mas da parte debaixo dos degraus da entrada para ela⁽³⁸⁾ onde ainda se encontra.

Quando em 1954 se levantou o pavimento da igreja, que era soalhado e passou, lastimavelmente, a ser de tacos de madeira, ficou à vista a campa de D. João Bermudes, que tinha a seguinte inscrição, lida pelo académico Sr. José Maria Cordeiro de Sousa, acompanhada do braço de armas respectivo⁽³⁹⁾:

SEPULTURA DO PATRIARCA DALEXANDRIA
DOM IOÃO BERMVDES FALECEO NO ANNO
DE 1570 TRESLADARAO SE OS OSSOS EM
16 DE OUTUBRO DE 1653.

⁽³⁶⁾ Documento I.

⁽³⁷⁾ Documento II.

⁽³⁸⁾ Documento IV, n.º 14 e 16.

⁽³⁹⁾ *A Sepultura do Patriarca da Alexandria*, no «Boletim da Junta da Provincia da Estremadura», série II, n.º XXIX a XXXI, correspondentes ao ano de 1952, Lisboa, pág. 66.

O traslado do Sr. Cordeiro de Sousa mantém as abreviaturas e foi feita por linhas, de harmonia com a disposição da lápida. N.º, conforme o princípio que defendemos em *Da Publicação Epigráfica*, trabalho publicado no «Arquivo Histórico de Portugal — Revista de Cultura», por nós dirigida, I Série, vol. V,

O Rev. Prior Monsenhor António de Oliveira Reis mandou abrir a sepultura para exame dos ossos, verificando-se estarem nela enterradas diversas pessoas⁽⁴⁰⁾. Lavrou-se auto do que então se observou, datado de 14 de Setembro de 1954⁽⁴¹⁾.

A memória paroquial de 1760 diz que o corpo do Patriarca se enterrou em 1570, ano da sua morte, em humilde sepultura que mandara fazer à porta da ermida de S. Sebastião, de onde foi trasladado para a igreja nova na data inscrita na campa⁽⁴²⁾.

Não devemos, todavia, pôr de parte as duas datas que os autores antigos indicam — 1608 e à volta de 1652 — como fundação da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, porque eles, decerto, as tomaram de qualquer fonte pouco explícita e as aplicaram mal.

D. Filipe II, no seu alvará atrás mencionado, mandou, em 1604, que tanto na cobrança da finta como no acabamento da obra, se procedesse «com a breuidade que conuem», a qual não seria, contudo, muito curta, atendendo a que levariam considerável espaço de tempo a fazê-la, porquanto

Lisboa, 1944, págs. 229 a 235, embora utilizando a lição do distinto epigrafista, desenvolvemos as abreviaturas e não separamos as linhas.

Igual procedimento seguimos noutras transcrições.

A biografia do enigmático Patriarca, personagem de discutidas intenções, pode-se ver no mencionado trabalho de Cordeiro de Sousa e no de Elaine Sanceau *Em Demanda do Preste João*, tradução do Dr. José Francisco dos Santos, cuja 2.ª edição, anotada pela autora, é do Porto, 1944.

Em várias obras antigas existem elementos biográficos, certamente já todos aproveitados, assim como no Documento IV, n.º 14, 15 e 16.

A descrição feita pelo Sr. Cordeiro de Sousa das armas do Patriarca da Alexandria não permite reconstituir o que estava no escudo, nem sequer admite uma interpretação razoável.

⁽⁴⁰⁾ Conforme se lê no Documento IV, n.º 16, o corpo de D. João Bermudes ao ser trasladado estava «sem mão cheyro, e com a mayor parte das sagradas vestes pontificays incorruptas». Se passados oitenta e três anos assim se encontrava, parece que ao abrir-se a cova em 1954 ainda se deveriam achar elementos de identificação, caso se procedesse com as cautelas científicas postas nas escavações de carácter arqueológico. O facto de na mesma sepultura terem enterrado posteriormente (ou anteriormente?) outras pessoas não era impeditivo de se separarem, por grupos os ossos ali jacentes.

A «forma atbribária» por que fora transferido da antiga sepultura, como diz o auto — Documento V —, não se coaduna com a informação de o corpo estar incorrupto, pois, ainda que no fundo da cova estivessem ossos de anteriores enterramentos, os do Patriarca não se misturariam com eles. Depois da deposição do seu corpo nesta última sepultura não é lógico que se lançassem outros sobre ele, estando debaixo de campa com inscrição e armas que assinalavam ser sua cova própria.

⁽⁴¹⁾ Documento V.

⁽⁴²⁾ Documento IV, n.º 16.

podemos, sem esforço, admitir que se acabou em 1608, o primeiro dos anos apontados pelos escritores setecentistas. A outra data, por meados do século pode corresponder ao fim de alguma obra que não tivesse terminado naquele ano ou a qualquer remodelação ou acrescentamento importante feito então.

Esta obra, supomos, terá sido o acabamento da capela-mor imposto a D. Filipa de Távora pela concessão dela para servir de cabeça de um seu vínculo, pois só depois de pronta e de aberta ao culto dos fregueses se fariam as escrituras. Entrava-se, então, na posse da capela-mor e se trasladaria o Patriarca, como parece lógico deprender, visto o assunto vir tratado no citado alvará e indicar a mesma capela para local da sepultura de D. João Bermudes, a mudar da igreja velha, ou seja a ermida.

À trasladação procedeu-se nos fins de 1653, data que se conjuga bem com a frase do P.º João Baptista de Castro «pelos annos pouco mais ou menos de 1652» (43).

(43) É duvidoso que o alvará de 27 de Novembro de 1620 tenha produzido os seus efeitos quanto à autorização que o Rei deu aos juizes superintendentes das obras da igreja de eles poderem conceder a D. Filipa de Távora e sucessores do seu vínculo a capela-mor, com a condição de a acabar. Talvez o acabamento não estivesse a seu cargo, pelo menos até o fim, por lhe terminar a vida antes do termo da obra ou o dinheiro para ela.

Duas senhoras de igual nome e, certamente, próximas parentas, viviam então na freguesia: uma faleceu a 14 de Setembro de 1621, deixando testamento, do qual foram executores seu sobrinho Fr. Álvaro de S. Pedro, de Nossa Senhora de Jesus, e Maria de Jesus, freira do mosteiro de Santa Mónica (Arquivo dos Registos Paroquiais — Lisboa, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, *Livro dos Defuntos* começado em 1597, fl. 19 verso); outra morreu no ano de 1630, em dia e mês que não foram indicados no s'sento, viúva, nora de António da Cunha, moradora adiante de Palhavã, sem deixar testamento «por não ter de que», enterrada em S. Francisco da Cidade (*Idem, idem, idem*, fl. 29).

Esta última é que parece ser a pretensa acabadora da capela-mor, a quem se atribui a trasladação do corpo do Patriarca da Alexandria, seu tio, conforme corre, pois vimos algures ter sido casada com um Cunha.

Se fosse a primeira D. Filipa de Távora a de que fala o citado alvará não teria tempo de concluir as obras em sua vida; se a segunda, disporia de mais uns oito a nove anos para a empresa. Mesmo assim, não a haveria concluído, pois se estivesse pronta em sua vida a trasladação dos restos de D. João Bermudes ter-se-ia feito, como estipulava o diploma régio, o que sómente se executou vinte e três anos depois.

Do exposto concluímos: 1) pouca probabilidade em à referida senhora se haver concedido a capela-mor para cabeça de um vínculo, conforme se deprende da obrigação imposta «a ella e sucessores de seu morgado»; 2) haver quase a certeza de que as obras desta parte do templo só ficaram prontas em 1653 ou muito pouco antes, por no referido ano se ter feito a trasladação; 3) que esta não se fez por iniciativa de D. Fi-

OUTRAS OBRAS E DESCRIÇÃO DA IGREJA

Quando a igreja paroquial se fundou o sítio do seu assento era «alto & alegre» (44), «muito aprazível e lavado do Norte» (45). Presentemente, o seu bucolismo diminuiu, pois a paisagem perdeu o ar campestre que tinha então, com poucas ruas em que as casas não seriam muitas e grande o número de quintas. Da torre da nova igreja e, mesmo, do adro, avistava-se para o Norte a Serra de Sintra e para o Sul a vila de Almada e parte da Serra da Arrábida (46), panorama que os edifícios modernos construídos à sua volta encobriram.

A área da freguesia, desmembrada da de Santa Justa, era vastíssima; confrontava, a Sul com as de Nossa Senhora da Pena e de S. José, a Nascente com a de Nossa Senhora dos Anjos, a Norte com a dos Santos Reis, do Campo Grande, e a Poente com as de Nossa Senhora da Ajuda, do lugar de Belém, e de Nossa Senhora do Amparo, do lugar de Benfica (47).

Abrangia os sítios que se denominavam Chafariz do Andaluz, Marechal, Ponte de Palhavã, Piedade, Rua Nova das Picoas, Rua Direita, Rua do

lpa de Távora, visto o sobredito alvará a mencionar como vontade do monarca, e, também, porque se ela a promovesse é natural que o facto constasse da epígrafe gravada na campa, conforme se usava; 4) a mencionada senhora morreu sem bens, circunstância que explica não ter tomado a seu cargo a obra ou, pelo menos, não a haver concluído 5) este facto estar reforçado pelo de a mesma senhora se enterrar no mosteiro de S. Francisco da Cidade, onde, naturalmente, sua família possuía sepultura própria e não em a capela-mor de S. Sebastião, pois seria lógico ficar nesta em cova destinada a ela e, possivelmente, aos sucessores do vínculo, tudo de harmonia com o costume de então; 6) não saber o pároco P.º Urbano de Melo, ao menos por tradição, que D. Filipa de Távora interviesse na construção da capela-mor ou na trasladação acima mencionada, porquanto não alude ao assunto, nem sequer fala nesta senhora.

O P.º António Carvalho da Costa em 1712, data da primeira edição da sua já citada *Corografia*, isto é quarenta e oito anos antes da memória paroquial, também não fala em D. Filipa de Távora e quanto à mudança de sepultura de D. João Bermudes diz, apenas, que «mandou o sepultassem na antiga Ermida de S. Sebastião, donde o tresladaraõ depois para esta Igreja» (pág. 410), forma vaga à qual não se pode atribuir sentido especial, mas o de notícia vulgar. Foi o P.º João Baptista de Castro quem, na primeira edição do *Mappa*, atrás referida e publicada em 1758, informou que os ossos de D. João Bermudes foram transferidos por ordem de D. Filipa de Távora, sua sobrinha, para o cruzeiro da capela-mor da nova igreja (quinta parte, pág. 717).

(44) *Corografia Portuguesa*, 1.ª edição, tomo III, pág. 429.

(45) Documento IV, n.º 2.

(46) *Idem*, n.º 21.

(47) *Idem*, n.º 3.

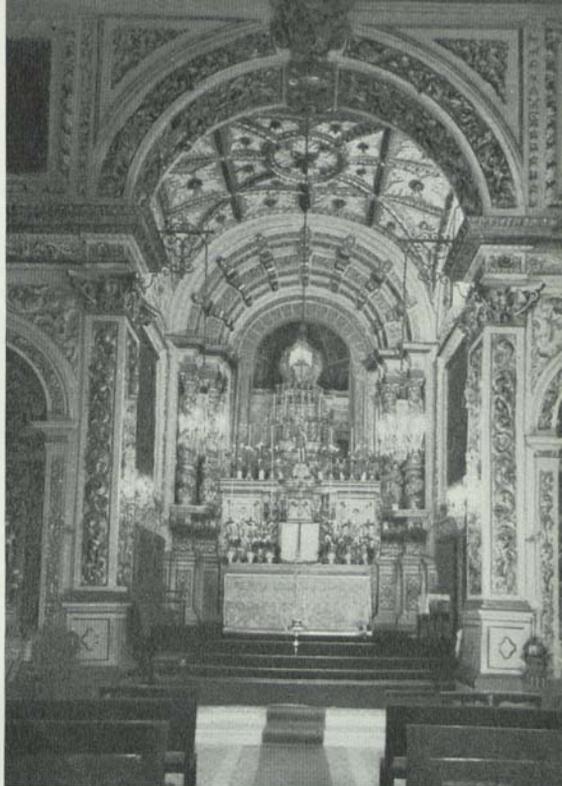
Rebello, Sete Rios, Convalescença, Cruz da Pedra, Ponte Velha, Laranjeiras, Palma de Baixo, Palma de Cima (só parte), Rego, Campo Pequeno, Arco do Cego, Cruz do Tabuado, Vale do Pereiro (parte), Campolide (parte), Ribeira de Alcântara (parte), o lugar de Pai Silva, S. João dos Bem-Casados, Rua de S. Francisco Xavier e a Travessa que ia para a Carreira dos Cavalos. Algumas destas ruas e sítios não existiam, de certo, no começo da paróquia, mas é, agora, impossível determinar as datas do seu aparecimento. Assinalam-nos o P.^o Carvalho em 1712 e a memória paroquial de 1760⁽⁴⁸⁾.

O templo da Pedreira não é grande, nem rica a frontaria, onde sobre o pórtico de tímpano triangular interrompido, se eleva uma pirâmide adossada, terminando em bola da qual sai uma cruz. Na base daquela encontram-se três setas alusivas a S. Sebastião, atravessando uma coroa aberta. Ao cimo, abrem-se dois janelões que ladeiam a pirâmide. O frontão, simples, tem um óculo redondo, encimado antigamente por uma cruz de pedra, substituída em 1947 por outra de ferro, em virtude de a primitiva se encontrar partida⁽⁴⁹⁾.

Está voltada para o Poente e tem duas portas laterais, uma do lado do Norte e outra virada ao Sul, mas esta, presentemente, já não comunica com o exterior.

Encostadas à frontaria, na qual penetram em parte, há duas torres, cada uma com três frestas de frente e outras tantas do lado. A torre direita ficou completa, com seu campanário e dois sinos⁽⁵⁰⁾, mas a da esquerda não passou acima da cornija. Não resta dúvida que estava no projecto elevá-la à altura da outra e pôr-lhe sinos. Atestam-no o desenho da obra de Gonzaga Pereira⁽⁵¹⁾, onde se vê parte da cantaria de uma das antas acima da base, e, interiormente, vestígios de escada, por alturas do coro.

Entre a estampa atrás mencionada e a frente actual da igreja, notam-se, ainda, pequenas dife-



Capela-mor no estado actual

renças: pináculos de pedra nos ângulos superiores da torre, sobre a sua cornija, em paralelepípedos terminados em bola; o coruchéu, encimado por cruz de pedra em vez de catavento de ferro; a construção de alto parapeito sobre o frontão e a base da torre da esquerda, parapeito sem justificação e que não trouxe beleza ao templo, construído, ao que parece, quando se fez a limpeza de todo o frontispício, em 1947⁽⁵²⁾.

No desenho de Gonzaga Pereira há notável falta de perspectiva, vendo-se a construção baixa feita junto da frontaria esquerda com duas faces livres, a da frente e a da direita. Isto não corresponde à verdade, porquanto tal anexo se encosta completamente à igreja. A porta e a janela que se apresentam na sua parede lateral direita não lhe pertencem, mas à própria parede do templo, como se pode verificar comparando a sobredita estampa

(48) *Corografia Portuguesa*, 1.^a edição, lugar citado; e Documento IV, n.º 2.

(49) Informação contida em uma pequena memória elaborada pelo Sr. Joaquim Luís Cardoso.

(50) Documento IV, n.º 21.

(51) Biblioteca Nacional de Lisboa — Secção de Manuscritos, Fundo Geral, códice n.º 215, *Descrição dos Monumentos Sacros de Lisboa...*, Lisboa, 1840.

(52) Informação do Sr. Joaquim Luís Cardoso.

com a fotografia da igreja, no seu estado presente, que, neste ponto, não sofreu alteração. No resto, nota-se igual erro no desenho, que tanto apresenta o templo visto de frente, como de lado.

Mede a igreja no interior 23 m por 10,5 m nas suas maiores dimensões. Dentro destas medidas cabe a capela-mor com 6,35 m de comprimento por 5,25 m de largura; e o vestíbulo ou vão do coro com 8,25 m por 3,25 m. O arco triunfal tem internamente 4,25 m de largo. Todas as medidas são aproximadas.

Em 1718 continuaram as obras do templo, que até este ano era, mesmo interiormente, pobre, de paredes nuas. Então «principliarão nesta igreja varias obras de pedra e cal e pedraria fazendo se lhe correspondencias que não tinha levantov se o tecto, e gvarnercerão se as paredes e coro de talha dovrada, e apaynelada sendo os payneis do corpo da igreja os doze apóstolos da companhia de Christo senhor noso de excelente pintura, e da mesma sorte os do coro e subpedaneos do mesmo coro; do cruzeiro, e capela mor, e com especialidade o da boca da tribuna que he da cea do Senhor obra de Marcos da Crus o mais insigne pintor que houve nesta cidade no seculo pasado; o tecto he feito em volta redonda de estuque com pintura de architettura»⁽²³⁾.

Não corresponde esta descrição ao que existe, embora conserve o feitiço. Ignoramos quando o remodelaram e qual a transformação sofrida. Era anteriormente de madeira e esta foi substituída por estuque ou o material não variou e, apenas, se fez nova pintura por a antiga estar estragada?

Não encontramos qualquer referência ao assunto. Diz-se que o pintou, como está, João Câncio de Sousa no século passado⁽²⁴⁾. Tem um medalhão

central, longo e quadrilobado, representando S. Sebastião, em subida ao Céu, rodeado de pequenos anjos nus que o coroam e seguram símbolos de glorificação e da matrona que lhe tirou as setas do corpo com elas na mão.

Este medalhão está acompanhado de outros dois redondos, postos um acima e outro abaixo, e de dois elípticos que o ladeiam. Contêm um Papa, dois bispos e S. Jerónimo.

Encontra-se o tecto dividido no seu comprimento em cinco faixas de largura e decoração diferentes, duas a duas, distanciadas e simétricas, sendo mais larga a do meio. Nas quatro laterais há jarrões com flores, assentes em plintos altos, cabeças de anjo, ramos cruzados e ornatos florais estilizados, assim como diversas molduras. A pintura do fundo é de tintas claras.

Em um restauro feito no século corrente o medalhão de S. Jerónimo teve de ser repintado, encarregando-se do trabalho o Sr. Joaquim Luís Cardoso.

Na parede, por cima do arco triunfal, simétrico ao óculo do frontispício, vê-se um medalhão redondo, com o pelicano, símbolo cristão de amor e caridade.

As paredes laterais, apesar de o grande terramoto não haver causado estragos no templo, devem, posteriormente, ter apresentado desvios, o que obrigou a repuxá-las por meio de quatro esticadores de ferro.

Seria erro estranhar a pobreza do templo. Além de ficar fora dos muros a freguesia era, a bem dizer, rural, embora confinasse com a cidade. Se o exterior é simples, sem qualquer motivo arquitectónico de relevo, o interior mostra-se muito diverso. Tanto as paredes do corpo da igreja, de uma só nave, como as da capela-mor e, até, o tecto desta se guarnecem de talha aberta em volutas de grande relevo e em festões de folhas acamadas. No arco triunfal corpos de crianças nuas, cabeças de águias e serpentes e, ainda, oito figuras humanas com largas roupagens quebram a monotonia das volutas.

A talha das paredes e o coro não se encontram completamente dourados, como se menciona na memória paroquial, mas pintados de branco cal sobre fundo azul anil. Somente em alguns frisos, capitéis, conchas e pequenos ornatos entrou o ouro, o mesmo acontecendo na capela-mor e seu tecto. A discordância provirá de o Pároco ter feito

⁽²³⁾ Documento IV, n.º 7.

⁽²⁴⁾ *Inventário de Lisboa*, por Norberto de Araújo e Durval Pires de Lima, fascículo XI, Lisboa, 1956, pág. 30. Por falecimento daquele distinto jornalista, foi convidado pela Câmara Municipal de Lisboa, editora da obra, a continuá-la o Dr. Durval Pires de Lima. No fascículo citado somente o artigo referente à igreja de S. Bartolomeu da Charneca é da autoria deste douto investigador histórico, que nos outros, já escritos, fez leves retoques.

Por a parte de Norberto de Araújo não nos merecer confiança, demonstrada por várias informações que aí dá, as quais fazem suspeitar, até, que ele não visitou a igreja, só aproveitaremos o seu trabalho, rara e duvidosamente.

Verificámos, também, que no trabalho *Notícias Históricas das Freguesias de Lisboa*, publicado na «Revista Municipal» n.º 15, Lisboa, 1.º trimestre de 1943, pág. 6, A. Vieira da Silva compilou sem apuramento da verdade. Este facto leva-nos a não utilizarmos o seu trabalho.

descrição insuficiente ou de haver repintura, pouco provável, por se passar de uma forma rica a outra pobre. Inclinamo-nos para a primeira hipótese, tanto mais que o ouro é muito resistente, podendo atravessar vários séculos sem grande dano.

Reveste o terço inferior das paredes da nave silhar de azulejo com a vida do patrono, todo pintado a azul, sem recorte no bordo superior. Daqui para cima, até o friso do tecto, desenvolve-se a obra de talha, apenas interrompida pelas aberturas das janelas e pelos caixilhos das telas pintadas a óleo.

Dois elegantes e altas colunas salomónicas de mármore branco, suportam o coro, lançado em belas curvaturas, com balaústres bem trabalhados. Na parede do fundo do coro, entre duas janelas e por baixo de um óculo redondo, encontrava-se uma tela grande, representando o triunfo da Sa-

grada Eucaristia, agora injustificadamente na sacristia.

A capela-mor, bastante pequena, não possui azulejos e na talha parietal incrustam-se dois grandes quadros com cenas religiosas.

Como todo o corpo da igreja, cuja talha está pintada de branco cal, com o fundo azul anilado para se harmonizar com a cor dos azulejos, também a capela-mor tinha pintura igual, que foi renovada ainda não há muitos anos, mas empregando-se tintas diversas na qualidade e nos tons. Esta repintura alcançou a cabeceira da nave, atingindo os altares dela.

A capela-mor é guarnecida de festões dourados, com folhas de louro e bagas, que emolduram as telas e se cruzam em artesões no tecto, em cujos intervalos se vêem flores.

O arco triunfal, assim como os da capela do Santíssimo Sacramento e das duas que ladeiam aquele,

Parte inferior da igreja



são pintados de branco, formando molduras às faixas lavradas, com ornatos diversos, cobertos de ouro.

Há, no corpo da igreja duas cimalthas marmoreadas, cor de vinho, uma ao cimo da parede e outra a dois terços da altura. Por baixo da inferior corre uma faixa avermelhada, com volutas brancas e cabeças de anjo douradas, sob a qual se vê outra, estreita e lisa, amarela, marmoreada, a qual se encontra, também, nos enquadramentos dos painéis de talha. A faixa vermelha aparece, ainda, nas sobreportas.

Em 1760 estava o sacrário no altar-mor «preciosamente ornado», com um nicho de cada parte, encontrando-se do lado do Evangelho «a perfeíssima imagem de Maria Santíssima com o título da Senhora da Saúde» e no lado da Epístola a de «S. Sebastião chamado da Pedreira, por ser feito de huma pedra que se tirov de huma pedreira sobre a qual esta fundada esta igreja»⁽⁵⁷⁾.

É evidente fantasia a explicação do sobrenome aplicado ao Santo Mártir, porquanto ela provém da imagem se encontrar no templo chamado da Pedreira (primeiro ermida, depois igreja) que assim se denominava em virtude do sítio ser conhecido por tal, topónimo tirado da existência daquele afloramento. Se a imagem foi ou não feita com um bloco extraído desta pedreira é caso que não tem importância para a designação, mas é possível que a pedra haja vindo de longe, escolhendo-se qualidade já provada em escultura. Esta imagem, como escreveu o P.^o António Carvalho da Costa, proveio da ermida onde esteve, anteriormente, a sede da freguesia⁽⁵⁸⁾.

Examinando a escultura vê-se não ser da época a que a atribuem, mas setecentista. É, talvez, estranho que se haja feito uma imagem de pedra no século XVIII para altar e, possivelmente, andor, pois destinadas a nichos, tanto interiores como exteriores, se usaram mesmo então, quando tinham grande expansão as de roca e as de madeira. Haverá fundo de verdade na informação que tais autores nos transmitiram e a imagem, por ser tosca para o gosto do século XVIII, teria sido afeiçoada a ele?

Também a imagem de Nossa Senhora da Saúde que o P.^o Carvalho da Costa diz ter vindo de

Roma trazida pelo Patriarca D. João Bermudes em 1559⁽⁵⁷⁾ não é obra deste século, mas do XVIII.

Estariam ambas arruinadas e, por tal facto, foram substituídas por outras semelhantes, que seriam as representantes das primitivas, passando pelas próprias?

Tinha esta igreja no ano de 1760 «quatro capelas todas no cruzeiro»⁽⁵⁸⁾. O templo não possuiu nunca cruzeiro, pela simples razão de a sua planta não ser em cruz, mas compreende-se a frase do pároco Urbano de Melo, que recorreu a analogia. Também chamou capelas a simples altares metidos em arcos.

Do lado da Epístola, o altar da frente, de Cristo crucificado, conhecido por Senhor Jesus do Bom Nome, tinha as imagens do Menino Jesus, da Senhora da Soledade e de S. José; o da parede lateral era o altar das Almas, com as imagens de S. Pedro e de S. Brás⁽⁵⁹⁾.

Do lado do Evangelho, no altar fronteiro, estavam as imagens de Santo António, S. João Baptista, Santa Catarina do Monte Sinai, Santa Luzia e Santa Rosa de Lima; e no do lado, o de Santo Amaro, encontrava-se uma imagem de Cristo crucificado trasladada para esta igreja por ordem do Arcebispo, aos pés da qual estava a da Senhora da Piedade com o título de Senhora do Resgate, à direita a de Santo Amaro e à esquerda a de S. Gonçalo de Amarante⁽⁶⁰⁾.

De todas as imagens referidas só existem os dois Cristos crucificados, as Senhoras do Resgate, da Saúde e da Soledade, S. Sebastião e S. Pedro. Há, porém, duas imagens antigas não mencionadas na informação de 1760; a de Nossa Senhora da Conceição e a de S. Miguel, já no ano corrente restaurada e repintada. Aquela, talvez viesse de alguma incorporação como mais tarde sucedeu com a de Santa Rita de Cássia, proveniente do extinto Mosteiro de Santa Rita, que existiu na freguesia⁽⁶¹⁾; a do Arcanjo poderá ser anterior, pois esta ou outra devia haver no templo, visto nela se encontrar formada uma confraria do seu nome.

(57) *Ibidem*.

(58) Documento IV, n.º 10.

(59) *Ibidem*.

(60) Documento IV, n.º 11.

(61) *Descrição dos Monumentos Sacros*, já citada.

(55) Documento IV, n.º 9.

(56) *Corografia Portuguesa*, 1.^a edição, pág. 429, dizendo: «que he de pedra, & veyo da Igreja velha».

O Cristo crucificado que se achava no altar de Santo António supomos seja o da sacristia antiga, actualmente antecâmara de outra, construída no ano de 1949. Veio esta imagem com a da Senhora da Soledade para a igreja por ordem do Patriarca D. Francisco de Saldanha «porqve estavam em huma caza indecente»⁽⁶²⁾.

Presentemente, há imagens novas, deste século. São as do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora da Assunção, de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora de Fátima, de S. José, de Santo António e de Santa Teresinha do Menino Jesus e do Senhor dos Passos, todas elas obras de santeiro.

A de S. Pedro, antiga mas já repintada, sofreu no ano corrente nova pintura, que, como a de S. Miguel, mostra a falta de competência e de sensibilidade artística dos industriais da imaginária religiosa em Portugal.

Em 1760 diz-nos o pároco Urbano de Melo, já havia nichos no altar-mor. Como o interior da igreja só começou a ser adornado em 1718 não deviam ser muito antigos, tanto mais que se vê claramente não terem existido no altar então feito, pois para os construírem foi necessário subir a base do trono, que se encontra elevada acima do lugar próprio bastantes decímetros, como o demonstra exame atento.

O alçamento do trono não trouxe, decerto, outro benefício além de arranjar lugar para mais duas imagens, pois diminuiu a altura do arco, o que lhe tirou beleza e trouxe desarmonia ao conjunto. Na igreja existem cinco altares, o mor, os dois colaterais já mencionados e outro defronte da capela do Santíssimo Sacramento, esta muito posterior ao arranjo interno do edifício.

O altar principal é de talha, análogo aos da nave, tendo como estes duas colunas torsas, a cada lado, envolvidas por hastes de videira, folhadas e frutadas, pintadas de azul e com as partes em relevo douradas, as quais assentam em mísulas. No espaço visível entre a base do trono e a banqueta do altar existiam os nichos envidraçados onde se guardaram pequenas imagens. Os nichos foram tapados há vinte anos, pouco mais ou menos.

A mesa do altar, bastante afastada do alçado, é de mármore cor-de-rosa, em forma de caixão, divi-

dido verticalmente por três faixas, em relevo, que correm, na mesma largura, à volta de todo o frontal, formando quatro rectângulos postos ao alto, dentro de cada um dos quais há uma lisonja lisa, que se firma no emolduramento e fica no mesmo plano.

O silhar do fundo da capela é de mármore branco com embrechados de massa negra e uma placa de mármore vermelho embutida no centro de cada peça.

No fecho do arco triunfal há uma custódia assente em cartela envolvida por ramagens formando volutas e sustida por dois meninos nus. É o emblema que atesta a construção e posse da capela-mor pela Irmandade do Santíssimo.

Dos altares existentes só o que fica junto da capela do Santíssimo Sacramento tem emblema alusivo ao seu patrono — Santo António — na cartela que fecha o primeiro arco interior, onde se vê o livro e a cruz, insígnias peculiares deste doutor da Igreja.

A capela do Santíssimo Sacramento não existia em 1760, pois vemos que no lugar da sua entrada estava o altar de Santo Amaro. Ainda que não conhecêssemos tal circunstância chegaríamos também, pela observação, a concluir que ela se fez posteriormente à cobertura das paredes com talha e azulejos, já no reinado de D. Maria I.

O arco de entrada é mais largo do que o do altar seu antecessor para o que se necessitou cortar parte das volutas das ramagens da talha, o que não aconteceria se fosse contemporâneo, pois, em tal caso, se ajustariam as folhagens ao tamanho dos painéis e não se cercariam conforme as vemos.

Por outro lado, tanto o seu interior, como a porta e a cancela mostram elementos decorativos da época da Rainha D. Maria I: laços, rosetas, festões, etc.

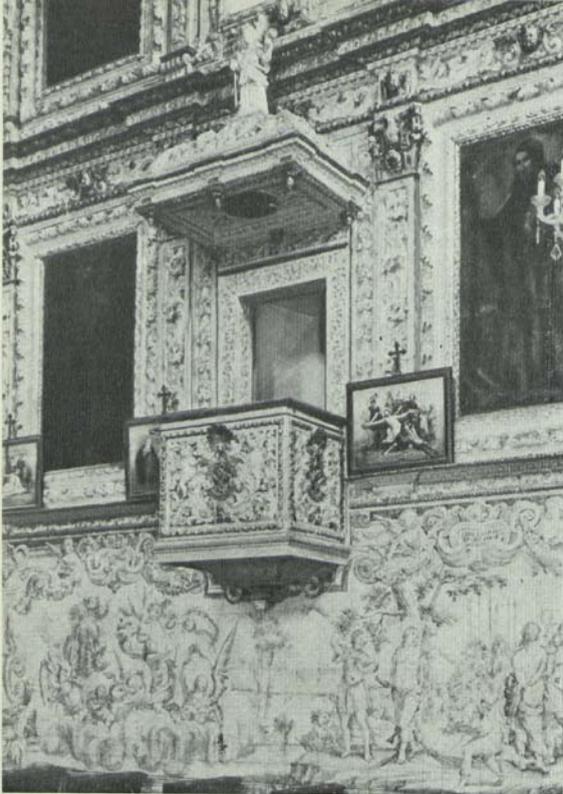
Depois de chegados à conclusão atrás referida soubemos da existência de um assento que a confirma e elucida quanto à data, motivo porque se fez e quem a mandou construir.

Diz o seguinte, na sua parte principal:

«Termo acerca da capella do Santissimo.

Aos vinte dias do mez de Setembro de mil oitocentos e doze em a Caza do Despacho da Irmandade do Santissimo Sacramento desta freguezia de San Sebastião da Pedreira em Meza a que prezidio o Illustrissimo, e Excellentissimo Nuno Freire de Andrade, como juiz da mesma Irman-

(62) Documento IV, n.º 11.



Púlpito do lado da Epístola

dade, o escrivão, e mais irmãos abaixo assignados foi uniformemente proposto de quanta decencia serviria ao culto do Santissimo Sacramento haver nesta igreja, e freguezia huma cappella onde propria, e privativamente estivesse collocado o sacario do mesmo Santissimo Sacramento, e porquanto no termo feito em quatro de Agosto de mil oito centos e onze se tinha ditto que no adro desta igreja se achava alguma pedra que se havia tirado no desentulho de (*sic*) cemiterio a qual poderia servir para a factura da mesma cappella, e que se deveria desde logo proceder ao seu principio, e como athe agora se não havia começado por razoes que parecerao convenientes a mesma Meza e Irmandade, a mesma Meza ouvido o parecer de todos visto estarem removidos todos os obstaculos conveio em que desde logo se deve principiar a mencionada cappella seguindo em tudo o risco que temos adoptado o qual tirou o Mestre Thomaz de Aquino.

E porquanto esta irmandade se acha [com] fundos ou rendimento suficiente para esta obra a mesma Meza depois de ter aproveitado a esmolla que para a ditto cappella offerreceu o nosso irmão thezoureiro ora presente o Senhor Antonio Joze de Sequeira de mandar fazer a sua custa e por sua devoção não só as paredes da mesma cappella mas tudo o que fosse obra de pedreiro determinou tambem que se escolhessem alguns dias em que juntos com o Reverendo Prior / que para este fim se tem offerrecido / se fação peditorios para as obras da mesma cappella fazendo para este fim a mesma irmandade imprimir alguns bilhetes debaixo da forma que nos propoz o nosso irmão cappellaõ, e secretario» (64).

O sacario da capela do Santissimo encontra-se no altar-mor. A sua cúpula, que lhe daria magnificência, foi substituída por ornatos sem beleza.

Deve-se atribuir a construção da capela do Santissimo Sacramento, parece-nos, a colocação do grande Cristo crucificado no altar da antiga sacristia, pois foi desalojada a imagem que existia no altar de Santo Amaro.

Os azulejos que forram o baptistério, assim como o painel da pequena porta que do lado do Evangelho serve de entrada para o púlpito, datam, respectivamente, dos anos de 1939 e 1945, e são da autoria do Sr. Joaquim Luís Cardoso.

As telas pintadas que ornam a igreja, em disposição absolutamente simétrica, alcançam o número de vinte e oito, assim distribuídas; 14 nas duas paredes laterais, 2 ladeando o arco triunfal, 3 nas paredes do coro, 3 no tecto debaixo do coro, 4 distribuídas pelos lados da porta principal e as paredes colaterais, 2 na capela-mor, estas as de maiores dimensões. Há ainda, outra, representando a instituição da Sagrada Eucaristia, no alçado do altar da capela do Santissimo Sacramento, datada de 1814 e assinada C. V. M. iniciais do Cirilo Volkmar Machado.

No corpo da igreja doze quadros são relativos aos Apóstolos e os restantes a cenas bíblicas, todos de «excelente pintura», no juízo do P.º Urbano de Melo (64), o que não podemos verificar visto-se encontrarem muito escurecidos pelo tempo.

(64) Cartório da Irmandade do Santissimo Sacramento — *Livro de Termos de 1812 a 1816*, fl. 1.

(65) Documento IV, n.º 7.

colocados em lugares altos e alguns em sítio onde a luz não permite o seu exame ⁽⁶⁵⁾.

Uma tela que o pároco Urbano de Melo dizia «da boca da tribuna que [he] da cea do Senhor obra de Marcos da Cruz o mais insigne pintor que houve nesta cidade do seculo passado», já não existe. Na sua função de fechar a tribuna do altar-mor quando não houvesse exposição do Santíssimo se arruinou muito, pois trabalhava em correições, enrolando-se ao alto. Entregue a pessoa que se prontificou a tentar o seu restauro não voltou para a igreja ⁽⁶⁶⁾.

Como é sabido, quase até meados do século XIX os enterramentos faziam-se nas igrejas, dentro ou no adro, conforme as posses das famílias dos defuntos e, às vezes, também do seu desejo.

Havia, ainda, para os abonados as covas da fábrica da igreja e as que os mais ricos compravam para si e, geralmente, para o cônjuge e descendentes. Era contrato com carácter de perpetuidade, que o tempo e as ideias não respeitaram.

Na igreja de S. Sebastião, antes da renovação do pavimento devia haver grande número de sepulturas cobertas por campas de pedra, com epígrafes e, possivelmente, brasões, atendendo à circunstância de na freguesia viver muita gente grávida e nobre, embora parte dela fosse a enterar a outros templos onde tinham seus jazigos. Nada podemos, todavia, informar com clareza, porque um manto de argamassa ou cimento cobriu tudo para servir de suporte aos tacos de madeira, tão estranhos à feição portuguesa e de emprego moderno no País.

Escapou, não sabemos porquê, a parte inferior da igreja que fica por baixo do coro e pouco entra em a nave. É toda lajeada e em duas filas se alinham dezasseis covas, numeradas de 1 a 9 e de 7 a 16, a começar da fila mais interior. No pátio do escadório, mesmo defronte da porta principal, vêem-se duas campas, mas já se não distinguem inscrições, que, certamente, tiveram.

⁽⁶⁵⁾ No *Inventário de Lisboa*, já citado, pág. 30, diz Norberto de Araújo que os vinte e três quadros foram pintados por Francisco da Silva, artista do século XVII.

O pároco Urbano de Melo atribui o painel da Ceia, que fechava a tribuna, a Marcos da Cruz, pintor do mesmo século. É estranho que na talha do século XVIII se metessem telas do antecedente, o que só pode ter explicação por elas serem adquiridas quando se guarneceu o interior do templo ou por já nele se encontrarem anteriormente a esta obra.

⁽⁶⁶⁾ Informação do Sr. J. L. Cardoso.

Identifica-se, apenas, uma única sepultura, a do Patriarca de Alexandria, D. João Bermudes, situada junto dos degraus da capela-mor, conforme já dissemos.

A igreja estava isolada no primeiro quartel do século corrente, tendo, apenas, encostada a si a casa da irmandade do Senhor Jesus dos Pecadores, de que já falámos. Por trás do templo havia um barracão para arrumações e todo o terreno vago, tanto nesta parte como nos lados, se encontrava mal arranjado.

Em 1950 construiu-se uma sacristia por trás da capela do Santíssimo, com a entrada pela chamada sacristia antiga, e a casa do coadjutor, formando um todo, composto do rés-do-chão e primeiro andar, que no adro norte se apoia à parede lateral esquerda da casa daquela irmandade e à do fundo da mencionada capela e pelo outro extremo na propriedade particular confinante com o adro.

Chamamos neste trabalho sacristia antiga ou velha à que tem ligação com a capela do Santíssimo Sacramento, porque sendo mandada fazer pela irmandade de S. Miguel e Almas para seu uso privativo serviu de sacristia da igreja até 1949, por a irmandade já estar extinta. Anteriormente, a sacristia própria do templo era na actual capela do Senhor dos Passos. Ignoramos se o lugar desta capela teve o fim apontado ou se, primitivamente, lhe deram aplicação diversa.

No adro sul, como dissemos, se fez a capela mortuária, desaparecendo com a construção quase toda a sua área.

Também o Patronato de S. Sebastião restringiu o espaço vago da igreja no lado nascente, pois se veio firmar, em parte, na parede do templo.

Cumpra aqui assinalar que ao cimo desta parede, na parte central, se encontra um painel de azulejos policromos, em cujo centro se vê uma custódia de formato rectangular. O painel termina superiormente por uma cruz, também de azulejos, e por baixo, gravada na parede, se lê a data de 1677..., a qual, supomos, corresponde ao fim de qualquer obra feita pela irmandade do Santíssimo.

Junto da parede sul do templo, em posição simétrica à casa de despacho da irmandade do Senhor Jesus dos Pecadores, se construiu em 1950 a capela mortuária, da invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Para ela se trouxe a mesa

do altar da sacristia antiga, de mármore. Tem imagem e silhar de azulejo modernos ⁽⁶⁷⁾.

O exterior desta capela é análogo ao da casa daquela irmandade, todavia sem andar por cima. À porta da frente, feita à semelhança da que se vê no sobredito anexo, varia no emblema esculpido no tímpano, onde se substituiu o coração e filactera que o acompanha, por uma cruz, sendo no restante perfeitamente igual. Tem a capela duas portas interiores, uma defronte do altar, encostado à sua parede sul, que já existia anteriormente e era uma das portas laterais da igreja, e outra que comunica com a capela do Senhor dos Passos, à qual fica encostada.

Na parede sul desta capela se vê um grande painel de azulejo, representando Nossa Senhora do Carmo, da autoria do Sr. Joaquim Luís Cardoso.

O interior do edifício da igreja, ressaltando a parte destinada ao culto — nave, capela-mor e capela do Santíssimo —, sofreu já neste século muitas transformações.

No lugar da actual capela do Senhor dos Passos, que servia de sacristia, como dissemos, esteve depois instalada a Junta de Freguesia, que sómente de lá saiu em 1943.

Como se pode verificar facilmente, a adaptação a capela consistiu em desfazer a divisão que existia no andar superior para aumentar o pé direito, obra efectuada no ano de 1949.

Na mesma ocasião se arranjou o cartório, que lhe fica pegado, e o escritório reservado ao prior, separado daquele por um vestíbulo, tudo do lado sul, com saída para um terraço, que comunica com a rua por escada de pedra.

Esta entrada da igreja foi então alargada, desfazendo-se a escada que dela conduzia à casa de despacho da irmandade do Santíssimo, no andar superior.

Construiu-se nova escada para o andar superior, encostada à parede de nascente, com um corredor que acompanha esta e serve de entrada para o átrio do Patronato de S. Sebastião, que liga com o pátio deste, existente na parte de trás do templo.

Quando se desfizeram os nichos do altar-mor, se abriu por baixo do trono uma pequena porta de comunicação para a sacristia então construída nas traseiras do altar, destinada a serviço privativo do prior.

Até essa ocasião o espaço compreendido entre o altar-mor e a parede nascente do edifício era amplo e nele se faziam sessões de cinema para as crianças da catequese.

Se a freguesia de S. Sebastião da Pedreira chegou a ser a maior e mais numerosa da Capital é lógico admitir que foi igualmente grande em rendimento e, portanto, em riqueza atável, que se patentearia em pompa litúrgica, alfaia e objectos de culto. Da sua possível grandeza existe um jogo de paramentos mencionado pelo pároco Urbano de Melo, como o mais rico de Lisboa.

Não há na igreja objectos de ouro, pois tanto os cálix como as custódias são de prata dourada. Um dos cálix foi adquirido pelo Prior Oliveira Reis.

O autor da memória paroquial não referiu senão os sobreditos paramentos e cinco lâmpadas, como coisas merecedoras de realce, o que nos leva a admitir não haver nessa ocasião outras dignas de mencionar. Fora a urbe assolada pelo grande terramoto havia quatro anos e dois meses e não estava ainda refeita do cataclismo, que, em recompensa, lhe daria tão grande desenvolvimento e beleza, embora a privasse de notáveis monumentos.

A partir do sismo, com a dispersão dos habitantes e a reconstrução em plano mais vasto da cidade, as freguesias circundantes, até aí menos compactas, tornaram-se muito povoadas. O aumento do número de fregueses reflectiu-se, evidentemente, em maiores proventos da igreja matriz. Por isso, supomos que ela deve ter beneficiado materialmente, adquirindo alfaia e objectos de culto e que estes não fossem mesquinhos.

Cinco lâmpadas estavam em 1760 continuamente acesas, das quais três no altar-mor. As outras duas alumiam os altares colaterais do Senhor Jesus Crucificado e de Santo Amaro, neste em obséquio da Senhora do Resgate, primeiramente posta no altar.

As do altar-mor eram da irmandade do Santíssimo a do lado da Epístola, de Nossa Senhora da Saúde a da parte do Evangelho «em tudo semelhante a do Santíssimo» e a central «do glorioso Martir S. Sebastião, a qual no dia dezoito de Janeiro de mil e setecentos e trinta e cinco, o senhor D. João o quinto de glorioza memoria mandou colocar no lugar em que se acha, he de extraordinaria grandeza foy feita em Roma, teve a El Rey em seu palacio mais de hum anno, e

⁽⁶⁷⁾ Informação do Sr. J. L. Cardoso.



Tecto

mandov lhe acrescentar algumas peggas reguladas pela sua singular idea de sorte que não há noticia que haja em todo este reyno alampada igval a esta; dotou a para sempre com oito cantaros de azeite em cada hum ano, que he pago pelo tezeiro das despesas do Concelho da Fazenda pelo preço que correr em cada hum ano com certidão do paroco da qual conste estar sempre aceza a dita alampada» (68).

Existe, agora, somente uma lâmpada de prata, no altar-mor, ladeada de dois pequenos lustres antigos de metal e bom cristal. Não sabemos se esta é alguma das existentes nos meados do século XVIII ou se desapareceram as cinco ao mesmo tempo e esta veio depois.

Há duas lâmpadas do século XVIII, muito simples, de latão, que já sofreram um banho metálico, ficando com aspecto prateado, porquanto algumas pessoas têm suposto serem de prata. Acha-se uma na capela do Santíssimo Sacramento e outra na do Senhor dos Passos. Supomos que o seu lugar primitivo foi defronte dos altares das paredes laterais.

Que succedeu a todas as peças de metal precioso da igreja, para agora haver tão poucas?

Elucida-nos um passo de certo livro do cartório da irmandade do Santíssimo, o qual diz «como pela invazão dos Francezes, esta irmandade diminuis de bens pela entrega da prata que foi obrigada a fazer em Fevereiro de mil oitocentos, e oito» (69). Se a irmandade teve de entregar aos invasores quanto tinha de valioso, forçosamente succedeu o mesmo à igreja paroquial em que se encontrava instalada.

É possível que algumas peças pequenas escapassem por as terem escondido, como o relicário de S. Sebastião, mas o mesmo já não podia acontecer às lâmpadas e objectos de culto que todos estavam habituados a ver. Por isso, se perderam, derretidos ou levados para França, pois a venda no País não é muito admissível, visto dever pesar sobre os compradores pena de excomunhão quando adquirissem coisas roubadas à Igreja e estas estavam no caso, embora entregues pelos possuidores debaixo da forma legal de requisição, de que se passavam recibos.

(Continua)

(68) Documento IV, n.º 12.

(69) *Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja Parochial de San Sebastião da Pedreira*, fl. 33.



RECORDAÇÕES DE UM VELHO DE BOA MEMÓRIA

POR JOÃO JARDIM DE VILHENA

SEGUNDA PARTE

(1895-1908)

CAPÍTULO I

No ano de 1900, o visconde de Castelo Borges, da mais alta fidalguia de Entre-Douro e Minho, senhor de 20 e tantas herdades, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, num momento de aborrecimento, imaginou fundar, em Lisboa, uma *Sociedade* de sujeitos moços e de ricas famílias, para propagar boas relações de amizade até fundarem auspiciosos casamentos. Alojou-se ele no Hotel Duran, no Largo do Quintela em Lisboa e instalou a sede da *Sociedade* num café, que ele financiava, por baixo do

Hotel Avenida Palace, até ao momento em que uma Senhora espirituosa, da alta roda lisboeta, se lembrou de chamar ao dito café — *Aquário dos Imbecis*. A alcunha *voou* por toda a Lisboa e quando essa Senhora soube que entre os imbecis, era assíduo, um seu filho, académico ilustre sábio etnográfico, lastimou-se o acaso insultante, de maneira que a *Sociedade* mudou-se para uma sobreloja na Rua do Alecrim e aí ficou até à sua extinção.

E no momento em que, para ela entrei, era assim composta:

— *Visconde de Castelo Borges*, figura insinuante, fazendo lembrar pelo crânio liso e lúsidio, barba diàriamente escanhoada, olhos pretos, um pirata malaio. Dos mais puros sentimentos, cuidadoso

com os infelizes e desgraçados, amigo dos seus amigos. Era o nosso dirigente, recebia os pedidos, escolhia para cada fim os certos que ele havia examinado nas suas habilitações morais e literárias, não admitindo contrariedades.

— *Vice-Presidente*: — Visconde do Alcaide, fidalgo beirão.

— *Secretário*: — José Teles Ximenes, fidalgo lisboeta — nesse momento, andava muito empenhado com o seu futuro casamento com a menina *Roccachilda*, (incorecção de *Rotschilde*), riquíssima e de boa família, recém-chegada do Brasil.

— *Tesoureiro*: — D. Tomás de Noronha, fidalgo lisboeta. Mais tarde, andou ele, descendente dos mais nobres Vice-Reis da Índia e que podia aspirar, em Lisboa, aos mais altos cargos, apaixonado por uma menina, filha de um prestamista do maior plebeísmo e queria casar com ela; o melhor da passagem, é que o pai dela não queria. Assim, resolveu D. Tomás matricular-se em Coimbra na Faculdade de Teologia, sob a protecção da família aristocrática dos Pomares e seguir a vida eclesiástica. Esteve assim até ao 3.º ano, depois matriculou-se em Direito, bacharelou-se, foi depois para a Índia Portuguesa, para professor de alemão e morreu professor deste idioma num liceu em Lisboa.

Henrique Otolini, italiano, filho do Ministro de Itália em Lisboa; Fernando Leite Pereira de Soydos e Joaquim, fidalgos provincianos, etc.

Ao todo, os membros da *Sociedade* eram 12.

A *Sociedade* não tinha receitas, portanto não tinha despesas. Era uma *Sociedade* altruísta. Era o nosso presidente que corria com as despesas quando as havia. Assim, os membros da Direcção, não tinham ordenado. Era tudo de graça, menos as despesas que os sócios faziam particularmente. Mas a *Sociedade* não operava somente em Lisboa. Veja-se este caso sucedido no Porto: — Uma senhora desta cidade, tendo-lhe morrido o marido, quis prestar-lhe as maiores e magníficas honras póstumas, que poderia prestar de acordo com a Igreja. Entre outras cousas, combinou com um parente para este fazer, à beira do túmulo, o elogio do finado, revelando as suas belas qualidades morais. Mas o parente, declarou-se inerte, antes do saímento do caixão. Então a viúva que conhecia a *Sociedade* pediu-lhe auxílio. Tirou-se à sorte um qualquer, com encargo de fazer tudo

quanto a viúva desejasse que se fizesse e o discurso que ele fez, elogiando as qualidades *morais* do finado, como banqueiro, foi tão comovente que arrancou lágrimas a todos os circunstantes.

E comentava-se depois que era preciso ter talento verboso para que um sujeito, sem conhecer a vida particular de outrem, pudesse comover até às lágrimas. O que é interessante é que passados tempos, o orador casou com a viúva do banqueiro e pagou todas as despesas que somavam alguns contos. Todo o aparato com que decorreu a cerimónia deu fama à *Sociedade*, de tal maneira, que muitos casamentos se fizeram depois e hoje os casados estão muito felizes e tiveram muitos meninos, ou estão com boas posições sociais.

Ora no dia 1 de Fevereiro de 1908, estava a *Sociedade* reunida na sua sede, pelas 4 horas da tarde e já ela tinha marcado para cada um dos seus sócios, o respectivo destino, quando ouvimos uma notícia que nos encheu de terror e nos comoveu enormemente: — *No Terreiro do Paço, haviam assassinado El-Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe, quando vinham do Alentejo e se dirigiam, em seus carros, para o Paço da Ajuda.*

A esta notícia seguiu-se um longo silêncio. Nas ruas notava-se em todos os transeuntes, um ar de tristeza e muitas pessoas gemiam e choravam. O presidente da *Sociedade* deu por inúteis todas as marcações, pediu um Padre Nosso e uma Avé-Maria pelas almas dos assassinados e em silêncio, descemos o Chiado, dobrámos a esquina para a Rua do Carmo, no sentido de procurar no Rossio, os carros para nossas casas, quando a certa altura, parámos em frente de um anúncio afixado numa porta:

MADAME BROUILLARD
VIDENTE E CARTOMANTE

E a todos veio à ideia, lembrando-se talvez do que havia acontecido, de surpresa, às duas vítimas do ódio republicano, de consultarmos aquela mulher que tinha fama de profetizar e de adivinhar por meio de cartas de jogar pintadas ou pelas linhas das mãos direita e esquerda, o futuro de quem a consultasse.

Madame Brouillard recebeu-nos, apesar de ser um pouco tarde, mas ela acenderia uma lâmpada trifolia (?) e a tocha luciferina. Espôs as condições: — todos se retrissem para a sala azul e

cada um entrava no consultório com a cabeça coberta por um pano preto. O vaticínio seria escrito e dobrado e metido dentro de um envelope. Cada um o levaria para a sua casa e só aqui o podia ler.

Assim se cumpriu todo este ritual. Pagámos e na rua separámo-nos uns dos outros, cada um para seu lado, melancólicos, como se levássemos a nossa maldição.

Nunca cheguei a conhecer o texto de todos os vaticínios. Lembro-me que o nosso Presidente, Visconde de Castelo Borges, fidalgo transmontano, o homem mais correcto nas suas acções, que tenho encontrado em toda a minha vida (pondo de parte pessoas da minha família, ultracorrectos e portanto fora da discussão e comparação) tendo ido a uma caçada nos matagais de Sintra foi ferido por um companheiro. Trazido para o Hospital de S. José e quando me viu, disse num tom angustioso — *maldita Brouillard* — como se tivesse sido ela a causa das suas desgraças. Este grito revelava que a vidente profetizando a sua morte, esta só podia ser assim, ferido mortalmente numa caçada. E se acertava com ele devia ter acertado com todos.

Um outro nosso consócio, cuja vida tempestuosa nós conhecíamos devia ter morrido, de acordo com o vaticínio da vidente, no Hospital de S. José, com o corpo coberto de chagas purulentas, pelo abuso que fazia da filogínia, gritando com dores que lhe mordiam as articulações. Foram estes os dois únicos que tiveram mortes trágicas, porque os outros talvez tivessem morrido nas suas camas, cercados das saudades familiares e na paz do Senhor.

CAPITULO II

Um dos homens que mais se notabilizaram nesta década foi o Dr. Francisco Maria da Veiga, ou o *Juiz Veiga*, como lhe chamavam. Laureado da Universidade de Coimbra. Fora nomeado *Juiz de instrução criminal do distrito de Lisboa* e que depois de ter tomado posse do cargo se mostrou cruel qual Pina Manique ou Barão Scarpia de trágica memória. Logo de entrada teve três enigmas, a decifrar: — quem escrevera o pasquim que na véspera o espalhara na plateia do Teatro

de S. Carlos, pasquim em que se ofendiam os senhores e senhoras da corte de El-Rei D. Carlos I e a Rainha Senhora D. Amélia; quem mandara à viscondessa de X as cartas que ela escrevera ao amante, com a intimação de que ela, se não as devolvesse acompanhadas duma grande quantia, essas cartas seriam enviadas ao marido; quem furtara a uma cantora da ópera um anel de esmeraldas, se a criada do hotel, se a do teatro e ele em 48 horas, de dedução em dedução resolveu os três enigmas. Do 1.º foi uma senhora da corte, despeitada por amor; do 2.º foi o próprio marido da viscondessa, jogador incorrigível, um cínico de 1.ª ordem; do 3.º foi a criada do hotel... E o nosso juiz de aplicar penas tão severas... que foram comutadas em breve tempo... por empenhos e por não terem passado do segredo dos arquivos que estavam a cargo de um amigo meu.

Certa noite em S. Carlos cantar-se-ia a *Cavalaria Rusticana*. Poder-se-ia dizer uma casa cheia se não houvesse um camarote vazio de 1.ª ordem, o que destoava no belo complemento da sala.

Quando bateram os primeiros acordes da sinfonia ouviu-se o ranger de uma fechadura abrir-se e ao rebordo do camarote vazio, umas pessoas.

Não há tempo para se conhecer os retardatários porque o pano correu-se e começou a ópera.

Quando acabou o 1.º acto e passou o entusiasmo, toda a plateia e o lado direito dos camarotes assentaram binóculos e com certeza ficaram todos na ignorância das identidades dos recém-vindos.

Um casal, mulher e marido, ambos em trajo de gala. Ele de casaca, ela decotada com pedras que pareciam brilhantes. Ele, tipo de homem, negociante, um pouco anafado, miragem de saúde e de consciência limpa.

Os alvissareiros do S. Carlos, em breve, souberam que:

Ele — João da Silva, português de nascimento que depois de ter sido operário padeiro em Lisboa, emigrara para o Brasil e ali fizera fortuna que lhe permitia ter moradia sua, camarote em S. Carlos, chalé em Sintra e ser um dos maiores contribuintes da sua freguesia.

Ela, lisboeta, antiga criada-governanta, casada com o seu marido à face da lei e da Igreja e quem quisesse saber mais, que fosse ao registo da sua freguesia.

E mais se contava que um grupo de senhoras da alta sociedade (?), fora a casa deles e os convidada para fazer parte de uma *Quermesse* a favor de qualquer coisa e que à saída todos, em uma só voz, pedira lembranças para o Senhor *Sebastião*. E como ele não tinha esse nome, a dona da casa as pusera na rua, descompondo-as (?). E para se vingar, essa Comissão alcunhou todas as récitas, a que o casal podia assistir, de *Sebastiões!!*

CAPITULO III

Um fidalgo francês deu no seu palácio do Faubourg St. Germain, em Paris, um sarau em que figuravam 2 ballets a *Ronde des Fées et la Ronde des Sylphes*. Os viscondes da Graça, no seu palácio do Intendente, quizeram imitá-lo. A *Ronde des Fées* foi dirigida por pessoas de sua família e para a outra fui convidado para a dirigir, ficando eu na obrigação de escolher a Senhora que dirigiria comigo, com aplauso do dono da casa. Assim foi, quando ia começar o baile, apesar de estar rodeado de muitas senhoras, ávidas de curiosidade e todas elas, esperançosas, proclamei, em alto e bom som, o nome de D. Teresa Francisca de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares de Moura, Condessa de Melo, ou por outra, Condessa de Vila Real e de Melo.

Extraordinário entusiasmo de felicitações por eu ter escolhido quem valia aquela coroa de beleza, elegância e nobreza.

E ela, caminhando como uma olímpica Deusa, tal como Virgílio, na sua *Eneida*, descrevendo a maneira como Dido caminhava pelas pedras do Tirreno Oceano, parecia que estávamos nos tempos fantasiosos da antiguidade...

Um país nórdico enviou-nos como Ministro Plenipotenciário um homem que com a sua esposa, em breve conquistou a simpatia de Lisboa.

Certo dia, após 8 meses da sua entrada, numa legação estrangeira, numa contradaça marcada, a Senhora nórdica que nós podemos chamar Greghen, achou-se frente a frente com um militar português, capitão de artilharia, que pelo seu luxo no uniforme, seu ar marcial, era o que havia de melhor e de mais apurado no exercício português. Chamava-se, ou antes, chamavam-lhe... *Florete*... ignoro porquê.

Na contradaça marcada, os dois ficaram descontrados, mas conseguiram compor a maneira e daí resultou dessa trapalhada, ficarem apaixonados. Houve depois uma dificuldade. Ela ignorava a língua portuguesa e ele... por acaso não conhecia os meandros da língua francesa para lhe poder escrever uma carta.

E como éramos muito amigos, ele pediu-me uma carta nesta língua, vibrante e apaixonada.

E surtiu efeito, efeito tal que nunca mais soube se eles estão vivos, onde estão, se ainda estão unidos para sempre (como prometeram) e se têm muitos meninos, belgas, holandeses ou dinamarqueses.

— Estamos autorizados a declarar que a Senhora a cujo peito foi pousar o pastel expedido por El-Rei D. Carlos, conforme eu descrevi na 1.^a págs. das *Recordações*, chamava-se Baronesa da Ribeira do Paço.

Ao mesmo tempo a família do Conde de Almeida disse-me que, em tempos, reclamara a honra do pastel ter caído no peito da Condessa.

A minha cadeira em S. Carlos, situava-se perto da frisa da Senhora Baronesa e vi perfeitamente o pastel pousar sobre o seu

colo de alabastro, que sustinha
as obras com que d'amor matou de amores



Neste decénio houve muitos suicídios de jovens na força da vida. Se tivessem procurado resolver as dificuldades momentâneas, as teriam conseguido. Estes quatro que se seguem, que eram meus amigos e que se se tivessem dirigido a mim, mais velho que eles, com mais experiência, achariam qualquer plataforma para resolver casos difíceis, eu lhes daria bons conselhos e os salvaria de más tentações.

André Supardo tomando lições de esgrima em sua casa, faz um *hara-kiri*, espetando o florete no estômago e quando lhe acudiram estava morto.

Outro jovem, em sua casa, por amor, com uma pistola, deu um tiro na cabeça.

Dois amigos casados; um deles apaixonou-se pela mulher do outro. Declarou-lhe a sua paixão, recusa completa com ameaça da denúncia ao marido. O desiludido arma-se de um revólver, vai

ao primeiro telefone que encontra, liga para casa do amigo, chama a mulher deste e diz-lhe simplesmente:—*Maria, para sempre... e suicida-se.* Outro, na força da vida, com um futuro brilhante, procurando remediar um lapso irreflectido da vida.

Pax Sepultis et nuc et semper.

—A propósito dos filhos naturais dos 4 reis últimos de Portugal, dos quais eu falo na última linha da 1.^a parte destas *Recordações*, tenho a corrigir o que nela digo: há 5 anos pouco mais ou menos, os jornais portugueses falaram em Hilda Toledano, filha de El-Rei D. Carlos, casada com o General italiano Blais e que se intitula Princesa Maria Pia e Duquesa de Bragança. De vez enquando esta Senhora processa a Senhora D. Augusta Vitória e o Senhor Duque de Bragança para ser considerada unica herdeira da Casa de Bragança. Além desta, parece que, segundo a opinião de Godofredo Ferreira, alto funcionário dos C. T. T. que tinha um colega que era tido como filho de D. Carlos e de uma engomadeira da Casa Real. Esse poeta e prosador, quando tinha algum dissabor, acolhia-se à protecção do Conde de Arnoso, secretário particular de El-Rei. Um drama passional, grande drama, pelos personagens que nele tomaram parte, uma senhora casada, bonita e elegante, um médico, seu marido, um rapaz filho de boa família seu amante. Vítima o seu amante. Durante muito tempo este drama foi designado pelo sítio onde se deu, à Mãe-d'Água, perto do Arco do Evaristo, à Patriarcal Queimada.

E como os jornais não pudessem referir-se a ele, vista a situação elevada de todos os protagonistas, combinaram eles insultar e censurar o senhorio da casa onde o crime se dera e que era um pobre cego que alugava a casa (no pleno direito seu) para tudo, entrevistas amorosas, reuniões políticas, etc. Demais esse cego, guiado por um cão que conhecia as ruas e casas onde o seu dono podia angariar as esmolas que lhe permitissem viver, era digno que o protegessem, porque podia ser considerado um monumento nacional, toda a gente gozava da misericórdia de o proteger e de o favorecer.

Trinta e cinco anos depois, uma senhora, tendo ouvido falar no drama da Mãe-d'Água, julgando tratar-se de alguma megera, perguntava-me quan-

tas crianças tinham morrido nesse drama. Respon-di-lhe que uma só, porque a vítima ainda não tinha 20 anos e era uma criança, meu amigo, — com pretenções a homem e o assassino devia saber que as crianças não se castigam a tiros de revólver...

O criminoso exilou-se para a África e creio ter lá morrido. Pessoas fidedignas asseguravam que quando, em África, lhe falavam no crime que havia cometido e lhe insinuavam que a vítima era um rapaz imberbe, o assassino respondia sempre que «fora uma lição à mocidade imberbe...» Castigar crianças... a tiros de revólver... Safal! Este crime abalou a moral de duas famílias. Votaram ódio uma à outra. Enlutou-as durante muitos anos. Hoje se há pessoas coevas, deve haver o esquecimento.

CAPÍTULO IV

Quando os meus pais foram morar para o 183 da Rua de S. Bento, em Lisboa, havia nessa rua uma pastelaria, com o número 127.

Logo que o dono da loja soube do novo morador, mandou-lhe como cartão de visita, e também como reclame, um prato com uma dúzia de pastéis de nata, de seu fabrico, de que aquela casa era afamada.

Meu pai quis recusar, mas como eu, muito guloso, num deles havia dado uma dentada, foi resolvido aceitar a oferta e quando meu pai fosse para as Cortes, exercer a sua função de deputado, bastaria o seu agradecimento pessoal para pagamento, visto que o pasteleiro não aceitava dinheiro.

Ora nesse tempo a venda de guloseimas era feita nas ruas mais por mulheres do que por homens. Eram as pretas que vendiam os produtos africanos adoçados em açúcar e mel ou acompanhados com *capilé de cavalinho* e água fresca tirada do chafariz que perto havia.

O *capilé de cavalinho* não era nenhuma especialidade. Chamavam-lhe de *cavalinho* porque para o beber era preciso, visto que ele se vendia dentro de umas garrafas pequenas, chupá-lo por meio de um canudo de lata que tinha um cavalo em lata, também, chumbado.

O pastel de nata era muito procurado, mas se as lojas não conseguiam vender toda a fornada, o resto era vendido, a preço baixo a homens que apregoavam a mercadoria assim:

— Quem quer pastéis de nata. *Cinco réis cada lambedela*. E tinham muita freguesia entre a garotada.

Porque a lambedela tanto podia ser grande como pequena, mas às vezes era grande demais.

E como estamos falando de doces, e como eles nunca amargaram, digamos alguma coisa sobre eles.

Havia 3 pastelarias geridas por italianos e produzindo especialidades: O *Baltresqui*, por baixo do moderno Clube Tauromáquico; o *Ferrari*, no sítio em que hoje está; o *Pucci*, o *Rendez-vous des Gourmets*, na Rua do Ouro; o *Côco*, produzindo os belos pastéis imitativos dos pastéis do Convento de Tentugal; uma pastelaria no Calhariz que fazia bolos de leite, bons para as crianças, bons e nutritivos; uma confeitaria onde se faziam os caramelos de açúcar, no Rossio; e por aqui ficamos, não nos esquecendo dos pastéis de nata de Belém, e as queijadinhas que o Martinho da Arcada fabricava em segredo, visto não querer pagar como pasteleiro e sim como café e bebidas.

Mas, reatando o começo deste capítulo que eu trouxe à baila, era para dizer que estando as Cortes de Deputados e Pares do Reino abertas, a Rua de S. Bento era um bom canal para conduzir aqueles representantes ao edifício das Câmaras; a tal pastelaria em certos dias de fornada de pastéis tinha uma concorrência de gente que era de espantar. E era pena que a loja fosse de pequena capacidade, porque havia dias em que se fazia bicha para comer ou comprar os belos pastéis de nata de S. Bento.

CAPÍTULO V

Concluído o meu Curso Superior de Letras, cujos professores e colegas foram sempre, aqueles muito amigos e estes muito dedicados, perguntou-me meu pai o que desejava eu ser, diplomata, médico, ou magistrado e tudo o mais, escolhesse o que eu quisesse, que ele com a sua influência, satisfaria o meu desejo.

Pedi algum tempo para pensar. Nesse intervalo eu veria o que mais me convinha. Ora o que eu desejava, era fazer uma viagem ao estrangeiro e Roma atraía-me por várias razões. A primeira era porque tendo eu tido distinções em latim e latinidade, mercê da inclinação que eu sentia pela civilização romana. Meu pai era um latinista distinto e de véspera ensinava-me a lição que eu havia de dar ao professor Epifânio da Silva Dias que compreendendo que o seu discípulo tinha um «espírito de santo de orelha», empenhava-se em lutar com ele por detrás da cortina; e assim desde novo me acostumei a preferir a todas as civilizações, a latina.

Assim, parti para Roma com o passaporte diplomático de adido à legação de Portugal junto do Papa Lião XIII.

Era uma experiência. E quando voltei, era meu pai Presidente do Supremo Tribunal Administrativo. Presidente do Governo era o Conselheiro João Franco Castelo Branco e como meus pais se sentiam sòzinhos, pediram-me para eu aceitar um lugar vago na Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, onde fiz a minha carreira de 40 anos de funcionário do Estado.

CAPÍTULO VI

No dia 1 de Fevereiro de 1908 deu-se o assassinato de El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe.

E nesse mesmo dia foi proclamado Rei de Portugal, o Infante D. Manuel, Duque de Beja.

Constituiu-se um governo, presidido pelo almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral. Em sessão do Conselho de Estado, El-Rei foi de opinião que esse governo fosse de acalmação para serenar os ânimos políticos, na intenção de todos se reunirem em sua volta, para bem levar ao fim o seu encargo de Rei Constitucional.

A primeira medida a tomar foi a nomeação dos governadores civis, representantes do governo central e os primeiros magistrados dos distritos (excepto Lisboa). Reunidos todos eles, pelo menos os que estavam em Lisboa, fomos de carruagem para o Paço da Ajuda, para agradecer a nomeação régia e prestar juramento.

Na carruagem que me transportava ia o Conde de Penalva, governador de Castelo Branco, o Dr. Garcia dos Reis, do Algarve e eu, do distrito de Beja e outros mais cujos nomes me esqueceram.

Foi meu pai quem me apresentou a El-Rei D. Manuel. Não foi por muito tempo, trinta minutos o máximo. Havia muita gente a atender. Foi a primeira vez em que lhe falei e combinámos a sua visita ao sul de Portugal, especialmente Beja, que se faria depois da sua viagem ao Porto.

Infelizmente tudo sucedeu ao contrário do que se projectava. A monarquia caiu, El-Rei exilou-se e quando ele estava em Vichy, lembrei-me de ir a esta cidade e de lhe pedir o seu *ex-libris* para a minha colecção que eu tencionava doar à Biblio-

teca da Universidade de Coimbra. Em Vichy o procurei, aí fizemos algumas confidências sobre política e ele lastimou o sucedido com uma frase que ele empregava repetidas vezes: *Foi uma fatalidade!* E nunca mais nos encontramos.

Eis aqui as recordações que durante 70 anos me deixaram impressões — alegres — porque as tristes, que foram bastantes, não é bom recordá-las. A minha vida até aos 10 anos foi um rol de doenças que, dizia meu pai, *eu não tinha onde cair morto*. Contudo, quando eu passei dos 70, e que, consegui vencer os 80, previ que venceria essa idade e que atingiria os 90. Neste momento tenho 89 e 7 meses e espero atingir os 90 no dia 7 de Julho de 1963, se Deus me der vida e saúde.





ACONTE- CIMEN- TOS CITA- DINOS

POSSE DO 2.º-COMANDANTE
DO BATALHÃO DE
SAPADORES BOMBEIROS





CONFERENCIA NAUTICA
INTERNACIONAL DO BALTICO
— A RECEPÇÃO EM MONTES CLAROS

CUMPRIMENTOS À C. M. L.
PELOS DELEGADOS DA ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL DE SABOARIA
E DETERGENCIA



O GRUPO DE TRABALHO
DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A AGRICULTURA E
ALIMENTAÇÃO APRESENTA
CUMPRIMENTOS À C. M. L.



HOMENAGEM DO MUNICIPIO
AO ARTISTA VASCO LOPES DE
MENDONÇA, NA EXPOSIÇÃO
REALIZADA NO PALACIO GALVEIAS
—O PRESIDENTE DA C. M. L.
FAZENDO O ELOGIO DO ARTISTA

«A VIZINHA DO LADO»,
NA ESTUFA FRIA



HOMENAGEM A GUSTAVO
DE MATOS SEQUEIRA



UMA NETA DO HOMENAGEADO
DESCERRA A LÁPIDE COM O SEU
NOME, NA CASA ONDE VIVEU,
NA RUA NOVA DE
SANTO ANTÓNIO

O PRESIDENTE DISCURSANDO
NA CERIMÓNIA





RECEPÇÃO NA ESTUFA FRIA
AOS MEMBROS DA I EXPOSIÇÃO
FILATÉLICA NACIONAL
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA E RECREIO

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS
À C. M. L., PELO MAYOR DE NAIROBY



HOMENAGEM
DO MUNICIPIO
A LUIS DE CAMOES



NOIVAS DE SANTO ANTÓNIO
—O PRESIDENTE CONVERSANDO COM UM
DOS CASAIS EM MONTES CLAROS



«TE-DEUM» NA IGREJA
DE SANTO ANTÓNIO DA SE

INAUGURAÇÃO
DA EXPOSIÇÃO DO
III SALÃO DE ARTE E
ARTESANATO
DOS FUNCIONÁRIOS
MUNICIPAIS

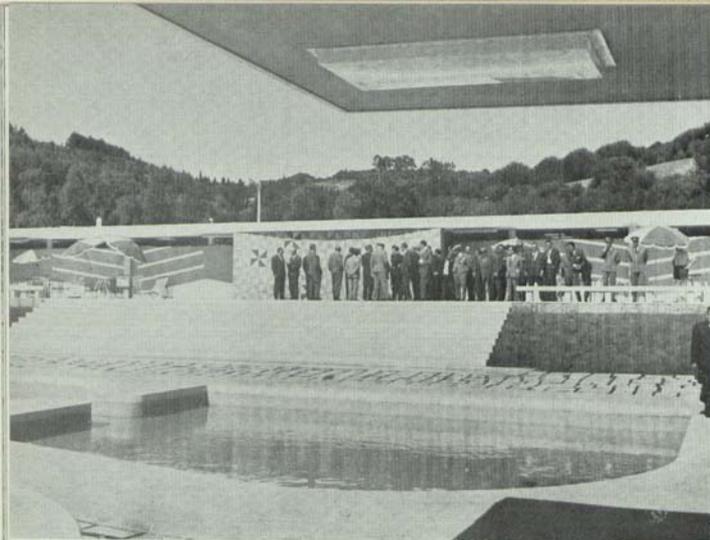


POSE DO NOVO ADJUNTO-TECNICO DO
BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS

O PRESIDENTE DA C. M. L. DISCURSANDO
NA INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA PARA
CEGOS NO JARDIM DA ESTRELA



INAUGURAÇÃO DAS NOVAS
INSTALAÇÕES DO
PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO



A DIRECÇÃO DA CASA DA IMPRENSA,
REPRESENTADA PELO SEU PRESIDENTE
MORAIS CABRAL, ENTREGA AO PRESIDENTE
DA C. M. L. O DIPLOMA DE SÓCIO HONORÁRIO



ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE RECRUTAS
DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS
—O SR. DR. PIRES DE LIMA, ENTREGANDO O
MACHADO A UM DOS NOVOS
SAPADORES BOMBEIROS

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS A C. M. L.
PELOS COMPONENTES ESPANHÓIS DA
ORGANIZAÇÃO «EDUCACION Y DESCANSO»
—O PRESIDENTE, AGRADECENDO A VISITA





RUA DE S. MIGUEL (ALFAMA)
(AGUARELA DE ROQUE GAMEIRO)



Ferreiro - 63

Lisboa veio para a Baixa admirar o espectáculo do desfile das Marchas Populares de 1963

De cravo rubro nos cabelos, de saia curta, rodada, de manjerico à janela, queimando uma alcachofra e «balãozinho na ponta do pauzinho», Lisboa pode importar as modas estrangeiras que não deixa de ser também bairrista e popular. Salta as fogueiras nas ruas estreitinhas a perder-se nos ângulos das velhas casas e vem, na véspera de Santo António, para a Avenida ver passar as marchas. Menina-Lisboa já não deita papelinhos, já não pergunta às estrelas o nome do namorado, já não vai às orvalhadas, já não lê no copo e na clara do ovo qual vai ser o seu destino. O tempo não perdoa e na lembrança dos velhos vão-se perdendo os usos da tradição. Mas o povo, com sua alma gentil, vai modelando e afeiçoando ao seu gosto outros motivos. E se as «marchas» de Lisboa querem dizer alguma coisa etnográfica-mente, ela aí está, em dois momentos do desfile, o da ponte sobre o Tejo, apresentada como «ex-libris» de Alcântara, e a máscara de Norberto de Araújo, um dos notáveis de Campo de Ourique.

Bandas que lembram as dos bailes dos quintalinhos, gente que faz do moirer o seu brasão, outra que exprime a saudade do que foi, uns mais ricos, outros mais singelos, moças airozas, no pé a chinela, moços garbosos empunhando as luminárias, tudo isso foi o desfile das marchas populares de Lisboa, na noite de Santo António, em verdadeiro festival de beleza e colorido.

Ao longo das avenidas foi correndo esse sangue na guelra da cidade. À frente, as bandas das colectividades, depois os estandartes.

E surgiu refulgente a Madragoa pescadora e ribeirinha, descalça, de sete saias à murtoseira, que são de lá quase todas as peixeiras de Lisboa. Um carro de ingénua decoração, evocando a pesca; nos arcos os motivos da pesca, âncoras, lemes, a nau de S. Vicente, a canastra do peixe, o escudo do clube lá do sítio e, a fechar, a legenda «Honra aos jornais». Ou não fosse o organizador o Vendedor de Jornais Futebol Clube! Varinas e pescadores — sem pregão, mas levando nos lábios a canção «Varinas da Madragoa, Alegria da Cidade!».



Bica

Marvila





Alfama



Campolide



Madragoa

Mouraria



Ainda pairava no ar o último pregão da Madragoa e já se anunciavam os arcos brancos da Marcha do Castelo, toda de azul e branco. S. Jorge, Afonso Henriques de elmo emplumado, que a defendam das ameias. Que linda vai a Marcha do Castelo, de saia, calça e boné brancos, sobrecasaca azul e o seu ar marcial!

Mais singela e mais triste, será a Marcha de Marvila, será; elas de saia azul com barras, colete cor-de-rosa, de xaile e lenço amarelos, colete e calça de cor de cinza. Mais triste é e será, mas isso que importa?

Quem na marcha se perfila
é Marvila!...

CADA MARCHA ERA UMA ALEGORIA DE BAIRRO, EM CORTEJO DE ENCANTAMENTO

A Marcha da Mouraria tem o prestígio de presença sempre esperada — e desejada. Boné e lenço à rufia, casaco ajustado, para eles; xailes pretos e saias encarnadas para elas, à Severa, um cravo rubro nos cabelos. Nos arcos, os motivos do orgulho do seu bairro: a Capelinha da Saúde e a própria imagem da Santa, «O Fado», de Malhoa, guitarras, a que só faltam dedos que as façam chorar...

Já se ouvem «Cantigas no ar, rapazes venham ouvir». São os da marcha de Campolide, com o seu querido aqueduto e uma terna homenagem à memória de Norberto de Araújo, que foi quem mais deu brilho às coisas inspiradas na alma popular. Elas vêm de saia curta de ramagem, de lenço muito vermelho, colete negro, eles de chapéu braguês. Pode ser triste a luz que os alumia; a alma, essa é alegre e lá parte cantando, com arco e seu balão.

Não, não é a dança da luta que revive na Marcha da Bica. Desta vez são os seus aguadeiros levando ao ombro o barril — os galegos — e as moças que vão encher a cantarinha à fonte. A água parece luz. E é uma revoada de palmas, de alto a baixo da Avenida. E merecida. A Bica, «tão rica, no jeito o que quer?».

«Sobe o Arco Carvalhão à Rua Maria Pia»... É claro, é a Marcha de Campo de Ourique, que vai a passar, discreta saia comprida de ramagem,

romeiras de estamemha. Também estes não pediram aos rouxinóis do campo em que nasceram que alegremente cantassem na sua «Marcha». É triste o cantar da Marcha de Campo de Ourique...

E vem Alfama, marinheira, de camisola às riscas, com as naus e as caravelas das sete partes do Mundo por onde andaram os Gamas e os Cabrais; e vem a Graça com seus padrões de glória — a Senhora do Monte, o Royal Cine, o Batalhão de Telegrafistas, discreta, quase pobre; e vem São Vicente, peraltas e secias, levando a «Voz do Operário», o santo que lhe dá o nome, e aquele ar senhoril das fidalguinhas de outrora; e vem Alcântara, bairrista, de caravelas e a ponte sobre o Tejo, o Calvário, a «mostrar» à Bossa Nova como canta esta Lisboa...

O Alto do Pina fecha a mancha das «marchas». Vai airoso e comedida, sim senhores! E demora-se cantando e dançando. Porque cada «marcha» não é apenas uma cantiga mas também uma marcação de dança — umas vezes muito saracoteada, outras discreta e singela, umas vezes pedindo meças à revista, outras preferindo a inspiração folclórica...

«Cá vai Lisboa! Toda ela engalanada! Olhai Lisboa...»

E Lisboa olhou e gostou.

ASSISTIRAM AO DESFILE CERCA DE CEM MIL PESSOAS

Era véspera de Santo António, um dos três Santos populares da cidade. Novos e velhos irmanaram-se no mesmo ardor e participaram na folgança. Sobre tudo os rapazes e as raparigas — os rapazes e raparigas que acreditam no poder casamenteiro de Santo António, o Santo António que Luís Figueira, assim, caracterizou:

«Santo António gosta tanto
de arranjar um mangerico
que põe milagres de santo
num cravo e num mangerico»

A concentração começou às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos. Centenas de pessoas distribuíram-se no Parque Eduardo VII para ter a satisfação de ver chegar as marchas; para serem os



Alcântara

Campo de Ourique





Castelo

Alto do Pina





São Vicente



Graça

primeiros a ter uma imagem da festa. Depois, pouco a pouco, a Praça Marquês de Pombal ficou repleta: gente na placa da estátua e apinhada nos gradeamentos e nos leões de mármore.

O trânsito de automóveis fora interrompido a partir das 20 horas. Milhares de pessoas, em várias alas de cadeiras nas duas placas centrais da Avenida da Liberdade, em cujas bermas dos passeios se viam centenas de crianças.

Muitos foram os que subiram para as árvores. Outros foram os que ficaram apinhados junto às cercaduras que dividiam as cadeiras.

As janelas e varandas cheias de olhos atentos e curiosos.

Nos Restauradores, também havia enorme multidão, que se prolongava pelo Rossio e através da Rua do Ouro até ao Terreiro do Paço. O Teatro Nacional, o Secretariado Nacional da Informação, o Palácio dos C. T. T., o Montepio Geral, e muitos outros edifícios públicos estavam, igualmente, ocupados por centenas e centenas de pessoas. Talvez fossem ao todo cerca de cem mil pessoas as que acorreram interessadas na evolução do cortejo.





Roteiro turístico de Alfama

POR COSTA GARCEZ

Debruçado sobre a paisagem sem fim que se perde de vista até à linha de horizonte, fechada pelas cumeadas das Serras da Arrábida e de Palmela, o Miradouro de Santa Luzia desvenda-nos não só o panorama azul do Tejo, mas, também, toda essa amálgama multicor de edifícios e vielas, escorrendo pelas vertentes, agarrando-se aqui num contraforte, parecendo, mais além, abismar-se, numa anfractuosidade do terreno, para, logo a seguir, grimpar no coruchéu de um templo, esguichado, com força, de entre o casario a que se chama: Alfama.

Daqui, do alto do miradouro, como da urdidura de um teatro, abarca-se, sem *perder pitada* — como diz o povo — toda a extensão de Alfama, de S. João da Praça, às Portas da Cruz; do Sal-

vador e da Adiça, ao Chafariz de Dentro e às Portas do Mar, tendo a servir-lhe, como que de veneranda torre de menagem, a massa grandiosa, mas elegante, do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Um só edifício quebra a harmonia da paisagem que se desfruta: a cadeia do Limoeiro, deselegante casarão que sempre conhecemos — há já lá vão quase vinte anos — de cor duvidosa, em permanentes obras que parecem apostadas em torná-lo, de dia para dia, mais inestético, mais indigno de figurar naquele *decor* que é todo um cartaz turístico a que não faltam a vetustez da Sé e o sabor medieval do Castelo de S. Jorge. . .

Quantas vezes nos deixamos ficar, horas e horas, de dia, quando o Sol realça tudo à nossa volta, ou à noite, quando, apenas, a lua quebra o sigilo

de um devancio amoroso de gatos pelos telhados, ou de discretos parzinhos pelas esquinas, a olhar o emaranhado das escadinhas e becos tortuosos, a assimetria, despreocupada, das construções, com o seu imponderável ar de mistério!

Mas o nosso intento é levar-nos a ver Alfama e por isso, bem nos parece que poderemos começar a nossa digressão.

Sabemos que o Senhor, exactamente o Senhor, que acabou de acender o seu cachimbo predilecto e se prepara para gozar de um repouso bem merecido, detesta estas caminhadas. . . Não se preocupe, porém; não lhe exigiremos, por ora, quaisquer sacrifícios. Ficaré em casa, agarrado às pantufas, à xícara do café e ao cálice de *brandie*, ou, se o seu patriotismo o preferir, de vinho do Porto. . . Depois, talvez tenha curiosidade e venha mesmo a Alfama. . . Deixar-lhe-emos, então, o gosto de descobrir, por si só, aquilo que a sua sensibilidade lhe revele e que, por acaso, nos tenha passado despercebido a nós.

As obras de valorização de Alfama, criaram esta nova perspectiva de S. Vicente de Fora, colhida na Rua de Norberto de Araújo



Aspecto exterior da Igreja de Santo Estêvão, notando-se, do lado esquerdo, o soco da torre norte, sem sineiras, nem coruchéu

★

E já que estamos no Miradouro de Santa Luzia podemos descer, pela velha Adiça, hoje Rua Norberto de Araújo. . . Era um bom amigo, dos homens e da sua Lisboa, este Norberto de Araújo, cujo nome se ostenta no cunhal das escadinhas que outra coisa não é do que um antigo lanço da muralha que os mouros construíram à volta do povoado a que chamavam *olishpone*.

Se, do alto, perdíamos a vista na paisagem, ao descermos a escadaria vão-se-nos cortando, aos poucos, os horizontes e, enquanto caminhamos, aproveitaremos para recordar.

Não é de hoje, nem de ontem, a ideia de «valorizar» Alfama que entrou, agora, numa fase de realização que se nos afigura a única de sério e verdadeiro critério.

Interior da Igreja de Santo Estêvão, sobressaindo, ao fundo, o crucifixo, da autoria de José de Almeida



Debruçado sobre o rio e o casario de Alfama, fica o adro de Santo Estêvão, com o seu cruzeiro, datado de 1663





O Beco do Carneiro é uma típica serventia pública, descendo de Santo Estêvão, para a Rua da Regueira, bem no coração de Alfama

Mestre Júlio de Castilho em *A Ribeira de Lisboa*, fala-nos em pelo menos duas iniciativas desse género. Uma de 1852 e outra de 1879.

Fixemos, por exemplo, esta última, da autoria do vereador Theophilo Ferreira, apresentada em sessão de 22 de Setembro daquele ano (*Arquivo Municipal de Lisboa* — ano de 1879).

A proposta sobre que se despachou: «À Comissão de Obras e Melhoramentos, para os fins convenientes», era do seguinte teor:

«Senhores: — Quando se fala entre nós de melhoramentos municipais todos nos apontam para o infecto (sic) bairro de Alfama. E há bem justificadas razões para isso. Contudo falta um plano completo dos melhoramentos a empreender nesse malfadado (sic) bairro.

Por isso proponho:

1.º — Que se ordene à repartição técnica o levantamento duma planta completa de todo o bairro de Alfama;

2.º — Que sobre essa planta se estude o meio mais fácil de tornar aquele bairro salubre e em circunstâncias de ser convenientemente habitado;

3.º — Que no orçamento geral desta câmara se inclua todos os anos uma verba necessária para pelo menos se abrir ali anualmente uma das ruas estudadas e projectadas no plano geral para esse fim elaborado».

Bendigamos, neste caso, a burocracia que fez emperrar um tal projecto baseado, abertamente, —veja-se o número 3.º — na famosa fórmula do «bota abaixo», total e impiedoso!...

Perante este processo de valorizar Alfama Júlio de Castilho opinava: «Não admito (salvo o devido respeito) que melhorar Alfama seja cortá-la de avenidas e alastrá-la de largos. Alfama é um livro interessantíssimo, que a picareta moderna profanaria ignóbilmente. A maneira de melhorar Alfama seria conservá-la quanto possível na sua arquitectura e feição arqueológica, buscar fixar-lhe

Aspecto exterior da ermida do Espírito Santo



Interior da Ermida do Espírito Santo, em que avultam os silhares de azulejos de valiosa composição



o plano medievo, reedificar no antigo risco as igrejas e as casas a pouco e pouco, e manter aquele fragmento, desde a Adiça às Portas da Cruz e desde as Escolas Gerais até ao Almagem, em toda a sua aperiência velha de cidade primitiva».

E Castilho continuava: «Quem possui um precioso manuscrito truncado, roto, do século XVI, com iluminuras em volta das margens, e letras iniciais ainda doiradas, não o manda intercalar de páginas em tipo Didot, impressas em velino alemão, nem o intermeia de caricaturas de Garvani, nem o manda encadernar em *chagrin* com doirados em estilo império».

«Alfama — concluiu — é o nosso manuscrito; não o profanemos» (loc. cit.).

Foi na esteira do pensamento de Júlio de Castilho que a «Comissão de Valorização e Conservação de Alfama» resolveu preparar o seu plano de trabalhos. E ainda bem!...

Por isso, ao descermos estas escadinhas da Rua Norberto de Araújo, à esquina das quais um arco de feliz concepção enquadra, maravilhosamente, o Mosteiro de S. Vicente, nos sentimos atirados alguns séculos para o passado, sensação que mais se apossa de nós, à medida que vamos descendo. Claro que esta sensação é, tão-só aparente, pois, apenas, se procura enquadrar o exterior de Alfama no seu aspecto primitivo, ao mesmo tempo que se tenta levar aos interiores o máximo de conforto e de higienização para os moradores. Isso mesmo se depreende da leitura do *Relatório da Comissão Executiva da Valorização e Conservação do Carácter Tradicional e Secular do Bairro de Alfama* onde, depois de se explanar o que se fez e o que falta fazer, no tocante à higiene e à salubridade se afirma a necessidade de providenciar «no que respeita à adopção, em todo ele, dos meios conducentes à melhoria sanitária dos seus moradores...».

Mas suponemos que basta, por ora, de considerações. Retomemos, portanto, o nosso passeio por Alfama.

★

Não vos queremos fazer perder muito tempo e, por isso, depois de estarmos bem dentro de Alfama, vamos procurar uma posição ideal para

iniciarmos a nossa caminhada, de forma a podermos ver o máximo, seguindo pelo itinerário mais curto.

Subamos, se não se importam, a pequena elevação em que se ergue a Igreja de Santo Estêvão. Uma paragem de alguns minutos, para darmos uma vista de olhos pelo templo que é monumento nacional desde 27 de Agosto de 1917; e será tudo. O seu aspecto exterior, rodeado pelo enorme adro, onde campeia um *cruzeiro*, datado de 1669, é vulgar nas igrejas lisboetas, embora bastante equilibrado, apesar de, depois do terramoto de 1755 não se ter reconstruído a torre do lado norte, servindo, actualmente, apenas, a outra.

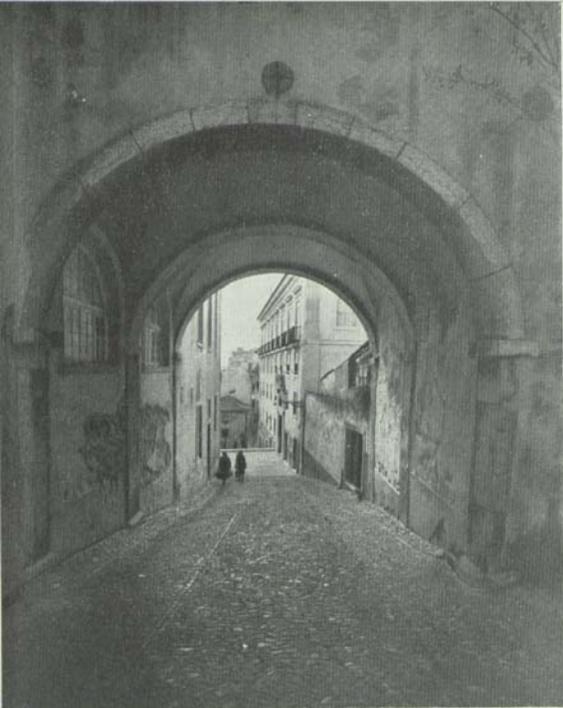
O interior, de forma octogonal, — não muito habitual nos templos de Lisboa — é de rara beleza, desde as capelas laterais, em número de seis, à capela-mor, coroada por um Cristo crucificado, de madeira revestida de gesso, ao que se pensa proveniente de Mafra e da autoria de José de Almeida, o célebre escultor e entalhador que, com seu irmão Félix, trabalharam no coche de D. João V, hoje no Museu de Belém. De notar algumas das imagens existentes no templo, muito principalmente a do orago, esculpida por Nicolau Pinto.

Ao voltarmos ao exterior e ao percorrermos o adro, alcandorado sobre os telhados e com amplas vistas do Tejo, não deixaremos de recordar que nele devem ter meditado alguns clérigos portugueses de certa nomeada, como o P.^o António Soares de Albergaria, nascido em Castelo Branco, em 1581, homem de «bom engenho, feliz memória e contínua aplicação aos livros principalmente históricos e geneológicos», conforme escreveu o Abade Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana*, que aqui foi beneficiado, antes de se retirar para a vila de Almada, onde morreu, pobre e arruinado pela edição dos seus *Tropheos Lusitanos*; ou o próprio mestre João, físico da Rainha a Senhora D. Brites, nomeado prior, em 18 de Maio de 1295, por D. Dinis; ou, mais recentemente, Monsenhor Gustavo Couto, autor de uma *História da Igreja de Santo Estêvão de Lisboa*.

Digamos adeus ao templo, erecto, sob a invocação de Santo Estêvão, o primeiro mártir do cristianismo e à complicada topografia do sítio, entrecortada por escadas e mais escadas e tomemos

Particular de um dos silhares de azulejos da Ermida do Espírito Santo, representando a Anunciação





O Arco do Salvador, visto de Norte para Sul

por uma delas: o Beco do Carneiro. Estamos em acreditar que não há, no mundo inteiro, serventia pública mais típica do que esta, com o seu escasso metro de largura e os telhados, lá no alto, tão unidos que quase se não vê o azul do céu.

★

Neste recanto de Alfama há, para ver, a Ermida do Espírito Santo, ou dos Remédios. Trata-se de um minúsculo templo, situado no fim da Rua dos Remédios, quando esta desemboca no Largo do Chafariz de Dentro.

Segundo afirma Sidónio Miguel, no seu opúsculo *A Igreja e o Sítio de Santo Estevão de Alfama*, «a ermida — dizem autores — datada de 1581, é dedicada ao Espírito Santo e foi a capela do hospital do mesmo nome, instituído para os irmãos pobres pela respectiva irmandade que sabemos de mareantes e pescadores de Alfama, cujo juiz conservador era o corregedor do crime de Lisboa».

Além do portal manuelino, encimado pela pomba do Espírito Santo, quem adrega nela entrar po-

derá observar algumas imagens curiosas e de grande devoção na Lisboa antiga e um conjunto de azulejos que se nos afigura de registar. Entre as imagens há uma da Senhora dos Remédios que, reza a tradição, foi encontrada num poço, ainda existente, junto da entrada principal do templo, do lado interior, por uns operários que dele tiravam água para obras em curso.

★

De novo ao ar livre, subamos a Rua da Regueira que fica à ilharga do templo e tomemos pelo Beco das Cruzes, até à Rua do Castelo Picão.

Antes, porém, iremos ao Largo do Salvador onde ficam os restos do convento do mesmo nome, na actualidade, bastante desfigurados. Desse modo basta-nos uma pequena paragem evocativa do que aquilo foi.

A fundação do templo do Salvador perde-se nos primórdios da nacionalidade portuguesa e a lenda do caçador que achou, naquelas paragens, então inóspitas, uma imagem de Cristo crucificado é-nos contada, com todo o sabor de prosa de Júlio de Castilho, na *Lisboa Antiga*.

Foi, segundo a história, D. João Esteves, antepassado da actual família dos Condes de Arcos, Bispo do Porto, Arcebispo de Lisboa, Cardeal da Santa Igreja Romana e, antes de tudo isso, valeroso soldado da Guerra de Independência, quem, em 1391, transformou o recolhimento já existente e a que o povo chamava das «Beatas da Rainha», no Convento do Salvador.

Da opulência antiga do cenóbio, que chegou a ser sede de uma freguesia de Lisboa, pouco ou nada resta, com as sucessivas transformações que lhe introduziram depois que, em 28 de Abril de 1884, «o senhor administrador do bairro oriental» tomou «posse do convento do Salvador, por ter falecido a última freira», como se escreveu num jornal da época.

Ficou o *Arco do Salvador*, tantas vezes reproduzido em brochuras e folhetos de propaganda da Lisboa de outrora, projectada no nosso século.

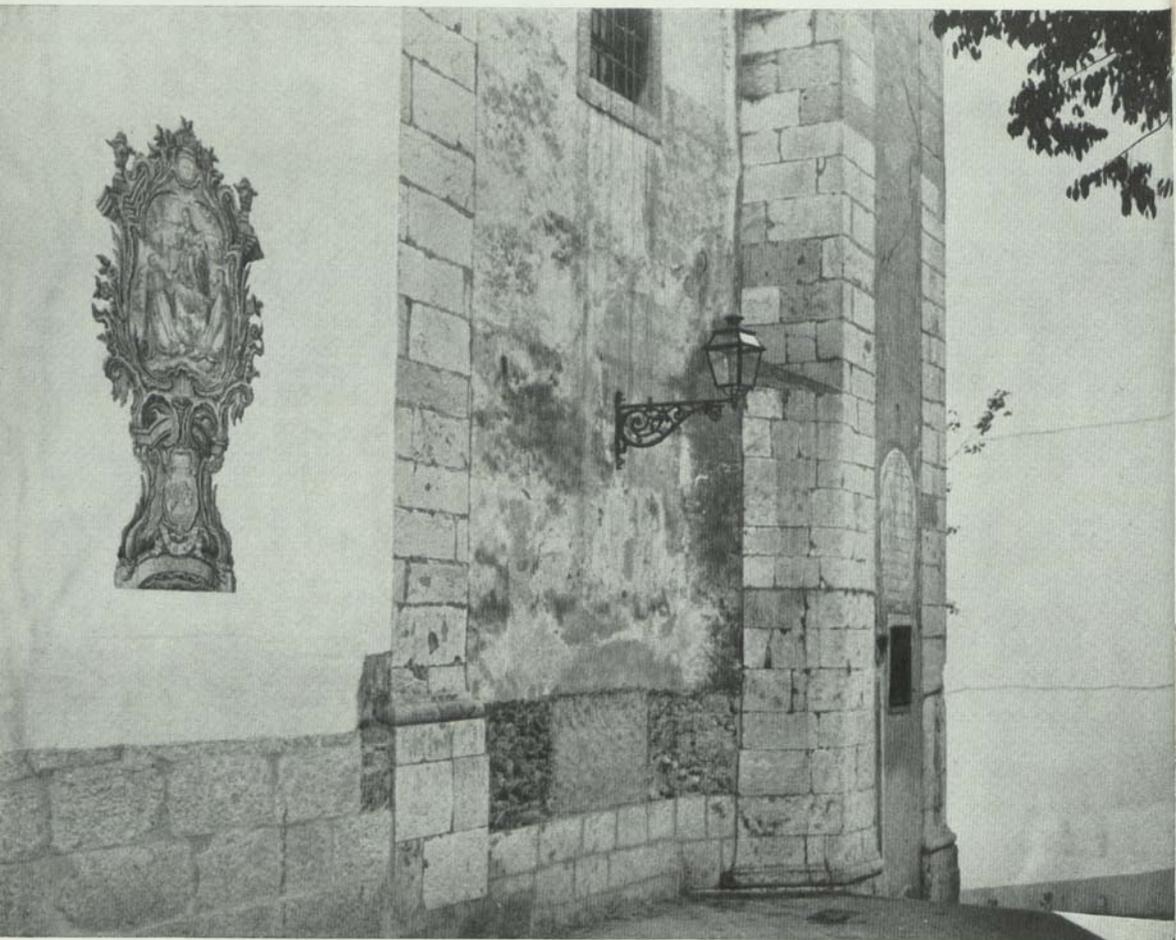
★

Retomemos o caminho interrompido, ao tornarmos do Beco das Cruzes para a Rua do Castelo Picão.

Interior da Igreja de S. Miguel, com a sua talha rica e seus belos quadros de Bento Coelho da Silveira



Cunhal da torre poente da Igreja de S. Miguel, vendo-se, no alçado lateral, o painel de azulejos policromados, do século XVIII, oferecido à Câmara Municipal de Lisboa pelo Comandante Ernesto de Vilhena



A certas horas do dia a Rua de S. Pedro transforma-se num dos mais concorridos e típicos mercados de Lisboa

Passamos, agora, por ruas típicas, de um encanto muito especial. Um painel antigo de azulejos abre caminho por entre a folhagem verde de uma trepadeira. Mais adiante uma adufa misteriosa recorda-nos séculos passados. Mulheres costumam às portas e discutem os acontecimentos do dia. Um turista embasbaca-se por detrás do visor da máquina de filmar. Crianças brincam, em azougada correria. Homens, poucos, só os velhos, que os novos andam na faina do rio, embarcados em varinos e fragatas, ou nas docas, na descarga dos navios, angariando o sustento de cada dia. Eis-nos chegados a um novo local característico, todo em escadinhas, lembrando um monumental trono de Santo António, tão do gosto popular da gente de Alfama. Estamos junto da Igreja de S. Miguel, um dos templos mais ricos, em talha, de Lisboa, capaz de enfileirar com a Madre de Deus, os Anjos e os Paulistas. Vale a pena entrar, pois, o exterior em nada nos revela o que, dentro, iremos encontrar.

★

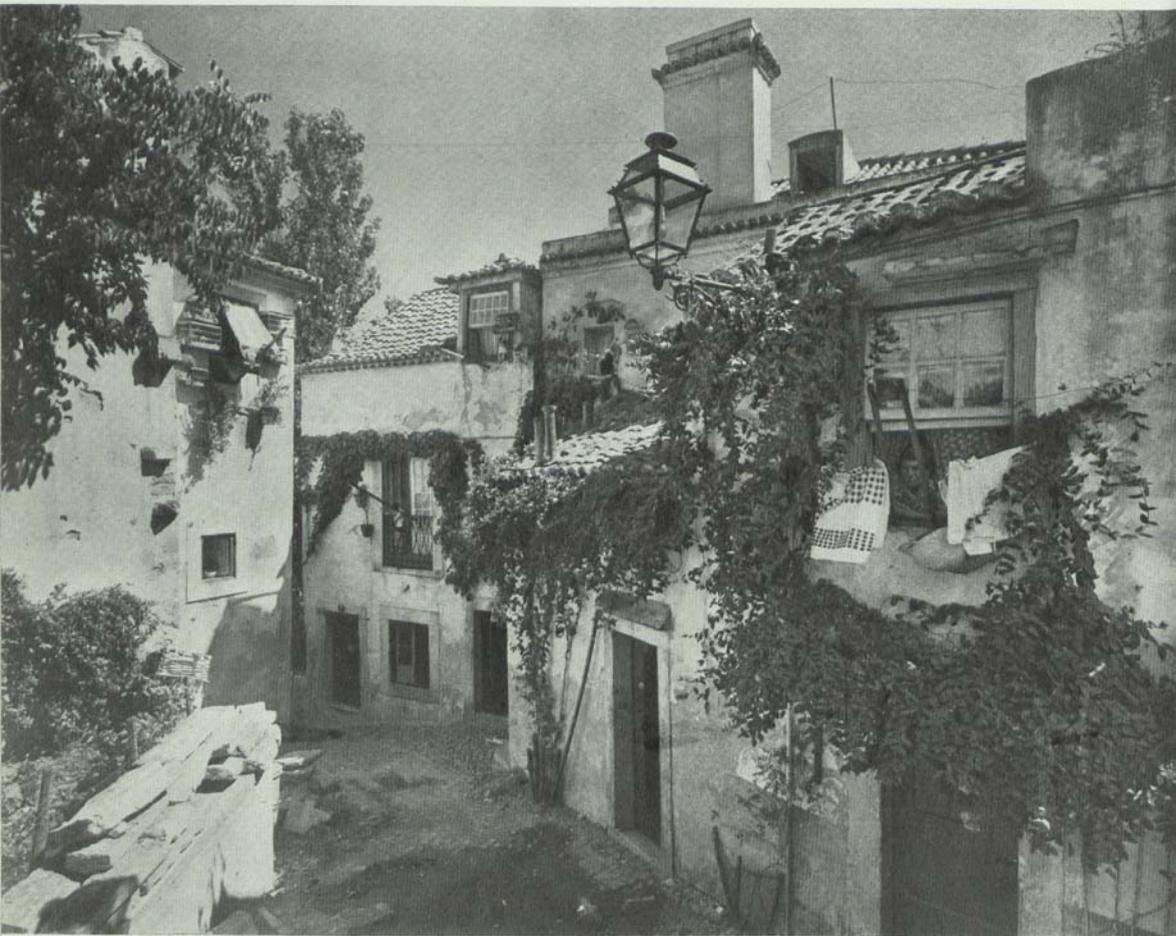
O templo, segundo Norberto de Araújo, [*Inventário de Lisboa* (fascículo 10)], embora remonte aos primórdios da monarquia portuguesa, coevo, talvez, do de Santo Estêvão que já visitámos, foi reedificado, desde os alicerces, em 1674 e restaurado, após o terramoto de 1755, dado que sofrera, então, alguma ruína.

Todo o interior da Igreja de S. Miguel, de uma única nave, é uma sinfonia de talha que se estende desde a capela-mor aos seis altares laterais e que corre, depois, pelas paredes, emoldurando dezasseis belos quadros de Bento Coelho da Silveira, representando os Doutores da Igreja, cenas do Novo Testamento e passos bíblicos. Em suma, um verdadeiro museu que se fecha a «sete chaves», mas que, conforme lemos no citado *Relatório*... em breve estará patente ao público. Queira Deus que sim!...

Um aspecto do Arco do Rosário

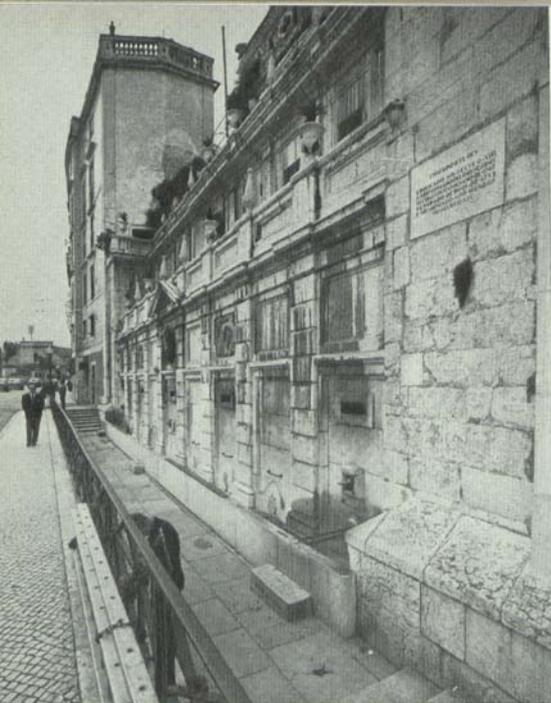


Um pintresco recanto de Alfama, na confluência do Beco das Canas com a Rua da Galé



As antigas nascentes que alimentavam as Alcaçarias do Duque chama o povo de Lisboa, tipicamente, «A Fonte das Ratas»





O Chafariz de El-Rei

No alçado do lado poente da igreja, que deita sobre o antigo Largo da Cantina Escolar, actuais Escadinhas de S. Miguel, foi colocado um rico painel de azulejos policromados, do século XVIII, representando a Virgem, S. Domingos e Santa Catarina de Siene, oferta do comandante Ernesto de Vilhena, um dos nossos colecionadores mais sabedores e de mais requintada sensibilidade.

★

Saindo do Largo de S. Miguel passemos pela rua do mesmo nome, no troço que liga à Rua de S. Pedro e daqui ao Largo de S. Rafael em que se levantam os restos de uma enorme torre da cerca moura de Lisboa e, contornando-a, chegamos à Rua da Adiça, ao Beco das Canas e à Rua da Galé, fazendo desfilar, de novo, diante dos nossos olhos, o mesmo cenário, único no seu género, das ruelas de outros tempos, verdadeiro museu da cidade, espreguiçando-se devagar, cá do alto, até junto das águas serenas do Tejo. Terminada a Rua da Galé teremos de voltar à de S. Pedro que, em certas horas do dia, se transforma num verdadeiro mercado no qual, principalmente, se compra peixe, por entre o vozear muitas vezes nada ortodoxo das vendedeiras. Logo um pouco abaixo, voltemos à direita e entremos na Travessa do Terreiro do Trigo. Aí fica o Largo das Alcaçarias, em frente do qual espreita o Beco dos Cortumes, também, extremamente pinturesco.

★

As Alcaçarias, banhos de água quente, segundo os mais conceituados arabistas, deram o nome a toda esta região de Lisboa, pois que, em árabe, *alhama*, raiz mais que provável do vocábulo *Alfama*, significa, exactamente, a *fonte de água quente*.



Aspecto típico da Travessa de S. João da Praça

Ficaram célebres os banhos termo-medicinais de Alfama, quer os das Alcaçarias do Duque (do Cadaval), quer os de D. Clara. Notícias da sua eficiência encontramos-las em todos os sítios, até no circunspecto D. António Caetano de Sousa, autor erudito da *História Genealógica*.

Presentemente, Lisboa inteira corre para Alfama, munida de garrafões, garrafas e vazilhas de todos os tipos, a fim de as encher com o precioso líquido que brota das três bicas aqui instaladas.

Ressurgiram, ao que parece, as virtudes das águas minero-medicinais de Alfama.

Uma cura completa custa, apenas, alguns apertões, o tempo que se perde e a importância que se paga pelos bilhetes de eléctrico. . .

— Barato, não hajam dúvidas, comparado com o que se gasta nas grandes e conceituadas estâncias da especialidade! . . .

★

Do Largo das Alcaçarias podemos ir, pelo Beco das Barrelas, Largo de S. Rafael, onde já, de resto, passamos e se ergueu, em tempos, a igreja com a mesma invocação, pela Rua da Judiaria, sem esquecer uma vista de olhos ao pano de muralha que a acompanha ao norte, com duas magníficas

janelas e, saindo pelo Arco do Rosário, estaremos em pleno Terreiro do Trigo, já fora da Alfama tradicional.

★

Quem visita Alfama não deve esquecer os dois chafarizes nela existentes: o de El-Rei e o de Dentro, o primeiro dos quais tem certo ar de monumentalidade.

Júlio de Castilho na *Ribeira de Lisboa*, dá notícias do Chafariz de El-Rei no ano de 1220. Todavia, na sua forma actual, foi concluído, em 18 de Março de 1861, segundo o mesmo autor.

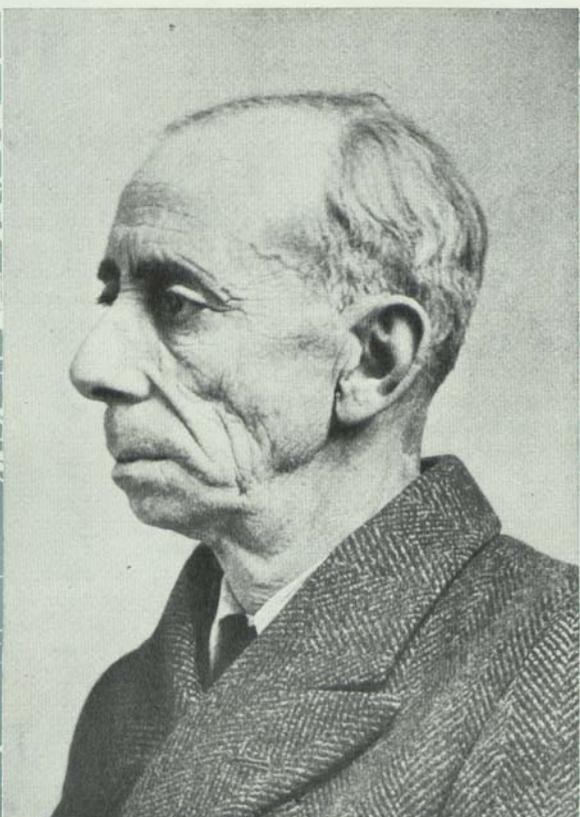
O Chafariz de Dentro, por si, é mais modesto, mas também possui o seu atractivo.

★

Muitos locais típicos de Alfama ficaram por visitar: o Pátio do Peneireiro, o Beco da Formosa, o Beco do Mexias, a Rua dos Corvos, o Arco e as Escadinhas de D. Rosa, o Beco da Cardoso, a Travessa de S. João da Praça, e tantos mais! . . .

Eles lá estão à sua espera, leitor amigo. Quando puder não se esqueça de lhe dar uma vista de olhos! . . .





LISBOA AGRADECIDA A MATOS SEQUEIRA

FOI DADO O NOME DO SAUDOSO OLISIPÓGRAFO À RUA DA CIDADE ONDE NASCEU, VIVEU E MORREU

O nome de Gustavo de Matos Sequeira, olisipógrafo e jornalista, que muito quis e muito serviu a cidade de Lisboa, ficou, desde 29 de Maio, a servir de designação à Rua Nova de Santo António. Naquele recanto de S. Mamede, onde se vislumbram ramadas de arvoredo, por sobre muros ou por entre o casario de traça pombalina, juntaram-se numerosas pessoas para assistir ao acto do descerramento da

lápide toponímica consagratória da homenagem prestada pela Câmara Municipal ao insigne lisboeta. Lá estava a família, com a viúva, senhora idosa, à janela da casa onde o investigador da história da cidade viveu e morreu. Lá estava meia Lisboa — a da Imprensa, a das letras, a das artes, a dos teatros, cada sector representado por algumas das suas mais ilustres figuras. Nomes de prestígio, conhecidos e admirados. Lá estava, em todos, a

saudade por Matos Sequeira. Em representação marcante, o Município, a que o distinto olisipógrafo jamais negou o conselho, a colaboração, a ajuda, em tudo o que se relacionasse com o bom nome da cidade, mormente nos aspectos histórico e cultural.

Começou a cerimónia com o descerramento da placa toponímica por uma neta do homenageado: a menina Maria Margarida de Sequeira.

Os alto-falantes transmitiram o hino de Lisboa. Depois, o Sr. General França Borges disse do reconhecimento da Câmara pelos serviços prestados por Matos Sequeira à cidade. O seu nome ficava perpetuado com a lápide colocada próximo da casa em que nasceu e encontrara a morte. Pagava-se assim uma parte da dívida contraída pelo Município. E o orador acrescentou:

«Não arrefecerá tão cedo a memória desse lisboeta simples, probo, dedicado, culto e infatigável trabalhador que foi MATOS SEQUEIRA.

Não ficarão esquecidas pelos arquivos as dezenas de publicações que registam a sua inteligente devoção à cidade de Lisboa, porque a profundidade do estudo, o brilho e graça da descrição e, sobretudo, o fundamento consciente e probo das suas afirmações, lhe concedem um lugar de plena actualidade e de obrigatória consulta, sempre que se tenha de falar da história da Cidade.

Ele foi um dos valorosos historiadores das «pequenas pátrias» que perpetuam os episódios e as lendas, ligam o passado ao futuro e o espiritual ao material, impondo o princípio de que o homem por si só nada pode e nada vale, pois cada geração se apoia na herança da geração precedente para aperfeiçoar e para descobrir.

É o conhecimento e a experiência daquilo que passou, que provoca a melhoria do dia de amanhã, na política, na ciência, nas artes, no económico e no social.

MATOS SEQUEIRA, soube amar a cidade de Lisboa e fê-lo a seu modo, subjugado pela magia com que a alma da Cidade (porque a tem) seduz e conquista a alma da criança, do adolescente e do homem feito que nela nasceu ou permaneceu.

Amam-se as terras porque elas nos doaram alguma coisa ou nós lhe entregamos alguma coisa de muito íntimo, numa permuta mutuamente consentida.

Cada um conhece bem esse segredo provocado por um pormenor da cidade na medida em que ele se encontra ligado a um destino, justifica uma amizade, regista um conflito moral, originou uma vitória ou uma derrota.

Amam-se as terras porque nelas viveram aqueles que tudo foram para nós e tudo nos concederam desinteressadamente: pão, carinho, incitamento, ensinamento, ajuda, amparo e protecção.

Amam-se as terras porque nelas conhecemos os nossos camaradas de trabalho ou os nossos melhores amigos; porque elas absorvem o suor do nosso esforço, porque nos concedem paz, comodidade, abrigo e alegria; porque acolhem bem aos que vieram de fora e nunca os distinguem dos seus naturais.

Amam-se as terras na medida em que generosamente e sem distinção, a pobres e ricos, estranhos e naturais, a todos concede sem preferência nem favor, ruas, jardins, escolas, parques, miradouros, monumentos, facilidade de desportos, espectáculos culturais, as colinas e o Rio, a cor e a luz, a liberdade de viver de acordo com as leis e costumes nacionais em paz e na graça de Deus.

Cada década concede a cada terra uma melhoria e portanto um novo bem a acrescentar aos existentes, mas o progresso não pode matar o passado sob pena de não ser progresso. Tudo quanto está ligado à vida comum: lembranças de heranças e dos acontecimentos de edifício, de lugares públicos com valor na tradição, não pode ser destruído nem alterado: tem que ser respeitado. Existem sempre novas áreas onde se pode gravar a característica da vida actual, deixando de pé e intacta a herança que simboliza o espírito e o esforço de quem nos antecedeu.

Destruir o que é velho só porque é velho, representa indignidade, inferioridade e retrocesso no caminho que tem de percorrer o homem civilizado.

Os esquimós matam os pais quando são velhos e já não podem atender ao seu próprio sustento, mas eles vivem uma vida primitiva toda material e sem a luz que vem do alto. Caminhámos milénios no sentido do conhecimento do respeito devido à pessoa humana.

Os velhos, quando nada mais podem dar, podem sempre dar um bom conselho por vezes bem mais valioso que todo o trabalho material e chega a ser

precioso na medida em que salva uma alma, reforma uma atitude infeliz ou abre o caminho a uma solução renovadora e benéfica.

São esses os méritos da História, da História da Civilização, da História Pátria e da história das pequenas pátrias: ensinar, abrir os horizontes de melhores dias».

E o presidente do Município prosseguiu:

«MATOS SEQUEIRA serviu Lisboa e soube amar Lisboa, já como seu natural, já como artista, investigador, historiador amigo e homem de coração. Lisboa precisa e não dispensa, de amigos como ele, que lhe dediquem algumas das suas horas disponíveis para além das dos seus afazeres oficiais. Lisboa precisa que os que têm a especificada missão de a servir o façam com entusiasmo, honestidade e fé.

Lisboa precisará sempre:

- dos que se interessem pelos documentos dos arquivos, pelos espólios particulares, pela história dos edifícios ou pela interpretação das gravuras onde se fixou uma época da vida cidadina;
- dos que se interessem pelas lápides, inscrições postais, elementos decorativos, pedras em que se gravou um louvor ou uma homenagem;
- dos que coligem as lendas acerca de pessoas, acontecimentos e locais;
- dos que estudem a Lisboa pré-histórica, romana, árabe e afonsina;
- dos que ajudem a defender o que é belo e útil;
- dos que se dediquem ao comércio, à indústria e todas as modalidades de trabalho, fazendo partilhar da melhoria, todos quantos contribuem para tais formas de actividade;
- dos que sabem projectar edifícios agradáveis e cómodos que são lustre para seus autores e prestígio para a Cidade;
- dos que se empenham em traçar de maneira acertada, ruas e jardins com todos os elementos de apoio que assegurem a comodidade e o bem estar;
- dos que se interessem pela construção de casas destinadas a famílias de fracos recursos;

— dos que administrem com entusiasmo e consciência fazendo derramar pelas populações o benefício que há-de irradiar da sua inteligência, devoção, cristandade e patriotismo.

E assim, pelos tempos fora, Lisboa, com a ajuda de todos, continuará a ser a mais bonita cidade do mundo.

Não será monumental, nem grandiosa, nem extraordinária; será sim, em toda a sua simplicidade apenas uma bonita cidade, onde apetece viver.

São homens da ténpera de MATOS SEQUEIRA, mas trabalhando nos mais variados sectores da vida comum, que em todos os tempos a tornarão atraente e apeteçada pela generosidade do seu espírito e sentido de ampla hospitalidade.

Esta mais bonita cidade do mundo, é obra de todos: daqueles que a administraram em qualquer tempo, dos que a exaltaram e tornaram conhecidos os seus dons, dos que profundaram a alma dos seus edifícios e dos seus moradores; dos que pugnaram pela sua evolução mas defendendo sempre o seu passado; dos que lhe deram o trabalho anónimo de cada dia; dos homens dos jornais, dos escritores, poetas; dos que abriram estabelecimentos e se tornaram atraentes; dos que construíram casas e lhes outorgaram bom gosto; dos que projectaram monumentos e edifícios públicos, impregnando-se de inspiração e de sabor lusíada; dos que espalham o bem, abrindo o seu coração às dificuldades da gente pobre; de todos quantos andam na rua; dos que vivem em barracas ou em palácios mas que com seu comportamento lhe concedem ordem, asseio e respeito; dos que recebem com lbaneza; dos que se associam a todas as manifestações impregnadas de sensibilidade, reconhecimento, bondade, abnegação, coragem, amor pela Pátria e pelos seus destinos; dos que amam a ordem e a garantem; dos que julgam com independência e consciência; dos que partem tristes e regressam alegres; de todos aqueles que mantêm em toda a sua pureza, a velha alma portuguesa, boa, abnegada, intransigente e leal.

A todos ela pertence, de todos ela depende. Os homens partem e a cidade fica para ser amada, servida e honrada pelos filhos que lhe sucedem.

MATOS SEQUEIRA é um exemplo; ele amou verdadeiramente a cidade de Lisboa com uma constância e inteligência, dignas de todo o louvor e gratidão.

Através deste acto pleno de simplicidade mas de significado tão profundo, a cidade apenas lhe quer dizer: obrigado, MATOS SEQUEIRA. É preciso ter-se algo de extraordinário a bem do Município ou a bem da Nação para que um nome se grave na esquina duma rua e assim se perpetue».

A terminar:

«GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, cronista, investigador, arqueólogo, realizador, homem de letras e autor teatral;

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, poeta, historiador, conferencista, trabalhador infatigável, pleno de modéstia como de inteligência, continuará sendo apontado no seu bairro como um grande amigo da sua terra. Bem o merece.

Através deste acto, pleno de simplicidade mas de significado muito profundo, a Cidade que ele tanto amou, apenas lhe quer dizer sincera e enternecidamente: obrigado, MATOS SEQUEIRA!»

Findas as palmas que sublinharam o discurso do presidente da Câmara Municipal, falou para agradecer, em nome da família do homenageado, o Sr. Dr. Luís de Oliveira Guimarães.

«No acto inaugural da exposição evocativa de Gustavo de Matos Sequeira, no Palácio Galveias — disse o orador — o Sr. General França Borges anunciou, em nome da Câmara Municipal de Lisboa, a que tão brilhantemente preside, que ia ser dado o nome de Gustavo de Matos Sequeira à Rua Nova de Santo António, para a qual deita um dos lados da casa onde Matos Sequeira nasceu, viveu e morreu. É à efectivação dessa deliberação camarária que estamos aqui assistindo. Pela segunda vez, em curto espaço de tempo, a família cumpre o grato dever de testemunhar os seus

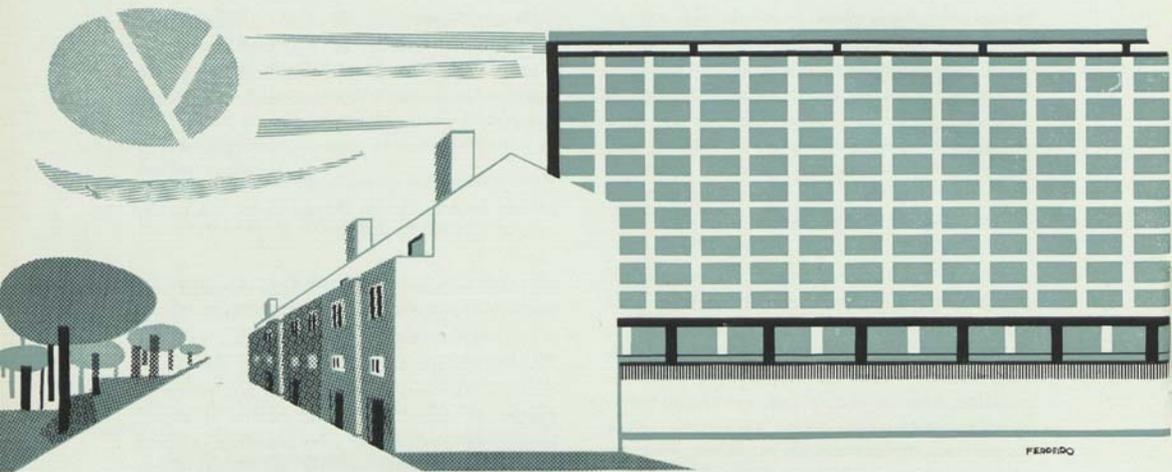
vivos agradecimentos, não apenas à Câmara Municipal, mas também ao seu presidente, pelas expressões, sempre tão enternecedoras e tão penhorantes, com que vem acompanhando essas homenagens».

Após contar dois episódios de sabor lisboeta evocativos de duas figuras desaparecidas, o Dr. Oliveira Guimarães disse:

«Tantos milhares de vezes Matos Sequeira atravessou esta rua, que eu tenho a impressão de que o vejo, neste instante, atravessá-la mais uma vez. Atravessá-la apenas? Não. Confesso que o vejo dirigir-se para nós, aproximar-se de nós, perguntar porque se encontram tantas pessoas ilustres à esquina da sua casa e, ao saber o motivo, pressinto que ele não deixará de ficar ao mesmo tempo desvanecido e surpreso. Eu não sei se ele, simples como era, teria alguma vez admitido que o seu nome viesse a ser dado a uma rua de Lisboa; se admitiu, não pensou de certo que essa rua fosse esta, contrário, por princípio, a que se substituísem os nomes das artérias da cidade. Entretanto, a Câmara e o seu presidente, ao substituírem o antigo nome desta rua pelo nome dele, lá tiveram as suas razões, e não nos compete a nós, família de Matos Sequeira, analisar o facto mas, unicamente, agradecê-lo».

O orador agradeceu a quantos assistiram à cerimónia, designadamente aos representantes da Imprensa, que Matos Sequeira, durante sessenta anos, serviu e amou. «Ele, que não era vaidoso nem orgulhoso — declarou a finalizar — confessava ter uma vaidade e um orgulho: vaidade de ser lisboeta e orgulho de ser jornalista». O acto solene terminou com a assinatura da acta da inauguração da lápide.





OLIVAIS—SUL

INTRODUÇÃO

O Gabinete Técnico da Habitação foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa a fim de dar cumprimento às obrigações decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 42 454. Este Diploma representa para a capital do País a fase actualmente mais evoluída dum longo processo tendente a resolver o problema sempre instante da habitação económica. Compete ao Município, segundo o que nele se determina «a preparação dos programas de trabalho, a elaboração dos projectos e a direcção e fiscalização das obras» o que efectivamente se traduz por uma vasta gama de obrigações, que vão desde as expropriações necessárias, aos estudos de urbanização que as fundamentam; desde a obtenção dos projectos dos edifícios, aos planos anuais por que serão distribuídos, e por último até às respectivas obras de concretização.

A escolha das zonas da cidade que ficariam sob a alçada da nova legislação recaiu sobre as malhas de Olivais e Chelas, já reservadas, tanto no plano De Groër, como no plano director do extinto G. E. U., para fins habitacionais susceptíveis de interessar uma parte da população activa da faixa marginal do Tejo. Quanto aos Olivais verifica-se até a circunstância favorável da maioria dos terrenos se encontrar já na posse da Câmara como resultado da política de aquisições em larga escala promovida por Duarte Pacheco. A urbanização levada agora a efeito beneficiou sob o aspecto económico dos preços favoráveis, comparativamente com os de hoje, por que os terrenos foram então adquiridos. Não sendo própria a política dos terrenos praticada por Duarte Pacheco uma política de habitação económica, embora se não esqueçam as medidas que, ao tempo, nesse sentido a coadjuvavam é, no entanto, de assinalar a influência que mais tarde viria a ter na resolução de tal problema.

Outrotanto já se não passa em Chelas, fase seguinte dos planos em curso. Ali, a maior parte das propriedades está ainda por expropriar, o que, dado o desequilíbrio verificado entre as despesas inerentes à urbanização e as receitas correspondentes à cedência dos terrenos (limitadas em função do custo global dos respectivos edifícios) irá porventura traduzir-se deficitariamente.

Não obstante isso, o Município tem procurado superar tais dificuldades, ciente de que, neste caso, as vantagens de ordem social se sobrepõem aos inconvenientes de carácter económico. Trata-se, de facto, quer pela extensão das áreas abrangidas, quer pelo número de fogos anualmente previstos, cerca de 3000, do programa mais ambicioso que em Lisboa até agora se tentou. Ele representa a evolução de um conjunto de medidas de carácter legal cujo ponto de partida poderá talvez remontar ao D. L. 23 052, de 23/9/1933, que promulgava a construção dos primeiros núcleos de moradias económicas de propriedade resolúvel. Desde então, o princípio da casa económica foi-se definindo e concretizando. Em 1938 o D. L. 28 912 abandonava já a construção de casas térreas e com o propósito de contribuir para a extinção dos bairros de lata criava as casas de construção precária, como solução marcadamente transitória até os seus ocupantes se encontrarem em situação de poder beneficiar duma moradia económica. Muito embora estas disposições tivessem sido afectadas pela guerra, nunca o assunto deixou de ser objecto de preocupação. Assim, em 1945, surgiam as casas para famílias pobres como passo imediato das casas de construção precária e em 1946 através do D. L. 35 602 todo o problema das habitações económicas era revisto em moldes renovados. Neste último especificara-se mesmo, de forma bastante precisa, a correspondência das categorias e dos tipos das habitações previstas com os proventos globais de agregado familiar, as rendas a estabelecer, os custos limites das construções e os encargos de urbanização.

Com o D. L. 35 611, também de 1946, regulamentava-se a cooperação das instituições de previdência nos planos de construção e sob os auspícios das legislações anteriormente citadas foram edificados bairros importantes como o Caramão da Ajuda, Restelo, Caselas, Encarnação, Madre de Deus e sobretudo Alvalade.

Medidas de carácter fiscal tendentes a fomentar na iniciativa privada o abaixamento das rendas, quer pelo seu condicionamento, quer pela sua limitação, (D. L. 36 212, de 7/4/1947 e seguintes) — eram simultaneamente promulgadas.

Este foi pois o enquadramento legal em que se veio inserir o D. L. 42 454. Nele reaparecem aferidas pelos ensinamentos colhidos das experiências anteriores algumas das mais significativas linhas de força. Assim, por exemplo, tal como no D. L. 35 602, estabelecem-se quatro categorias habitacionais, deixando-se, no entanto, desta vez, a respectiva subdivisão em tipos, a cargo do Município. Equivalente é também a percentagem relativa de fogos por categorias e tem ainda analogias o critério de reportar o custo do terreno de construção ao custo do edifício nele erigido. No restante existe mais flexibilidade no novo D. L. do que nos anteriores. Significa isto que ao Município é dada outra latitude de manobra nas opções a tomar, mormente nas que respeitam critérios urbanísticos. Daqui advirá um acréscimo de responsabilidade, sem dúvida, mas também permitirá acertar o passo, depois de ponderados devidamente os parâmetros correspondentes às nossas realidades, com os progressos realizados neste domínio em países mais evoluídos.

Mas para que tal aconteça, face à previsível eventualidade de desbravar matéria inexplorada e de abarcar uma vasta gama de problemas divergentes tornava-se necessário constituir um sólido corpo técnico adequadamente estruturado.

Assim nasceu o Gabinete Técnico da Habitação ao qual foram outorgadas apreciáveis facilidades para que se organizasse.

A sucinta apresentação dos estudos já realizados e em curso de execução para a malha de Olivais-Sul responde, em parte, pelo trabalho efectuado. Esse trabalho envolve ainda um exame em profundidade de múltiplos factores interessando a vasta problemática do «habitat» de que, no entanto, só uma parte da cidade beneficiará.

Responsabilidade pesada, como ficou dito, a que recai sobre este Gabinete, responsabilidade de fazer doutrina em muitos aspectos e de assegurar simultaneamente a sua realização — responsabilidade, por fim, de administrar os grandes capitais movimentados anualmente, além dos 200 000 contos a que o Município poderá recorrer a título de empréstimo para a consecução dos planos e os 20 000 contos correspondentes à comparticipação do Commissariado do Desemprego.



Planta da cidade com a indicação das zonas de Olivais-Norte, Olivais-Sul, Cbelas e Montes Claros destinadas ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 42 454.

Todavia, sem a colaboração e o interesse das entidades beneficiárias dos planos habitacionais, não seria possível levar este esforço por diante. Essa colaboração tem sido dada sem reservas e o sucesso de todo este empreendimento dependerá fundamentalmente de que continue a ser prestada, como até aqui. Outrotanto se passa relativamente à Comissão de Habitação, adstrita à Presidência do Conselho, encarregada de presidir à apreciação dos planos, da que só há a assinalar o constante interesse e o impulso concedidos.

Mas acima de tudo, pela compreensão mostrada por estes problemas, pelo entusiasmo posto na sua resolução e pela confiança sempre manifestada desde a primeira hora neste Gabinete, é justo destacar o Sr. Presidente da Câmara, General Franca Borges.

A ele, em particular, e também aos técnicos que desde o princípio, sem excepção, quer dentro do Gabinete, quer fora dele, colaboraram no trabalho realizado, era devida, neste intróito, uma referência especial.

Jorge Carvalho de Mesquita,
Director do G. T. H.





Formenoi da «maquette» do terreno com o traçado dos arruamentos principais.

CONDICIONAMENTOS

I — Características do terreno:

A unidade de Olivais-Sul é delimitada por quatro artérias principais: a norte a Avenida Entre Aeroportos, a sul a 2.^a Circular, a nascente a Avenida Infante D. Henrique e a poente a Estrada de Sacavém.

Corresponde aproximadamente a 2.^a Circular a uma linha de festo e a Avenida Entre Aeroportos a uma linha de talvegue. Assim, o terreno tem o aspecto de um quadrilátero trapezoidal cujo pendor é condicionado simultaneamente pelos declives de sul para norte e ainda de poente para nascente, conforme a bacia geral do Tejo. A linha de maior declive corresponde, portanto, à diagonal SO-NE, cujas cotas altimétricas variam entre 105 m e 15 m, respectivamente.

O terreno é de um polimorfismo acentuado, por efeito das linhas de água que o sulcam e da sua estrutura geológica. Na sua parte central, sobressai, porém, uma faixa de calcários⁴ que constitui como que um planalto dominando o conjunto da malha.

Este planalto apresenta declives acentuados sobre as linhas de água a norte e a poente, enquanto para sul e nascente o seu declive é suave.

Estabelecendo a transição entre a linha de festo, já referida, e o planalto, aparece outro talvegue sensivelmente paralelo ao primeiro, mas de importância secundária, que só relativamente próximo da fronteira nascente se traduz por declives apreciáveis.

Dum tal polimorfismo resulta grande variedade de exposições e grande mobilidade de planos, circunstância a que foi necessário atender, procurando mesmo dela tirar-se partido através das soluções urbanísticas adoptadas.

II — Ocupação anterior do terreno:

Olivais-Sul constituía uma zona rural e as características da sua exploração agrícola assemelhavam-se às correntemente praticadas nos arrabaldes de Lisboa. Era assim preponderantemente de olivais, hortas e campos cerealíferos, que nalguns casos impunham obras de modelação do terreno

de certa importância. Correspondiam as hortas aos solos mais bem irrigados, enquanto as oliveiras se relegavam para as zonas mais pobres, onde frequentemente, em renques ou áreas ficavam a sublinhar as linhas fundamentais da paisagem: — extremas de propriedades, limites de campos, azinhagas, etc. As terras intermédias, sem aptidão para horta destinavam-se à cultura de cereais.

O tipo característico de propriedade rústica era a quinta, centrada em torno de um núcleo edificado, quase sempre erguido em pontos elevados, rodeado de árvores e jardins.

Os acessos a estas propriedades faziam-se por azinhagas muradas a que vinham afluir em áreas sombreadas as serventias da casa principal.

Sempre que possível, quando do estudo urbanístico da malha, houve o cuidado de respeitar estas características e de procurar a sua integração paisagística. Não sendo, no entanto, viável conservar todas as casas, muros, azinhagas e linhas de água, procurou-se conservar alguns dos seus testemunhos mais significativos, preservando, aqui e ali, pedras trabalhadas em esteios, cachorros, bordas de tanque, degraus, gradeamentos, etc.

III — *Vegetação existente:*

Predominam as oliveiras em toda a malha. Nas antigas zonas de exploração hortícola aparecem ainda algumas árvores de fruto, e junto das casas mais importantes certas espécies arbóreas exóticas dispersam-se por jardins há muito abandonados.

A vegetação espontânea é quase exclusivamente herbácea, apresentando apenas carácter arbustivo nos taludes, linhas de água e azinhagas.

IV — *Condicionamentos gerais de urbanização:*

1.º — Declives e orientações do terreno.

Segundo o teor da sua inclinação a superfície total da malha subdivide-se nas seguintes percentagens:

Áreas com declive inferior a 10 %	54,71 %
Áreas com declive entre 10 e 15 %	21,80 %
Áreas com declive entre 15 e 20 %	11,93 %
Áreas com declive entre 20 e 25 %	7,10 %
Áreas com declive superior a 25 %	4,46 %

Diz a experiência que a máxima pendente admissível para terrenos destinados a construções económicas não deverá ultrapassar os 15 %.

Em virtude disso, apenas 76,51 % do terreno poderá ser utilizável para tal fim, e somente 54,71 % tem condições óptimas para uma boa implantação.

No tocante à orientação das encostas ela distribui-se relativamente ao conjunto da malha de acordo com as percentagens seguintes:

Orientação	Superfície — Ha	Porcentagem do conjunto
Norte	32,15	17,22
Nordeste	72,75	38,98
Nascente	41,95	22,47
Noroeste	7,74	4,15
Poente	1,37	0,73
Sul-Sudeste-Sudoeste	30,70	16,45
Totais	186,66	100,00

A carta geológica do terreno assinala a existência de areias, calcários, argilas e grés em camadas contínuas que afloram no sentido NO-SE. Estes terrenos não impõem, no entanto, precauções especiais, quer quanto à implantação, quer quanto à segurança das fundações dos edifícios.

2.º — Fontes de trabalho. Indústrias poluentes.

As fontes de trabalho situadas na zona oriental da cidade, segundo inquérito realizado pelo Gabinete Técnico da Habitação, abrangem cerca de 24 400 empregados. Destes, 60 % residem na zona oriental, e, em muitos casos, em condições habitacionais extremamente deficientes. Assim, por exemplo, na malha de Chelas vivem em construções abarracadas 3034 pessoas, a maior parte das quais se emprega nas indústrias vizinhas. Será, portanto, necessário facultar à população, que futuramente ocupará a malha de Olivais-Sul e a malha de Chelas, as condições que possibilitem, em grande parte, a sua ocupação nas actividades industriais e terciárias da zona oriental.

Por outro lado, a proximidade dessa zona levanta sérios problemas de salubridade. São particularmente de temer indústrias de transformação química como a Sacor, a Petroquímica, a Sociedade Nacional de Fósforos, Sociedade Nacional de Sabões, a Fábrica de Gás da Matinha e outras instalações fabris que contribuem igualmente para a poluição da atmosfera.

A defesa contra os fumos e os cheiros terá de ser tentada por extensas faixas verdes, o que nem sempre é possível, dada a ocupação do solo a que os programas habitacionais previstos conduzem.

3.º — Ligações à cidade:

Presentemente a malha encontra-se ligada ao centro da cidade por duas radiais: a Avenida Gago Coutinho-Almirante Reis e a Avenida Infante D. Henrique.

A ocupação de Olivais-Sul contribuirá para mais as saturar ainda. Esta situação manter-se-á até à abertura dos dois atravessamentos medulares de Chelas, que dando continuidade, por sua vez, aos dois atravessamentos de Olivais, promoverá um sensível descongestionamento do conjunto. Também a 2.ª Circular, quando concluída, permitirá a ligação directa a toda a zona ocidental da cidade.

4.º — Estudo base do extinto Gabinete de Estudos de Urbanização:

A aplicação a esta malha do D. L. 42 454 tornou obsoleto o anterior estudo para ela elaborado. Porém, este estudo dera já lugar à construção duma parte dos arruamentos de Olivais, o que constituiu um importante condicionamento na elaboração do novo trabalho.

Entre renovar completamente a rede viária e conservá-la por motivos económicos houve que optar por uma solução de compromisso. Assim, as alterações mais profundas consistiram na rectificação das penetrações da malha e respectivos nós.

5.º — Outros condicionamentos:

Uma considerável faixa de Olivais-Sul encontrava-se já atribuída ao Ministério das Obras Públicas, para construção de moradias e blocos habitacionais de carácter económico, quando o novo estudo foi intentado, e houve que respeitar as implantações correspondentes.

Essa faixa, que envolve totalmente a malha, a Poente e a Sul, bordejando a Estrada de Sacavém e a 2.ª Circular, abrange uma área de cerca de 2 ha com uma profundidade média de 85 m.

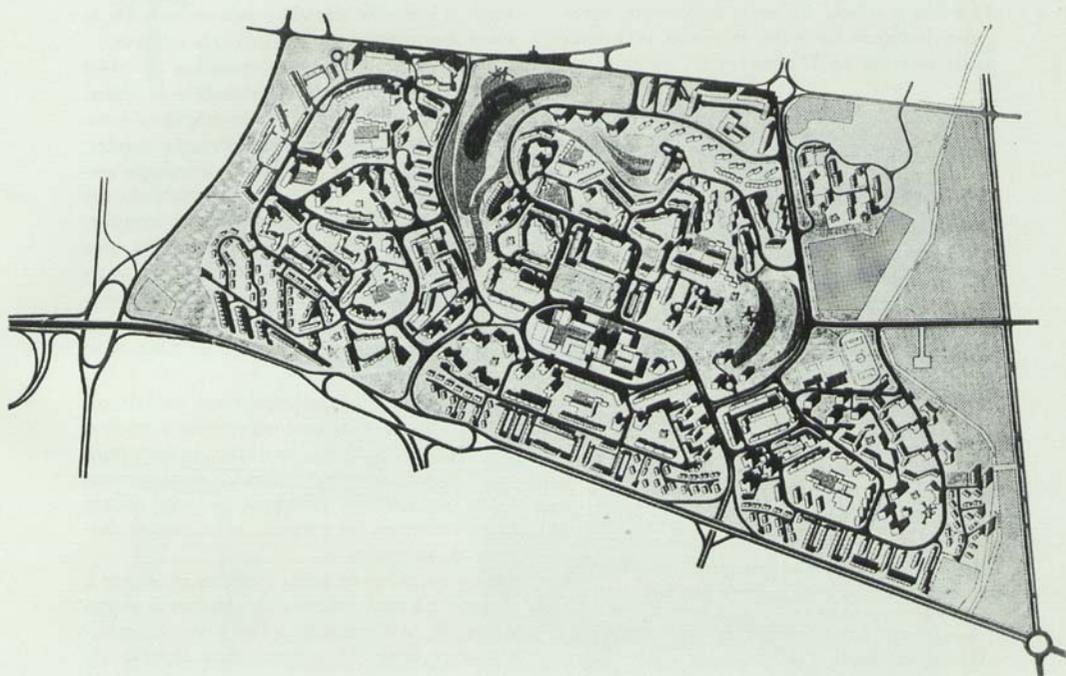
Outra zona de 6 ha, destinada à iniciativa privada, encontrava-se já, naquela altura, em vias de ocupação.

Também a proximidade do Aeroporto de Lisboa influiu de modo sensível na organização do plano.

De facto, a faixa de desobstrução correspondente ao enfiamento de uma das pistas limitava a altura dos edifícios no troço poente do terreno.

Para além disso, o ruído provocado pelos aviões obrigará a especiais cuidados na protecção acústica de certas peças de equipamento (igrejas e escolas).

Constituíram ainda condicionamentos prévios as faixas de protecção ao canal Alviela e aos depósitos da Companhia das Águas de Lisboa, bem assim como a existência de um cemitério dentro da malha que, a ser ampliado, como está previsto, englobará 3,42 ha.



O PLANO

Aspectos gerais

Na elaboração do plano de Olivais-Sul teve-se em vista responder a um certo número de exigências fundamentais, decorrentes da análise dos condicionamentos locais, das possibilidades de investimento e dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa quanto ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 42 554.

Procurou-se respeitar os primeiros e satisfazer o último sem sacrifício do que se considerou essencial: a criação de uma estrutura habitacional integrada na cidade, equipada com todos os órgãos necessários a uma vida social semi-autónoma e oferecendo à sua população condições propícias à satisfação das suas necessidades vitais.

Assim, procurou-se dar satisfação aos seguintes pontos principais:

a) Ligar a malha ao esquema viário da zona oriental da cidade, nomeadamente às grandes vias de atravessamento de Chelas.

b) Dada a alta densidade geral imposta (198 hab./ha) procurar uma ocupação máxima das zonas mais aptas para habitação com o objectivo de, sem sacrifício das exigências de salubridade e equipamento próprio destas, libertar áreas destinadas ao equipamento geral (escolas, zonas verdes, centros cívico-comerciais, etc.).

c) Estruturar as zonas residenciais com base no número de habitantes e estabelecer um quadro geral de equipamento e serviços ajustado aos vários escalões.

[Foram estabelecidos quatro escalões habitacionais-base:

Grupo residencial — (1200-2400 hab.).

Unidade de vizinhança — (4000-5800 hab.).

Célula — (9600-12 000 hab.).

Malha — (38 400-48 000 hab.).

e determinado um quadro de equipamento complementar de cada um dos escalões.]

d) Evitar a criação de zonas socialmente segregadas, incluindo em todas as células as 4 categorias previstas no Decreto-Lei n.º 42 454.

e) Concentrar as actividades cívico-comerciais e articulá-las num esquema de desenvolvimento linear apoiado nas vias principais de distribuição.

f) Estabelecer um esquema de arruamentos internos claramente hierarquizados e acusados nos seus traçados e perfis transversais, de acordo com as funções atribuídas no plano.

g) Prever uma rede de caminhos de peões independente das vias de tráfego, ligando os centros de interesse principais, e explorando o interesse paisagístico dos percursos.

h) Respeitar as características da orografia local: do ponto de vista económico, evitando a construção em terrenos com pendentes superiores a 15 %; do ponto de vista da salubridade, evitando as zonas mais facilmente poluíveis ou mal orientadas; do ponto de vista paisagístico, respeitando ou acentuando os seus traços essenciais.

i) Tendo em vista a conveniente implantação dos edifícios, de modo a melhorar os micro-climas locais, procurar dar forma a uma organização espacial de características vincadamente urbanas em que sejam consideradas algumas soluções tradicionais da cidade (rua, praça, pátio).

Na sua organização geral o plano da malha de Olivais-Sul traduz as intenções atrás enunciadas.

As duas penetrações principais da malha, Ruas C e C-D, que a seccionam transversalmente, fazem a ligação ao esquema viário da zona oriental. A Rua B estabelece a ligação à grande radial do vale de Chelas; a Rua C constitui um troço da ligação directa entre Chelas, a sul, e Olivais-Norte e Moscavide, a norte. Com a 2.ª Circular, que liga Olivais-Sul à parte ocidental da cidade, e as radiais Avenida Gago Coutinho e Avenida Infante D. Henrique, que constituem os principais acessos actuais ao centro, fica estabelecido o conjunto rodoviário fundamental de serventia e integração da malha na cidade.

As vias principais de atravessamento definem, com as envolventes do centro principal D-D2 e a Rua E, de acesso à Avenida Infante D. Henrique, os limites das células habitacionais. Consti-

tuem as linhas de atracção e movimento sobre as quais se estruturam os órgãos da vida colectiva.

Complementares destas, os caminhos de peões formam o segundo sistema circulatório da malha, claramente diferenciado, no seu traçado e tratamento formal daqueles. Serão percursos seguros, livres dos incómodos e perigos da circulação mecânica, em geral arborizados e desfrutando em muitos pontos de vistas panorâmicas de interesse. Miradouros, ou simples locais resguardados onde alguns bancos permitem um momento de repouso à sombra das árvores, serão dispostos ao longo dos percursos. No seu traçado teve-se em conta as azinhagas existentes, que nalguns casos serão mantidas.

Estes dois sistemas complementares estabelecem o esqueleto sobre o qual se articula o equipamento da malha. Sobre uma linha de força principal, traçada longitudinalmente, dispõem-se as fontes de interesse principais: os três centros cívico-comerciais, os parques, as instalações desportivas, as igrejas.

Outros caminhos de peões facilitam os acessos à periferia e à zona industrial ou diminuem os percursos de atravessamento. Por vezes desenvolvem-se ao longo dos parques, entre alamedas de oliveiras; noutros casos seguem as linhas de cumeada com perspectivas longínquas do rio e da margem sul.

Procurou-se que este sistema oferecesse uma leitura fácil, eliminando-se a confusão que resultaria de um sistema viário e pedestre pouco claro. Esta leitura clara do percurso é completada pela da própria orografia. Os edifícios dispõem-se ao longo do terreno sem lhe alterarem os aspectos essenciais, antes acentuando as suas características. Os edifícios em torre foram em geral implantados nos pontos altos ou de forma a propiciar uma leitura rítmica das cumeadas; nas encostas procurou-se uma aderência das construções ao relevo, que razões de ordem económica e climática justificavam, mas que igualmente e deliberadamente se pretendem entroncar na continuidade da melhor tradição da arquitectura e arte urbana da cidade.

O esquema organizacional das zonas residenciais atrás enunciado não foi seguido de forma rígida, antes serviu como base-teórica, sujeita aos ajustamentos e adaptações decorrentes da organização geral da malha.

Efectivamente, a própria designação de «célula» não coincide nalguns casos com o critério indicado, significando apenas uma subdivisão geográfica resultante do traçado das vias principais e adoptada por simplificação. É assim que, enquanto as células B e C são formadas por duas «unidades de vizinhança» teóricas (9413 e 11 242 habitantes, respectivamente, com duas escolas primárias e no caso da primeira um centro cívico-comercial local) as células D e E poderiam ser definidas como simples unidades de vizinhança. Do mesmo modo, nem sempre os grupos residenciais apresentam a homogeneidade e dimensionamento correspondentes à base teórica. Preocupações de vária ordem, nomeadamente a de evitar a criação de núcleos socialmente segregados, conduziram à definição de esquemas de organização espacial interpenetrantes e fluídos, embora esses princípios tenham servido de base geral e nalguns casos tenham sido integralmente cumpridos.

Verificar-se-á, a propósito, que, embora tenha havido a intenção de evitar uma provável segregação social que resultaria de grande concentração de fogos de uma dada categoria (a I, por hipótese) se evitou a mistura indiscriminada das categorias, preferindo-se à adopção de qualquer destes critérios extremistas a criação de pequenos núcleos de categorias afins formando dois grupos principais, um constituído pelas duas primeiras (I e II) e o outro pelas duas últimas (III e IV). Raramente, de resto, estes grupos se fecham sobre si, constituindo antes parte de um todo articulado em função dos órgãos colectivos dos escalões seguintes (unidade de vizinhança, célula).

Finalmente, interessa registar, ainda no campo dos princípios gerais, que o dimensionamento das áreas destinadas ao equipamento colectivo (zonas verdes, parques desportivos, centros cívico-comerciais) resultou do estudo inicial das necessidades da população local, não tendo sido encarada a hipótese de criação de órgãos interessando o conjunto urbano, ou sequer a zona oriental da cidade.

Este critério resultou não só da alta ocupação do terreno para fins habitacionais, como da previsão na malha de Chelas de grandes áreas destinadas ao equipamento de interesse geral da cidade.

Em qualquer caso, os programas que serviram para as previsões de áreas de equipamento são no seu conjunto satisfatórios e garantem a possibilidade de funcionamento de todos os órgãos colectivos necessários à vida da população.

Excepcionalmente, propõem-se no entanto algumas instalações para actividades terciárias no centro cívico-comercial principal, a construir gradualmente, e cuja amplitude dependerá em larga medida do interesse manifestado pelas empresas privadas e organismos oficiais.

Crê-se também que os órgãos de cultura e recreio (parques, instalações desportivas, cinemas, cafés, etc.), embora dimensionados numa base de utilização local, poderão, como acontece noutras zonas novas da cidade, atrair a população de outros bairros da cidade.

Características numéricas

Das seis células que formam a malha, quatro (B, C, D, E,) são destinadas a habitação, embora as duas primeiras incluam áreas verdes consideráveis que interessam o conjunto da população; a área da célula G é ocupada integralmente pelo centro cívico-comercial principal; a célula F, embora comportando um pequeno núcleo habitacional destinado a realojamento, é na sua maior extensão ocupada pelo cemitério dos Olivais e por uma área de reserva que faz fronteira com a zona industrial e se pretende manter como faixa verde de protecção.

As células habitacionais compreendem, além das zonas verdes de protecção, recreio e desporto, todo o equipamento escolar e cívico-comercial de interesse local.

		CÉLULA B	CÉLULA C	CÉLULA D	CÉLULA E	CÉLULA F	CÉLULA G	TOTAIS	
I	Áreas totais	51,49	54,85	21,31	35,54	17,92	5,55	186,66	
	Densidades globais (hab/ha)	207	205	284	248	84		205	
II	Características habitacionais	Áreas habitacionais	25,62	26,70	15,34	18,74	2,87		89,27
		N.º de fogos	2 217	2 342	1 261	1 836	340		7 996
		N.º de habitantes	10 642	11 242	6 053	8 813	1 500		38 250
		Densidade líquida (hab/ha)	415	421	395	470	523		
III	Arruamentos	Principais	5,27	6,12	2,79	4,73	2,17	0,64	21,72
		De serviço	6,25	2,72	1,38	2,42	0,15	0,66	13,58
		Estacionamentos	1,37	1,07	0,17	0,31			
		Totais	12,89	9,91	4,34	7,46	2,32	1,30	38,22
IV	Espaços livres principais	Áreas verdes de recreio	0,58	13,95					14,53
		Áreas verdes de protecção	2,03	0,90		2,70	2,68		8,31
		Parques desportivos	4,92			3,34			8,26
		Totais	7,53	14,85		6,04	6,11		34,53
V	Centros cívico-comerciais	0,84			0,95		3,80	5,59	
VI	Igrejas	0,34			0,05		0,45	0,84	
VII	Ensino	Escolas pré-primárias (9)	0,50	0,50	0,50	0,50	0,25		2,25
		Escolas primárias (6)	2,49	2,19	1,13	1,50			7,31
		Totais	2,99	2,69	1,63	2	0,25		9,56
Cemitério						3,43		3,43	
Reserva		1,28	0,70		0,30	6,37		8,65	
Zona industrial					8,40	8,93		17,33	

É a seguinte a distribuição percentual dos 186,66 hectares que constituem o total da área de Olivais-Sul.

Habitação	47,86 %
Arruamentos	20,48 %
Escolas	5,12 %
Centros cívico-comerciais	2,99 %
Igrejas	0,46 %
Espaços verdes principais	18,50 %
Reserva	4,63 %

Nas zonas habitacionais inclui-se não só a área ocupada pelos edifícios como os espaços livres envolventes e o equipamento colectivo de interesse local (jardins, núcleos de comércio, parques infantis, etc.).

Excluíram-se os arruamentos, impasses e parques de estacionamento de veículos.

Habitação

A urbanização da malha de Olivais-Sul fez-se para responder às obrigações contraídas pela Câmara Municipal de Lisboa e decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 42 454, que definiu as formas de investimento e normas gerais a que devem obedecer a construção de habitações económicas na cidade. Assim, lê-se naquele documento que se «adoptaram medidas que têm por efeito assegurar as condições necessárias para que a C. M. L. possa dispor em maior escala de terrenos urbanizados destinados a novas construções e também a permitir o estabelecimento de instalações de necessidade comum, como igrejas, escolas, mercados, etc.».

Os terrenos urbanizados serão na sua grande maioria utilizados para habitação. Destinam-se a ser distribuídos entre as entidades mais aptas a promover a construção de habitações de interesse social, ou seja as instituições de previdência social, o Instituto Nacional de Trabalho, pelo seu Fundo de Casas Económicas; serviços e instituições de interesse público designados pelo Ministro das Finanças para promover a construção de habitações em Lisboa destinadas a funcionários públicos do Estado e dos corpos administrativos; Serviços Sociais das Forças Armadas e outras entidades com fins de assistência social interessadas no fomento da habitação económica. Admite-se também a possibilidade de associar a esse esforço as cooperativas de construção e a in-

dústria da construção civil, e por isso se lhes reserva a parte dos terrenos que não couber às entidades acima mencionadas.

Prevê-se que «as novas unidades urbanas incluem todas as categorias económicas evitando segregações sociais inconvenientes, consideradas alheias à tradição dos bairros lisboetas. Espera-se que a construção de grande número de fogos das categorias mais modestas venha facilitar o desengestionamento de prédios de rendas mais elevadas, até agora habitados por excessivo número de famílias no pouco recomendável regime de partes de casa. A par das necessidades de ordem material, avultam neste particular razões de ordem moral e social que parecem pesar ainda mais do que as primeiras. Há-de, da mesma forma, promover-se o saneamento de muitos dos velhos prédios e também a substituição progressiva dos chamados «bairros de lata», que teimam em existir na área da cidade, por habitações de carácter definitivo e de rendas módicas quanto possível». Lê-se mais adiante que ficam deste modo asseguradas as bases que permitirão à C. M. L. a atribuição dos terrenos urbanizados, quer por meio de acordos com as entidades já referidas, quer por alienação em hasta pública para a indústria de construção civil, em conformidade com a legislação vigente.

«Fica a C. M. L. autorizada a celebrar acordos anuais com as entidades indicadas para a venda de lotes de terrenos destinados à construção de habitações que obedeçam às condições constantes do quadro seguinte»:

<i>Categorias das habitações</i>	<i>Valores-límites das rendas mensais — Escudos</i>	<i>Percentagem das diferentes categorias</i>	<i>Custo máximo dos terrenos urbanizados em relação ao preço total das habitações — Percentagem</i>
I	200 a 300	40	10
II	400 a 600	30	15
III	700 a 900	20	18
IV	até 1500	10	20

Os lotes dos terrenos destinados às categorias de habitações definidas neste artigo representarão, pelo menos, 70 % da totalidade dos fogos permitidos pelos terrenos urbanizados em cada ano.

Nos acordos a celebrar com as instituições de previdência social deverá ser atribuído à C. M. L. um número de habitações destinadas ao realojamento de famílias atingidas por obras de urbanização, que poderá ir até à percentagem de 30 % da totalidade abrangida por cada acordo.

As habitações das várias categorias fixadas neste artigo poderão ser destinadas quer a arrendamento quer à venda em regime de propriedade resolúvel.

As percentagens atribuídas às 4 categorias, os valores-límite das respectivas rendas mensais e os custos máximos dos terrenos urbanizados, em relação ao preço das habitações, foram definidos no Decreto-Lei n.º 42 454, de que se resumiu o essencial. O Decreto-Lei n.º 42 454 é porém omisso quanto à tipologia a adoptar (número de quartos por fogo). O critério definido pelo G. T. H. (ver quadro 2), baseou-se essencialmente nos elementos estatísticos conhecidos quanto à composição familiar média da cidade de Lisboa constantes do censo de 1950.

Dentro dos limites de custos a cumprir foi intenção do Gabinete Técnico da Habitação e dos arquitectos contratados para elaborar os projectos de habitação, conseguir os melhores resultados pelo que respeita a áreas úteis e às condições de conforto, qualidade construtiva e acabamentos das habitações. São particularmente significativos desse esforço os índices alcançados no capítulo essencial das áreas úteis por habitante.

A este respeito, não só o coeficiente final de 10,90 se pode considerar satisfatório em con-

fronto com as realizações anteriores no nosso país, como a análise dos resultados parciais revela serem estes sempre francamente superiores aos valores mínimos regulamentares em vigor.

Nem sempre estes resultados positivos foram conseguidos sem prejuízo de outros aspectos da construção, nomeadamente no tocante a acabamentos. Pareceu no entanto preferível sacrificar estes últimos, dentro de limites razoáveis, em favor daqueles.

Pelo que respeita às características construtivas dos edifícios verifica-se em especial a previsão de um número limitado de moradas, sacrificadas por razão da necessidade de aproveitamento máximo do solo aos blocos de habitação colectiva. Quanto a estes é de notar em particular o critério adoptado para a categoria I de edificar em bandas contínuas de 4 pisos, que a experiência indica como mais económico, principalmente por ser este o limite regulamentar para edifícios sem acessos verticais mecânicos, que de maneira sensível vêm onerar a construção.

Este limite não foi porém tomado como regra fixa. Em alguns casos foram previstas construções desta categoria com 3 e 7 pisos, assim como na categoria II foram encomendados projectos de moradas de dois pisos, torres de 7 e 8 pisos, etc. Estes casos foram no entanto considerados a título excepcional e tentados com uma intenção deliberadamente experimental.

Crê-se que os ensinamentos já recolhidos através da análise dos projectos entregues são plenamente compensadores da sobrecarga de trabalho havida.

Do mesmo modo, foi garantida uma larga margem de liberdade ao trabalho dos arquitectos autores dos projectos pelo que respeita a organização interna dos fogos.

O trabalho destes foi acompanhado pelos técnicos do G. T. H. nas suas várias fases, coordenado em obediência às intenções essenciais do plano de urbanização e analisado pelo que se refere à organização dos fogos, implicações económicas das soluções, etc.

Os resultados finais são por isso largamente sacáveis ao espírito de colaboração entre a equipa interna do G. T. H. e os arquitectos, que, embora trabalhando no exterior, não foram menos solidários nesta tarefa comum.

QUADRO 2

NÚMERO TOTAL DE FOGOS A CONSTRUIR EM OLIVAIS-SUL

Cat.	Tipo	Células					Total
		B	C	D	E	F	
0	T2-A	—	—	—	—	160	160
	T3	—	—	—	—	92	92
I	T1	—	—	29	146	—	175
	T2	203	153	58	209	—	623
	T3	202	341	28	203	—	774
	T3-A	—	—	—	140	—	140
	T4	219	74	8	—	—	301
II	T2	144	138	—	84	—	366
	T3	120	244	249	132	—	745
	T4	80	88	167	52	—	387
	T5	30	30	—	—	—	60
III	T2	1	219	4	192	—	416
	T3	61	166	48	166	—	441
	T4	214	292	76	62	—	644
	T5	54	18	48	—	—	120
IV	T3	184	110	56	—	—	350
	T4	151	127	76	—	—	354
	T5	106	78	110	—	—	294
	T6	—	16	—	—	—	16
Total	1 769	2 094	957	1 386	252	6 458	
Total de habitant.	8 491	10 052	4 594	6 653	1 210	31 000	

A este total de 6458 fogos a construir ao abrigo do Decreto-Lei n.º 42 454 devem adicionar-se os 1014 fogos do M. O. P.; 188 fogos a construir pela Companhia das Águas de Lisboa; 248 atribuídos à iniciativa privada; e ainda 88 fogos destinados a realojamentos e ainda não projectados.

O total dos fogos a construir em Olivais-Sul é portanto de 7996, para uma população aproximada de 38 250 pessoas.

Arruamentos

Tomou-se como principal apoio de distribuição e acesso à unidade o troço da II Circular que a margina pelo Sul. Nesta via prevê-se a criação de dois nós de ligação a outras tantas penetrações, que cortam a unidade em toda a sua largura, inserindo-se a Norte na Avenida Entre Aeroportos, onde se prevê também a implantação de outros dois nós de circulação.

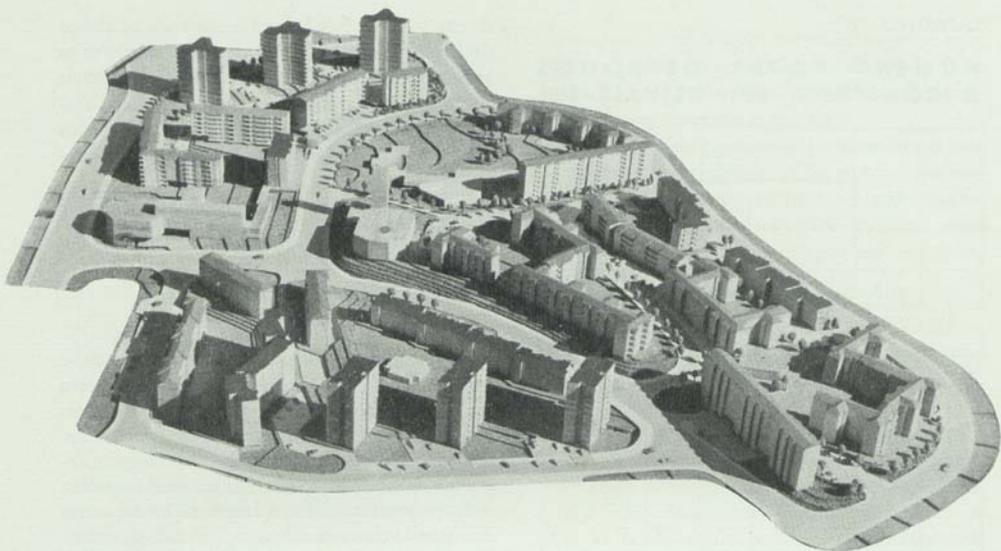
Caminhando ao longo da II Circular no sentido Poente-Nascente encontra-se o primeiro nó que está previsto com as máximas possibilidades de circulação e que estabelece a ligação entre a zona dos Olivais e a grande radial implantada no vale de Chelas que se estende para Sul.

Mais a nascente, junto às actuais instalações da C. C. F. L., prevê-se um segundo nó a que os condicionamentos existentes não permitem dar as máximas possibilidades de circulação.

Porém, por se tratar da confluência de vias que estabelecem uma ligação directa entre a zona de Chelas a Sul e Olivais-Norte e Moscavide, atravessando a zona de Olivais-Sul, deram-se a este nó as possibilidades de acesso e saída sobre a direita, em virtude da II circular atravessar superiormente esta penetração.

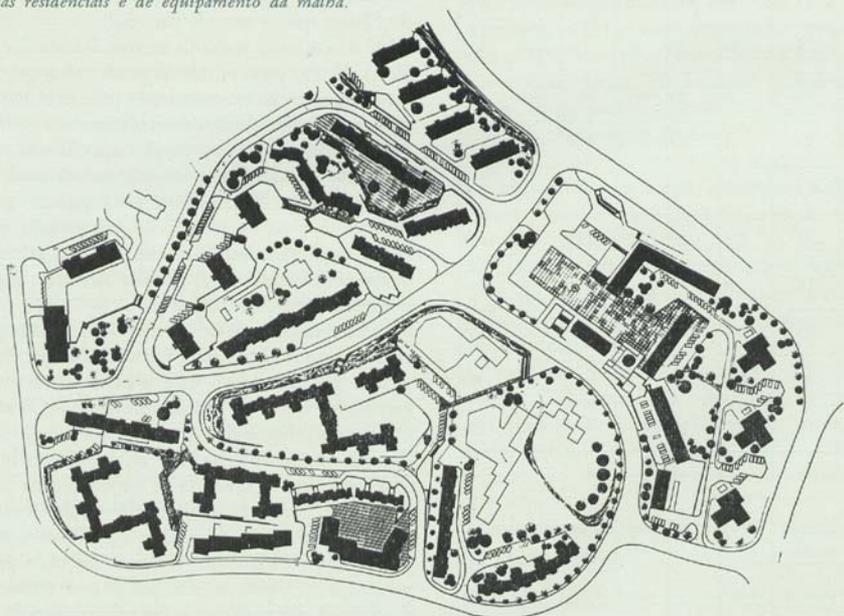
Na Avenida Entre-Aeroportos, o nó de ligação com esta via de penetração é constituído por uma giração que distribui o tráfego pelas vias convergentes, incluindo o acesso previsto a Olivais-Norte e a Moscavide.

Partindo da Avenida Infante D. Henrique, insere-se actualmente uma via de penetração na unidade que, servindo algumas instalações industriais e o acesso ao Cemitério dos Olivais, será prolongada para poente, constituindo mais uma penetração, embora o seu perfil transversal se encontre condicionado pelo troço já construído.



Estudo paisagístico da zona sul da Célula B de Olivais-Sul.

Fotografia da «maquette» e estudo de modelação do terreno e arranjo dos espaços livres. Múltiplos aspectos de ordem estética, funcional e económica obrigam ao estudo pormenorizado de ordenação da paisagem. Este trabalho, em execução no G. T. H., abrange o conjunto das zonas residenciais e de equipamento da malha.



Todo o anteprojecto foi elaborado à escala 1/500. A existência de alguns arruamentos executados em obediência a um plano anterior ao actual condicionou os trabalhos de anteprojecto com vista à conservação dos seus traçados na medida do possível; no entanto, as necessidades da concepção urbanística adoptada levaram ao estabelecimento de novos arruamentos e à rectificação de alguns dos já existentes.

Perfis transversais tipo:

O plano de urbanização, a que obedecem os arruamentos deste anteprojecto, obriga a uma hierarquia das suas funções que se traduz por uma diversidade de características a observar para cada um deles. Assim, estabeleceram-se 4 perfis tipo, sempre com base no módulo de, 2,5 m por faixa de rodagem:

- Vias de circulação local — 1 faixa de 6,50 m.
- Circulares interiores das células — 1 faixa de 9,75 m.
- Envoltentes de centros comerciais — 1 faixa de 13 m.
- Principais vias de penetração na unidade — 2 faixas de 7,50 m separadas por uma zona verde de 2,50 m.

Parque automóvel

Os locais de estacionamento livre dispõem-se em geral em pequenas bolsas e impasses com acesso pelos arruamentos secundários, tendo-se evitado o estacionamento ao longo dos passeios.

Nas áreas residenciais tomou-se como base de dimensionamento a relação (arbitrada) entre o número de fogos, classificados segundo a respectiva categoria, e o de veículos: um automóvel para cada quatro fogos da categoria I; um automóvel para cada três fogos da categoria II; um automóvel para cada dois fogos da categoria III; e um automóvel para cada fogo da categoria IV.

No conjunto da malha foram previstos estacionamentos em parque livre para 2400 veículos. Este número não inclui os estacionamentos a prever nos três centros cívico-comerciais. Não inclui igualmente os locais de estacionamento ocasional ao longo dos arruamentos.

Teve-se em conta, no estudo dos espaços livres, a possibilidade de construção posterior de novos

parques de estacionamento, se tal se vier a justificar. Essa ampliação — a verificar-se — poderá responder a quaisquer futuras exigências neste campo.

Estão projectadas seis garagens de recolha em toda a malha: três na célula B e nas células C, D e F (uma em cada). A capacidade de recolha destas garagens é de cerca de 550 veículos.

Prevê-se a criação de uma grande garagem subterrânea de recolha no centro principal para cerca de 300 carros.

Rede de esgotos

A rede de esgotos será do tipo separativo e apoiará-se nos colectores emissários das Avenidas Entre-Aeroportos e Infante D. Henrique.

A existência de uma rede de esgotos igualmente separativa, embora projectada para um plano distinto do actual, permitirá o aproveitamento dos colectores já executados; as secções, que por vezes serão excessivas, terão noutros casos que ser satisfeitas com a instalação de novos colectores desenvolvendo-se paralelamente aos existentes.

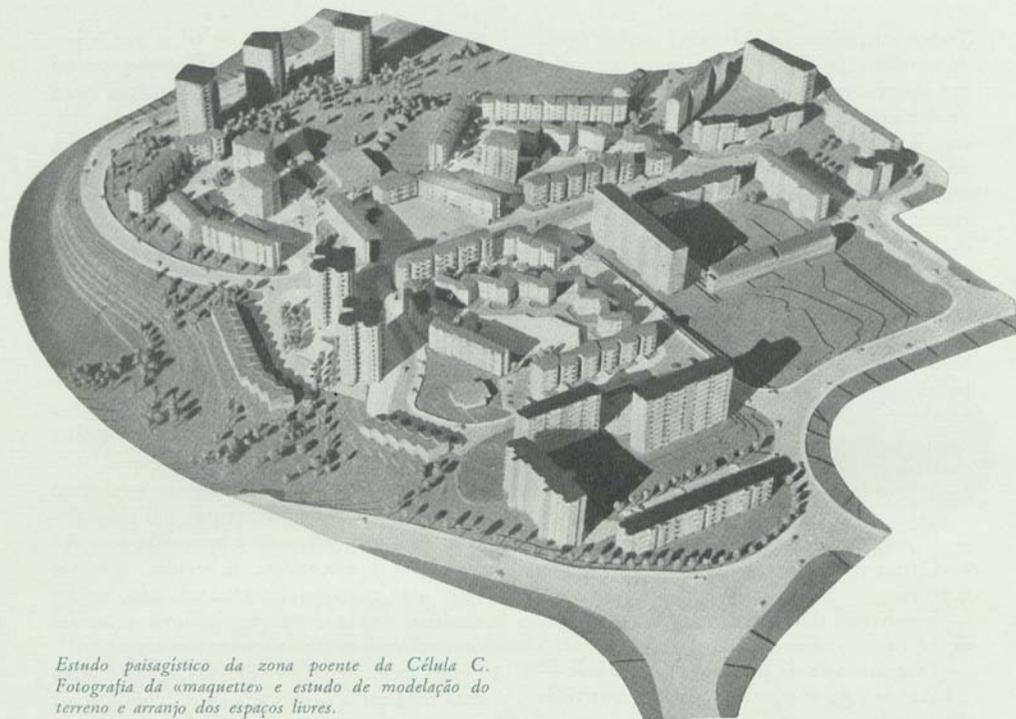
O tipo aberto de urbanização que se adoptou poderá conduzir a uma eventual simplificação na instalação dos colectores, situando-se através de terrenos livres com pequenas bacias hidrográficas orientadas segundo eles e conduzindo a traçados menos longos ou com trincheiras menos profundas.

Equipamento escolar

Foram definidas áreas destinadas a escolas pré-primárias e primárias (blocos escolares com duas secções, masculina e feminina). A cobertura escolar do ensino técnico e secundário será garantida pelas instalações previstas para esse efeito em Olivais-Norte — duas escolas técnicas e um liceu — e pelas que se virão a situar na célula 4 da malha de Chelas — uma escola técnica elementar, uma escola técnica profissional e um liceu — cujas lotações virão a ter em conta as necessidades da população de Olivais-Sul.

Reservaram-se áreas em todas as células para a instalação conveniente de escolas pré-primárias.

Embora o ensino pré-primário não seja ainda oficial, a sua necessidade pode já hoje ser avaliada



Estudo paisagístico da zona poente da Célula C. Fotografia da «maquette» e estudo de modelação do terreno e arranjo dos espaços livres.

pelo número crescente de escolas particulares surgidas em Lisboa destinadas a este fim e em geral instaladas de forma extremamente deficiente.

Situadas no interior das zonas habitacionais, longe das vias importantes, procurou-se que o seu rato de serventia não excedesse os 150-200 m, distância máxima aconselhável para o percurso diário de crianças dos 5 aos 7 anos.

Com base nos dados estatísticos conhecidos previu-se que a instrução pré-primária absorveria cerca de 4 % da população total. Conveniências da ordem pedagógica-administrativa levaram à determinação de uma população média de 100-150 crianças por escola, o que corresponde à previsão de duas escolas pré-primárias para cada grupo primário.

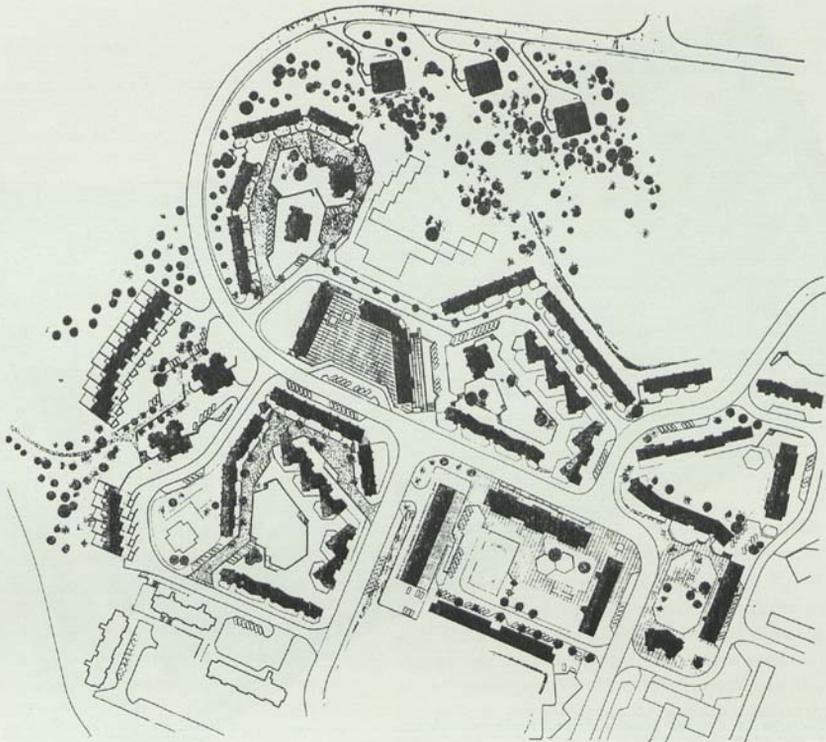
— A frequência do ensino primário é obrigatória para crianças de idade compreendida entre os 7 e os 12 anos, até à sua aprovação no exame da 4.ª classe. Para a cidade de Lisboa, o número de

crianças nestas condições, relativamente à totalidade da população é de cerca de 5 %.

Dadas as características gerais previsíveis da população de Olivais-Sul, pelo que respeita a estrutura familiar, decorrentes da tipologia habitacional adoptada e dos critérios conhecidos de distribuição dos fogos seguidos pelas várias entidades a quem cabe a sua construção, é possível prever com certa segurança a existência no primeiro decénio de uma população escolar superior à média da cidade.

A análise de alguns núcleos residenciais de Lisboa e aglomerados próximos, cuja estrutura demográfica se crê similar à que virá a criar-se em Olivais-Sul, conduziu, de acordo com o parecer dos especialistas do M. E. N., à previsão de uma população escolar de 7 % do total.

É para esta população de 7 % que serão elaborados os programas dos blocos escolares ali a construir. No entanto, dada a eventualidade desta percentagem se encontrar ainda aquém das neces-



sidades e prevendo o prolongamento futuro da escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos, foram reservadas áreas em todas as células, tendo em vista o possível aumento do número de salas de aula, suficiente para uma lotação de crianças correspondente a 10 % da população total.

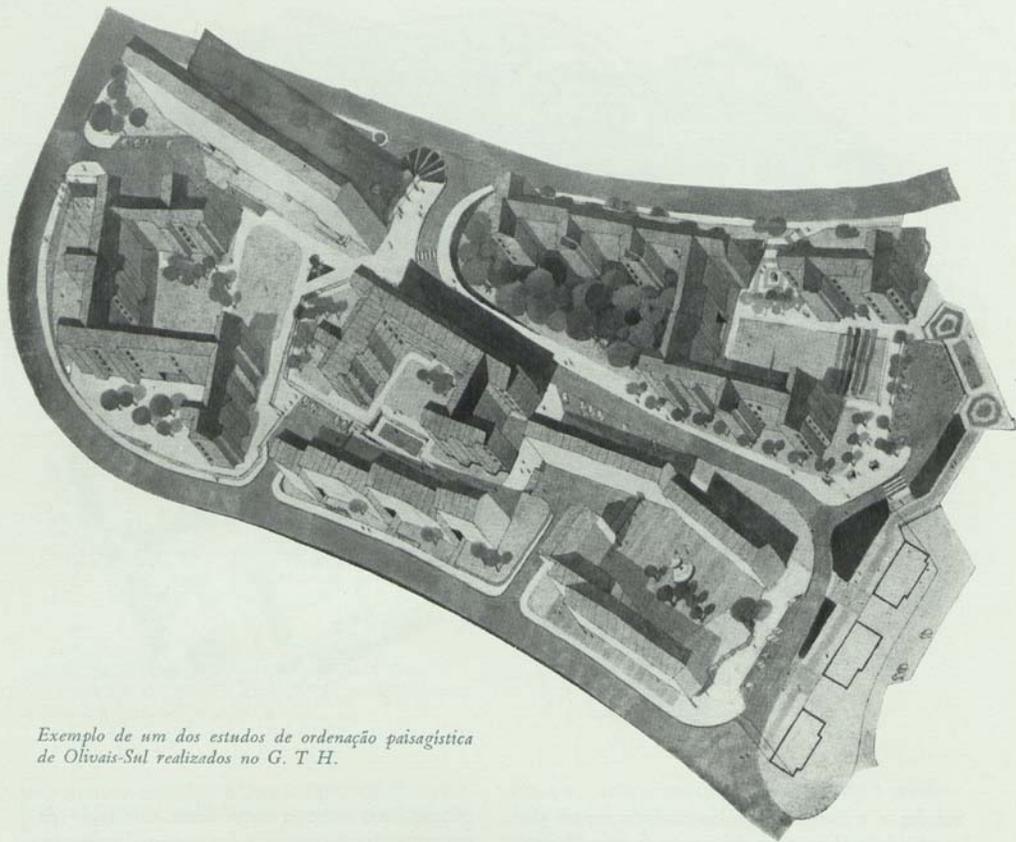
O raio máximo da serventia das escolas primárias foi fixado em 400 m (em geral não ultrapassa os 300 m) e a sua localização nas células determinada de forma a evitar atravessamento pelas crianças de qualquer arruamento principal, nos percursos diários de e para a escola. Na base de uma população de 10 %, as áreas totais reservadas correspondem a cerca de 20 m² por criança, previsão de acordo com as recomendações da U. I. A. (União Internacional dos Arquitectos), e em qualquer caso superior às médias observáveis nas escolas portuguesas.

Na escolha dos locais destinados às instalações escolares teve-se em conta satisfazer outras exi-

gências, tais como a conveniente orientação do terreno e a sua protecção dos ventos dominantes através da implantação dos edifícios próximos e da criação de cortinas de arvoredo; procurou-se também o seu afastamento das zonas de maior ruído e movimento e o seu enquadramento paisagístico na orla dos parques ou jardins das células.

Considerou-se ainda a possibilidade de utilização de algumas das instalações escolares — ginásio, sala de festas, biblioteca, campos de jogos — pelas organizações de cultura e recreio locais. Embora discutível sob alguns aspectos, esta utilização apresenta evidente interesse económico e social, já que desse modo será possível evitar a duplicação de algumas instalações e emprestar à escola um papel activo no fomento de uma cultura popular e de um sentimento comunitário local.

Como se pode observar a seguir, o número de salas de aula é variável de escola para escola, conforme a população a servir. Procurou-se no



Exemplo de um dos estudos de ordenação paisagística de Olivais-Sul realizados no G. T. H.

entanto que a frequência de crianças no conjunto das duas secções se situasse entre as 300 e as 600, números limites para uma acção pedagógica e administrativa eficazes.

Em virtude das alterações introduzidas no ensino primário pelo novo programa pedagógico (Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de Maio de 1960), verificou-se a necessidade de elaboração pelos Serviços do Gabinete Técnico da Habitação de um novo programa, a aplicar pela primeira vez e a título experimental em Olivais-Sul. Esse programa e a proposta de organização de trabalho já aprovada para o seu cumprimento constituem a base a seguir na elaboração dos projectos desses grupos escolares.

★

Para uma população escolar inicial prevista de 7 % da população total serão construídos os

seguintes blocos escolares (secções masculina e feminina):

NA CÉLULA B:

Bloco escolar sul

14 salas de aula para uma população de 420 crianças. Possibilidade de construção futura de mais 4 salas.

Área: 12 900 m².

Bloco escolar norte

14 salas de aula para 420 crianças. Possibilidade de construção de mais 4 salas.

Área: 12 000 m².

NA CÉLULA C:

Bloco escolar poente

10 salas de aula para 300 crianças. Possibilidade de ampliação para 14.

Área: 9400 m².

Bloco escolar nascente

16 salas de aula para 500 crianças. Sem ampliação.

Área: 12 500 m².

NA CÉLULA D:

Um bloco escolar de 14 salas de aula para 440 crianças. Possibilidade de construção de mais duas.

Área: 11 300 m².

NA CÉLULA E:

Um bloco escolar de 18 salas de aula para 600 crianças. Área de reserva para a hipótese de se verificar a necessidade de construção de nova escola.

Área deste bloco: 15 000 m².

Além das salas de aula e dos respectivos vestiários e sanitários, prevêem-se em todas as escolas ainda as seguintes instalações: ginásio-sala de festas, biblioteca, refeitório e cozinha (dependências comuns às duas secções); serviços administrativos (secretaria, sala de professores, gabinetes do director e do médico escolar, etc.); e instalações de ar livre compreendendo os recreios, campos de jogos, horto e jardim escolares e faixas verdes de protecção.

As salas de aula são dimensionadas para um máximo de 35 crianças, sendo a área máxima coberta por aluno de 2 m². Em todos os blocos escolares foram previstas duas aulas suplementares (uma por secção) destinadas ao ensino de crianças atrasadas ou anormais.

Além das instalações colectivas indicadas prevêem-se tanques de aprendizagem de natação em duas escolas: na da zona sul da célula B e na da célula E. Estes tanques servirão não só os alunos destas escolas como os das restantes não dotadas deste equipamento.

Equipamento comercial

A organização do comércio de retalho de Olivais-Sul baseou-se na previsão de um esquema de centros comerciais escalonados de forma a responder às necessidades de aquisição de produtos e prestação de serviços, de acordo com a sua frequência.

Um primeiro escalão, destinado a satisfazer as necessidades diárias, principalmente do comércio de alimentação, é constituído por pequenos núcleos de 10-15 lojas em média, com raios de serventia de 150-200 m. Um segundo escalão, destinado às aquisições semanais-mensais, localiza-se nos centros cívico-comerciais das células, constituindo um equivalente dos centros comerciais dos bairros lisboetas. Formado por conjuntos de 40-50 estabelecimentos, o seu raio de serventia é de 400 m aproximadamente.

O centro cívico-comercial principal, cujo raio de acção — 1000 m aproximadamente — se estende ao conjunto da malha, é caracterizado pela previsão de comércios e serviços de utilização ocasional, grandes armazéns, supermercados, mercado municipal e instalações para actividades terciárias.

Do mesmo modo que na estrutura das zonas habitacionais esta base teórica não foi seguida de forma rígida, sendo antes interpretada à luz de condicionamentos vários: poder de compra previsível das populações, hábitos citadinos, poder de atracção de outros centros comerciais próximos e das zonas centrais da cidade, articulação dos centros com outros órgãos de equipamento local, etc.

Como se pode observar na planta geral de zonamento manteve-se integralmente o primeiro escalão de pequenos núcleos de comércio de consumo diário, embora, por razões de vária ordem, fossem permitidos nalguns casos estabelecimentos isolados (vitalização de determinados locais, necessidades económicas da construção, etc.).

Em número de 14, estes núcleos foram integrados nos edifícios destinados a habitação a construir ao abrigo do Decreto-Lei n.º 42 454 e ocupam em regra os pisos térreos destes. Entrarão por isso em funcionamento a partir da fase inicial de ocupação da malha e crê-se virem a constituir uma cobertura comercial suficiente até se verificar a entrada em funcionamento dos centros secundários e principal.

Na sua localização, dimensionamento e forma espacial, teve-se em consideração satisfazer uma série de exigências importantes, particularmente as que se referem a acessos de veículos e peões, articulação com outros órgãos de equipamento,

previsão de locais para o comércio de levante, espaços destinados ao encontro e convívio dos frequentadores, enquadramento paisagístico dos locais, dimensionamento dos estabelecimentos e determinação nalguns casos da sua utilização (artezanatos, cafés), etc.

De forma diversa se apresenta o problema de programação dos centros secundários e principal.

Pelo que respeita ao comércio de retalho, o próprio critério observado no primeiro escalão, de previsão de pequenas lojas, que as exigências dos planos habitacionais tornavam necessário adoptar, surge inadequado quando aplicado a tipos de exploração mais diversificada e exigente quanto a instalações.

Efectivamente, nas previsões iniciais do plano tomou-se por base programática a relação entre o número de lojas e de habitantes (uma loja para cada 100 pessoas) ou seja um total de cerca de 400 lojas.

Na ausência de elementos rigorosos de estudo e inquérito às actividades comerciais da cidade, esta base foi adoptada com principal justificação num certo número de sondagens de âmbito limitado efectuadas em alguns bairros de Lisboa e localidades limítrofes, onde se observaram percentagens médias de 40-50 pessoas por loja. A correcção derivou da observação da situação económica desses estabelecimentos, da maior área útil prevista nas lojas de Olivais-Sul, das conclusões tiradas quanto a elementos recentes da evolução do comércio de retalho, e da análise da situação noutros países.

Considera-se, no entanto, o critério adoptado ainda insuficiente. Por isso se deu início ao trabalho de estudo e inquérito tendente a estabelecer a relação, mesmo aproximada, entre o poder de compra da futura população e as áreas a estabelecer, sua classificação segundo especialidades, características dos estabelecimentos, etc.

Está em curso, nomeadamente, um inquérito aos comércio em zonas da cidade cuja composição social se conhece, pelo menos em termos gerais. Simultaneamente procurou-se recolher todos os elementos tendentes a determinar com maior rigor o nível económico da futura população. Desta forma se procura estabelecer uma relação mais segura entre as suas necessidades e preferências e as características dos núcleos comerciais a criar.

Equipamento cultural e recreativo

As previsões quanto ao equipamento cultural e recreativo da malha têm que ser compreendidas apenas como um ponto de partida, constituindo uma base teórica de qualquer modo indispensável para a elaboração do projecto, mas inevitavelmente sujeita no futuro a sucessivas correcções. Bastará lembrar, a este respeito, que a concretização de grande parte deste equipamento pertencerá a empresas interessadas na sua exploração comercial, ou resultará da iniciativa de entidades cujo âmbito de acção e possibilidades de investimento não são agora possíveis de determinar.

A análise dos exemplos mais significativos dos bairros lisboetas, o conhecimento mesmo em termos genéricos das necessidades e preferências das suas populações e das tendências actuais neste campo, permitem-nos, no entanto, determinar com relativa segurança um quadro de necessidades adaptado à estrutura geral da malha.

Assim, para o escalão celular e localizado nos respectivos centros cívico-comerciais, previram-se:

- Centro de acção sócio-cultural.
- Instalações para colectividades de cultura e recreio.
- Biblioteca pública municipal.

No centro principal e servindo o conjunto da população prevêem-se locais para:

- Colectividades de cultura e recreio.
- Biblioteca municipal.
- Museu e galerias de arte.
- Cine-teatro comercial.
- Dois cinemas de pequena lotação.
- Áreas para outras actividades de exploração comercial.

Equipamento cultural

De acordo com os programas fornecidos pelo Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado, foram destinados terrenos a dois complexos paroquiais, um, no centro cívico-comercial principal, servindo a população de toda a zona central e oriental (células C, D, E e F), o outro, junto do centro cívico-comercial da Célula B, satisfazendo as necessidades desta célula.

O critério seguido na localização destas instalações baseou-se na intenção de procurar a sua integração nas zonas de vida intensa, junto das vias principais, embora prevendo condições de recato e conveniente isolamento em relação às zonas de maior movimento e ruído daqueles centros.

Além destas igrejas está prevista a construção de uma capela auxiliar dentro da paróquia que abrangerá a parte oriental da malha. Situada na Célula E, evitará os inconvenientes que adviriam da distância excessiva que parte da população desta célula seria obrigada a percorrer até à sede paroquial.

Equipamento de saúde e assistência

As previsões neste sector abrangem uma vasta rede de serviços localizados nos três centros cívico-comerciais da malha e incluem: lactários, infan-

tários, creches, dispensários anti-tuberculosos e de saúde mental, centros de acção social e centros médicos ou policlínicas.

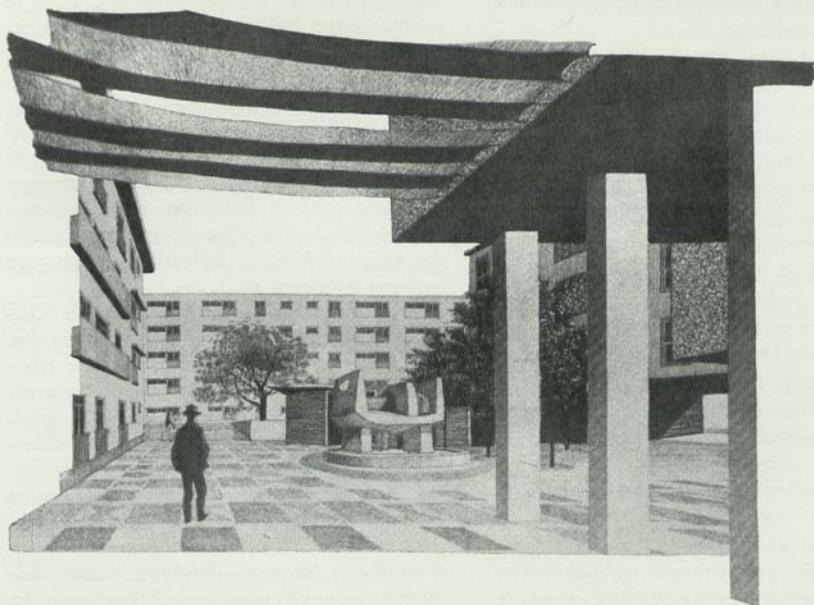
Foi solicitado ao Ministério da Saúde e Assistência a sua programação definitiva.

Espaços verdes

Com excepção dos logradouros das moradias, não foram previstos espaços exteriores de utilização privada, cabendo por isso à Câmara Municipal de Lisboa o encargo da construção e conservação da quase totalidade das zonas livres de Olivais-Sul.

As dotações em espaços verdes foram feitas de acordo com a estrutura geral adoptada e escalonadas segundo um esquema funcional que teve por critério-base responder às necessidades de vida de ar livre da população, de acordo com as preferências próprias das várias idades.

Particular atenção é prestada ao estudo dos locais de encontro e convívio da população. Esta perspectiva faz parte do estudo de uma praça da Célula B onde se situa um dos núcleos de comércio diário.



Procurou-se também não exceder os limites razoáveis, pelo que respeita aos encargos camarários a suportar. Na elaboração dos projectos, actualmente em curso no G. T. H., procede-se a um estudo económico detalhado e à prospecção de materiais e soluções pouco onerosas e que possam dar garantias de durabilidade e baixo custo de conservação (pavimentos, muros de suporte, equipamento dos parques infantis, superfícies ajardinadas, etc.).

Resumidamente, indicam-se a seguir os critérios adoptados nas zonas habitacionais:

—Nos *grupos habitacionais*, (1200 a 2400 hab.), e localizados junto às habitações, prevêm-se terrenos de jogos equipados para crianças em idade pré-escolar. Dividem-se estes em duas zonas, uma destinada a crianças de idade inferior a 6 anos, (caixas de areia, solários), com dotações médias de áreas de cerca de 3,5 m² por criança; e outra, para crianças dos 6 aos 10 anos, com áreas de 12 m² por criança.

Através da análise da estrutura dos vários núcleos habitacionais procurou-se localizar estes recreios de forma a servir uma média de 30 a 40 crianças, considerados números máximos de frequência para uma utilização e manutenção simultaneamente eficiente e económica.

Ainda neste escalão foram destinados espaços ao convívio dos adultos, zonas de ar livre que constituem um prolongamento da habitação e onde nalguns casos se prevê um equipamento elementar. Teve-se particular empenho em satisfazer as necessidades das zonas onde predominam as categorias mais baixas (I e II), onde as populações, por virtude de hábitos culturais tradicionais, de um sedentarismo forçado pela própria condição económica e também pela exiguidade das habitações mais os poderão apreciar.

—No segundo escalão, *unidade de vizinhança*, (5000 habitantes; raio de serventia: 350-400m), os elementos mais importantes são os campos de jogos das escolas pré-primárias e primária.

Admite-se que os campos de jogos desta última sejam franqueados à população local fora das horas de aula.

—O equipamento de ar livre das *células* inclui o terreno de jogos para crianças em idade escolar, com áreas especiais para jogos livres e regrados e

instalações adequadas para actividades culturais e artesanais (teatro de ar livre, fantoches, biblioteca infantil, etc.).

Tentar-se-á aqui uma experiência pedagógica inspirada nos parques suíços «Robinson Crusoe». A área destas instalações varia entre 2000 e 3000 m². Estão previstos quatro parques deste tipo em toda a malha (na Célula B, nos dois parques da Célula C e na Célula E).

Previram-se ainda, em todas as células, jardins de tratamento formal cuidado, dentro da tradição do jardim público lisboeta. Além da sua função natural constituirão pontos de atracção determinantes na caracterização das zonas, elementos de valor na preservação de algumas características paisagísticas tradicionais da cidade. Um destes jardins, na Célula B, atinge a área de 5100 m².

Situam-se na Célula C os dois parques da malha. O maior, com a superfície de 9,87 Ha., ocupa o vale secundário que se estende entre as encostas das Células B e C e prolonga-se sobre a encosta norte desta última célula.

Constituindo uma faixa de separação entre as Células B e C, este parque é facilmente acessível a toda a população da metade ocidental da malha. Situado na encosta norte-nascente da Célula C e usufruindo em muitos pontos de uma magnífica vista sobre o Tejo e a sua margem sul, o segundo parque (4,1 Ha.) destina-se a servir principalmente a população da zona oriental. Ligado por uma extensa frente ao centro cívico-comercial principal constitui o seu prolongamento natural e apresenta condições para que nele se prevejam instalações culturais e recreativas de ar livre complementares do equipamento do próprio centro (anfiteatro, biblioteca, esplanadas, recinto para verbenas populares, etc.).

É neste parque que se situa a Quinta do Contador-Mor, cujas instalações serão preservadas. Depois de restaurado, o palacete poderá ser adaptado a museu e biblioteca municipais e o seu jardim, reconstruído segundo o traçado original, constituirá um local aprazível e acolhedor, prolongamento no exterior daquelas instalações.

As zonas verdes desempenharão um importante papel na ordenação paisagística dos locais, além de constituírem um elemento imprescindível para a população, dos pontos de vista higiénico, sanitário, recreativo e psicológico. A localização dos

parques e jardins principais e a previsão de árvores e faixas verdes nas zonas habitacionais obedece à intenção de permitir, sem prejuízo da expressão urbana e concentrada que deliberadamente se procurou criar, o contacto fácil com a natureza, através de uma paisagem repousante e vitalizadora.

Houve a intenção de estabelecer uma cortina verde de fronteira entre a zona industrial e as áreas habitacionais, o que só parcialmente foi possível em virtude da alta ocupação do solo.

Essa intenção foi determinante na escolha de zona destinada ao parque principal da malha, que virá a constituir uma cortina de vegetação capaz de contrariar a subida de massas de ar poluídas provenientes das indústrias próximas, que venham a ser arrastadas pelos ventos locais de deslocação nascente-poente através do vale dos Olivais.

Igualmente se procurou proteger as zonas habitadas do rigor dos ventos dominantes e da acção excessiva do calor dos meses de Verão, através da disseminação de faixas verdes capazes de melhorar os micro-climas locais.

No projecto de tratamento e modelação do terreno em curso procura-se ainda manter algumas das características mais relevantes da paisagem local, evitando uma ruptura completa entre a paisagem rural existente e a nova estrutura urbana.

Nomeadamente, será possível nalguns casos manter as actuais azinhagas, valorizando-as e utilizando-as como caminhos de peões, e preservar grande parte dos taludes arborizados, muitos deles integrados nas zonas destinadas à construção.

Particular atenção foi prestada à definição dos perfis dos arruamentos principais. Em muitos deles criar-se-ão faixas marginais de vegetação destinadas a diminuir a poluição atmosférica e o nível de ruídos causados pelo tráfego. Esta precaução

é especialmente necessária pelo que respeita ao tratamento das grandes vias de envolvimento da malha (Segunda Circular, Estrada de Sacavém, Avenida Entre-Aeroportos) e nas de atravessamento.

Dada a localização na orla dos parques de algumas das escolas primárias procurar-se-á dar a estas zonas um tratamento que possibilite a realização de aulas de ar livre e ofereça recreios naturais às crianças.

A conveniente mistura das espécies de formação climática do sítio com outras exóticas, ajudará a criar uma paisagem variada e rica, sempre renovada através da floração em épocas diferentes das diferentes espécies.

Prevê-se ainda a conservação de muitas das oliveiras existentes no local, que emprestarão características próprias à zona e serão nos primeiros anos as únicas árvores de porte feito.

Equipamento desportivo

Foram previstos dois parques desportivos, com a área total de 8,26 ha, um junto à zona industrial, que constitui uma ampliação das actuais instalações do Sport Lisboa e Olivais, e o outro a poente, próximo da Rotunda da Encarnação.

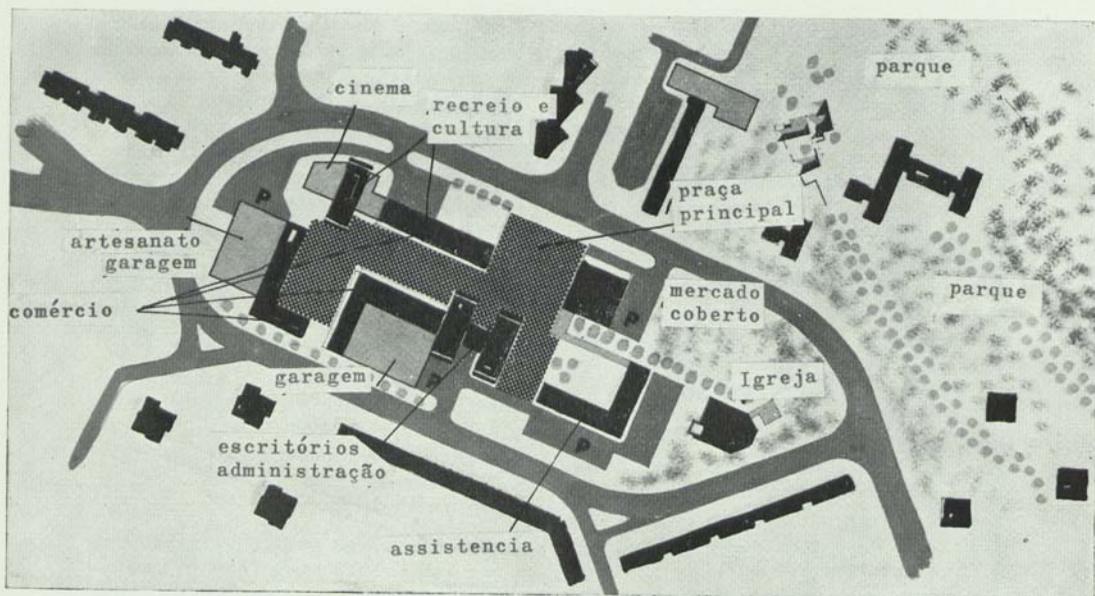
No programa já elaborado destes parques incluem-se 2 campos de futebol, permitindo ainda a prática de andebol, «rugby» e hóquei de campo e dispondo de espaços reservados à prática de atletismo; 3 campos de andebol de sete, permitindo ainda a organização livre de outros jogos; 2 campos de basquetebol; 2 campos de voleibol; 2 campos de ténis; áreas livres para jogos de organização; parques com recreios para crianças; e áreas destinadas a balneários, instalações para sedes de clubes desportivos e outras complementares dos campos.

Centros cívico-comerciais

A célula G, com a área de 5,5 Ha, é totalmente destinada ao centro cívico-comercial principal da malha. Será este o grande espaço de encontro e convívio, o local principal das actividades culturais e recreativas, do mercado e dos grandes armazéns, das lojas de luxo e dos cafés, dos cinemas, dos serviços públicos e assistenciais, que oferece aos habitantes de Olivais-Sul a escala de um viver verdadeiramente urbano. Constituirá por isso um

«lugar de luzes» capaz de atrair não apenas a população local, mas de vir a interessar os habitantes de outros bairros. Será ainda um lugar de trabalho, já que se prevê nele a construção de edifícios de escritórios que irão absorver algumas centenas de trabalhadores do sector terciário.

Rodeado por uma via circundante de trânsito automóvel com sentido único, liga-se periféricamente às principais vias de penetração da malha,



Esquema de organização do centro cívico-comercial principal de Olivais-Sul (Célula G).

permitindo acessos rápidos a qualquer ponto dela por todos os circuitos de transportes públicos previstos.

Este centro é dimensionado como complemento dos dois centros cívico-comerciais secundários e núcleos de comércio dispersos, de forma a suprir as necessidades de toda a população nos capítulos do equipamento cívico, comercial e administrativo.

De facto, o centro principal terá funções cumulativas, servindo de centro secundário às populações vizinhas das células C e D e de centro principal ao conjunto da malha.

Procurou-se neste centro uma forma de organização linear que obrigue a circulação de peões a fazer-se no sentido longitudinal, na continuação da mesma linha de força definida por este e pelos dois centros secundários.

Esta linha principal funcionará como espinha dorsal do centro, atraindo a presença de toda a vida própria das diferentes actividades que se desenvolvem ao longo dela.

Em esquema podemos considerar três sectores distintos, correspondendo a três tipos de actividades diferenciadas: comércio, administração e actividades terciárias; cultura e recreio; e assistência.

O comércio, tomado como actividade mais representativa do centro, não só pelo volume de construção requerido mas pela atracção que exerce sobre toda a população da malha, distribui-se ao longo dos dois primeiros terços deste percurso, reforçando com a sua presença os próprios espaços reservados a outras actividades.

Desta maneira, não só se prevê a criação de praças reservadas exclusivamente às actividades comerciais, particularmente aquela onde se situará o mercado de levante e o mercado coberto, como se procura que venham a servir de enquadramento a uma praça principal onde se localizarão os edifícios destinados à administração e actividades terciárias.

Estas praças, concebidas como verdadeiras enseadas de repouso ao longo da linha dinâmica

principal, deverão contar com a presença particular dos elementos mais convenientes para apoiar as suas funções. Assim deverão aí localizar-se os cafés, restaurantes, lojas com possibilidade de exposição ao ar livre, etc., de forma a garantir nestes espaços a presença dos «passantes», canalizando o trânsito forçado de peões para os estrangulamentos intermédios.

O último terço desta espinha dorsal espriar-se-á numa diluição espacial procurada, onde possa localizar-se em ambiente mais repousado a zona reservada à assistência e a algumas actividades de recreio de ar livre.

Procurar-se-á, assim, fazer uma passagem de transição para o vizinho parque oriental da malha. Neste topo localizaram-se a igreja e os serviços afins, que completam este percurso.

De uma forma geral, a composição volumétrica procura adensar-se sobre o coração do próprio centro, quer pela maior concentração construtiva, quer pelo domínio de maiores volumes em altura. Estas construções dominantes, alvos de um espaço central principal, serão ocupadas pelos serviços administrativos, escritórios, «ateliers», etc., e por algumas habitações, destinadas a programas mínimos do tipo T1 e T2.

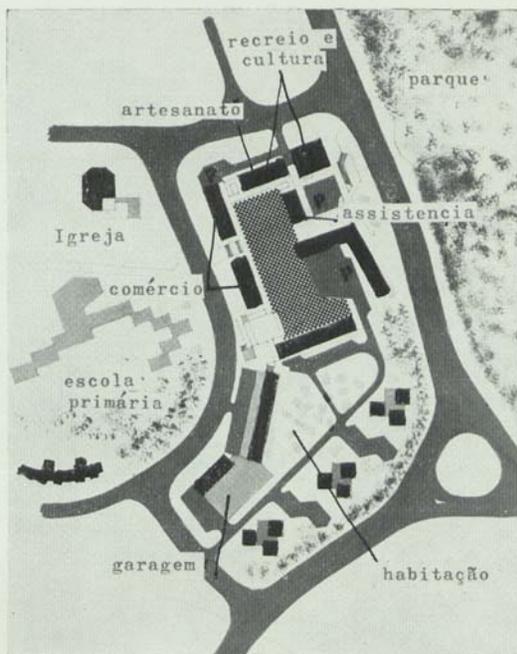
A todos os serviços serão garantidos acessos automóveis periféricos que preservem, dentro de certos limites, uma circulação de peões própria e independente. Estes acessos são muito simplificados, de forma a garantir uma leitura fácil, e prolongar-se-ão ao longo dos perímetros anteriores de todos os serviços previstos.

Os estacionamento escalonar-se-ão de acordo com as necessidades próprias de cada sector, consoante portanto o tempo necessário de estacionamento e dimensões respectivas.

Prever-se-ão assim estacionamentos temporários para os serviços, e estacionamentos temporários para o público (automóveis particulares), ao nível térreo.

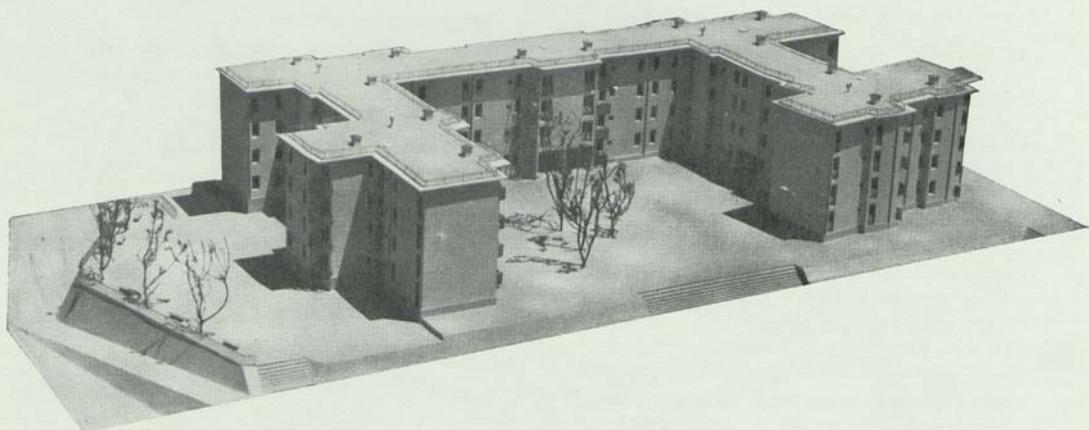
O estacionamento fixo ou de longa permanência está previsto em subterrâneo ocupando a zona central do centro, garantindo acessos directos a norte e a sul.

Duas garagens colectivas e estações de serviço com a capacidade média de 150 veículos serão dispostas de forma a servirem as duas penetrações previstas, tendo junto destas entradas postos de abastecimento de combustível.



Esquemas dos centros cívico-comerciais das Células B e C de Olivais-Sul.

EXEMPLOS DE ALGUNS PROJECTOS EM CONSTRUÇÃO



EDIFÍCIO DE 4 PISOS
24 fogos do tipo 4

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Vasco Croft
Justino Morais
Joaquim Cadima

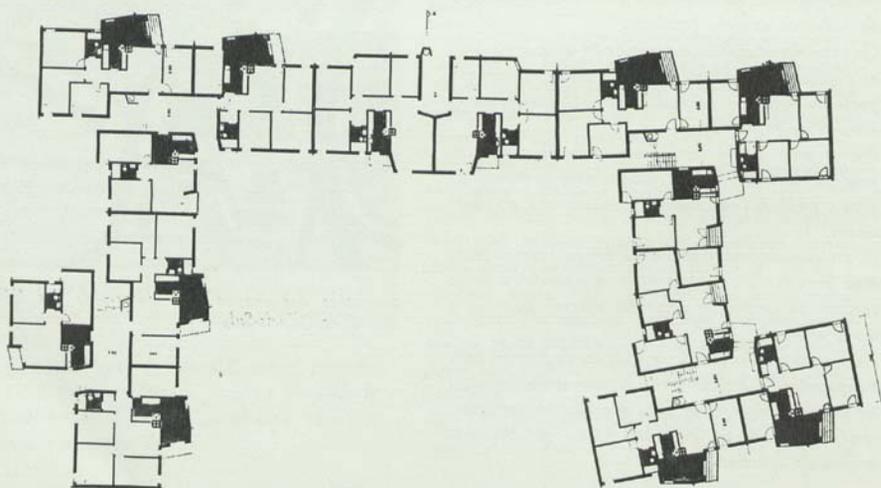
Eng.º civil: José Joaquim Fragoso
Construtor: Edificadora L. e A., L.ª e Manuel Duarte

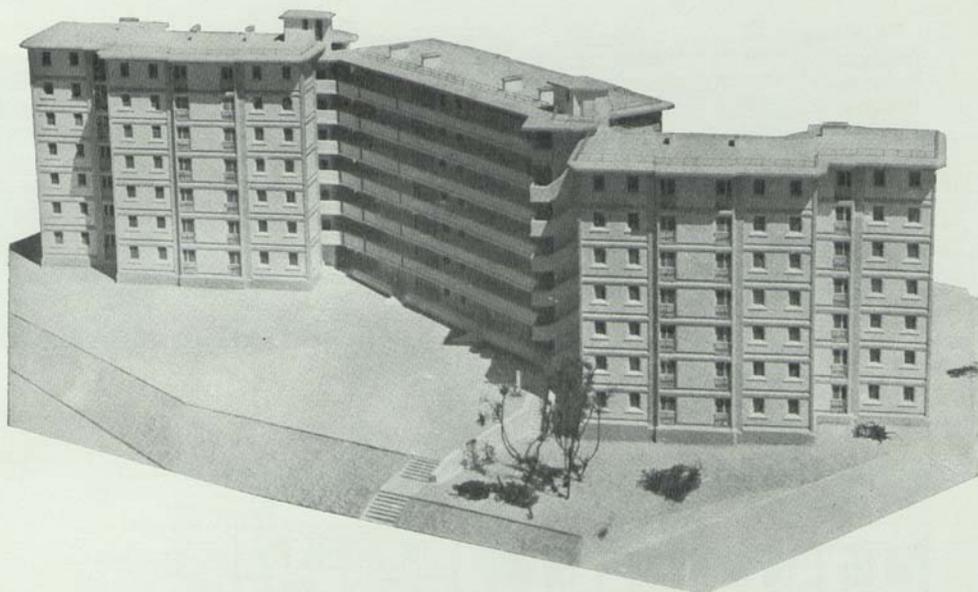
ÁREAS

bruta	Tipo 2 57,80 m ²	Tipo 4 87,55 m ²
total útil	44,21 m ²	69,15 m ²
útil líquida	40,99 m ²	64,31 m ²
habitável	33,85 m ²	51,47 m ²

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO
orçamentado:
adjudicado:

2 290 500\$00
2 338 454\$50





EDIFÍCIO DE 7 PISOS

28 fogos do tipo 2

28 fogos do tipo 3

14 fogos do tipo 4

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Victor Figueiredo

Vasco Lobo

Eng.º civil: Valdemiro Garcia

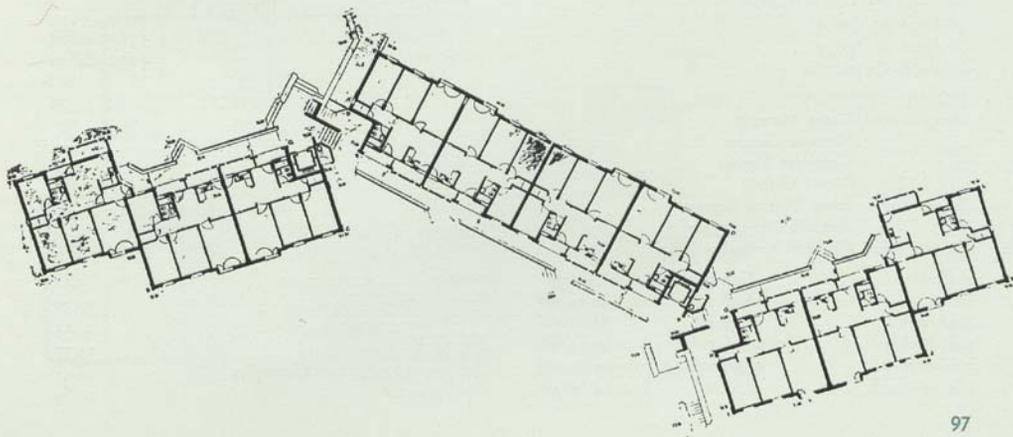
Construtor: Sociedade de Construções F. Pires Coelho

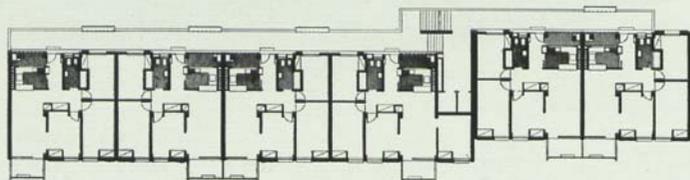
ÁREAS

	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
bruta	71,18 m ²	77,40 m ²	82,54 m ²
total útil	49,51 m ²	55,73 m ²	63,64 m ²
útil líquida	45,80 m ²	51,31 m ²	55,56 m ²
habitável	40,58 m ²	46,15 m ²	47,77 m ²
não encerrada			2,09 m ²

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	3 723 686\$80
adjudicado:	4 028 000\$00





EDIFÍCIOS DE 8 PISOS

40 fogos do tipo 3
8 fogos do tipo 4
habitação da porteira

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Costa Martins

Hernâni Gandra

Coutinho Raposo

Neves Galhoz

Eng.^{os} civis: Jaime Pereira Gomes

António Areosa Feio

Construtor: António Amaral e Filho

ÁREAS

	Tipo 3	Tipo 4
bruta	103,48 m ²	115,32 m ²
total útil	73,19 m ²	82,58 m ²
útil líquida	69,46 m ²	80,74 m ²
habitável	47,58 m ²	61,84 m ²
não encerrada	4,62 m ²	4,62 m ²

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	3 760 240\$00
adjudicado:	4 270 984\$00

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CUSTOS

	%
Movimentos de terras	0,42
Fundações	1,95
Cobertura	2,17
Diversos	2,45
Paredes exteriores no tosco	2,57
Acessos verticais	4,78
Paredes interiores no tosco	5,32
Portas, janelas, vidros	12,36
Pavimentos no tosco	14,13
Estrutura	15,55
Revestimentos, pinturas, caiações	16,43
Equipamento	21,87



EDIFÍCIO DE 9 PISOS

34 fogos do tipo 2

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Bartolomeu C. Cabral
Nuno Portas

Eng.^{os} civis: Helder F. Santos
Rui J. Gamito

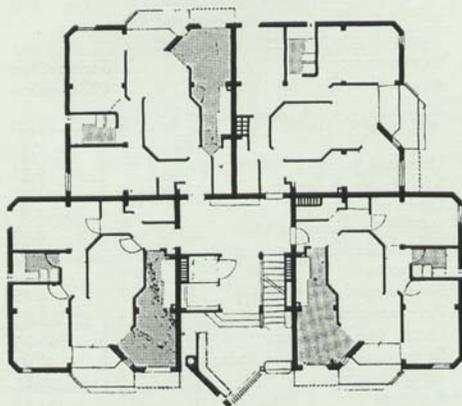
Construtor. «Cinducil»

ÁREAS

bruta	83,37 m ²
total útil	64 m ²
útil líquida	60,22 m ²
habitável	44,87 m ²
não encerrada	3,38 m ²

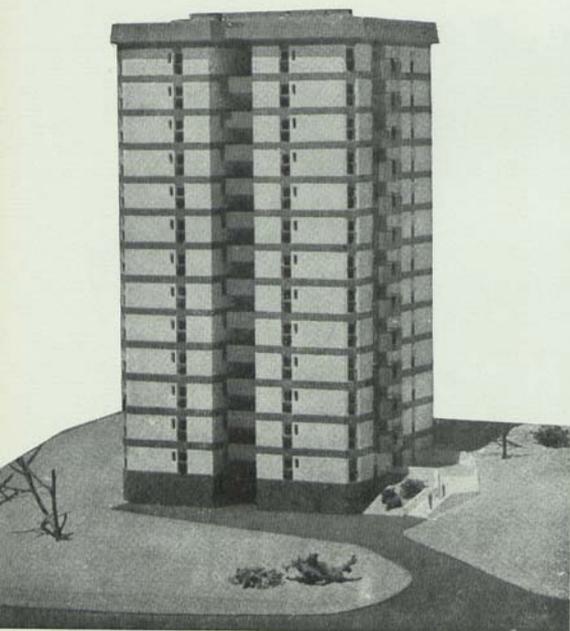
CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	2 502 062\$90
adjudicado:	2 784 973\$90



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CUSTOS

	%
Fundações	0,49
Movimento de terras	0,58
Cobertura	1,64
Diversos	2,69
Paredes interiores no tosco	4,32
Paredes exteriores no tosco	4,98
Acessos verticais	8,55
Pavimentos no tosco	8,76
Estrutura	14,39
Revestimentos, pinturas, caiações	16,53
Portas, janelas, vidro	16,92
Equipamentos	20,15



EDIFÍCIO DE 14 PISOS

49 fogos do tipo 2
habitação da porteira

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: Fernando G. da Silva
Octávio Rego Costa

Eng.^{os} civis: António D. Grança
João Pedro Polónia

Construtor: José Ribeiro

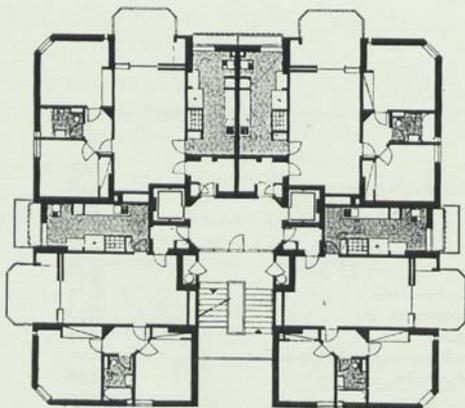
ÁREAS	Tipo 2
bruta	109,66 m ²
total útil	94,89 m ²
útil líquida	71 m ²
habitável	57,79 m ²
não encerrada	9,39 m ²

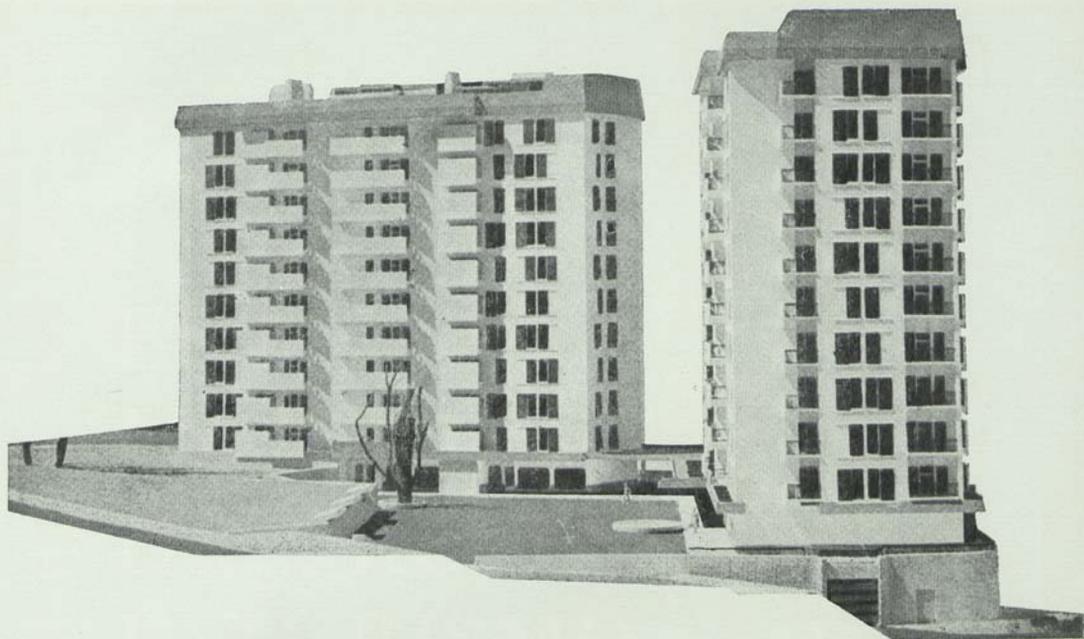
CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

orçamentado:	6 131 016\$70
adjudicado:	5 881 000\$00

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CUSTOS

	%
Cobertura	0,74
Movimento de terras	1,23
Diversos	1,97
Paredes exteriores no tosco	2,56
Paredes interiores no tosco	4,46
Fundações	4,82
Acessos verticais	5,86
Pavimentos no tosco	6,85
Portas, janelas, vidros	10,75
Revestimentos, pinturas, caiações	16,60
Equipamento	19,85
Estrutura	24,31





EDIFÍCIO DE 11 PISOS

20 fogos do tipo 3
20 fogos do tipo 4
habitação da porteira

FICHA TÉCNICA

Arquitectos: J. Ferreira Chaves
Goulart de Medeiros
Eng.^{os} civis: M. Amélia S. F. Chaves
José Brazão Farinha

ÁREAS

	Tipo 3	Tipo 4
bruta	163,28 m ²	188,06 m ²
total útil	124,35 m ²	138,78 m ²
útil líquida	114,48 m ²	131,29 m ²
habitável	85,85 m ²	102,23 m ²
não encerrada	10,62 m ²	10,62 m ²

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO
orçamentado:

7673710\$80



EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANAIIS DO MUNICIPIO

ARCOS DE LISBOA
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CHAFARIZES DE LISBOA
LUIS CHAVES

O CASTELO DE S. JORGE
COSTA GARCEZ

ESCULTURAS DE LISBOA
FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA
MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA
MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA
LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA
FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»
DESENHOS DE LINO ANTÓNIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

GUIA TURISTICO DE LISBOA

PORTAS E BRASOES DE LISBOA
LUIS FERROS PONCE DE LEXO



*Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa*

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telefone 36 29 51

